A CORRUPÇÃO POLÍTICA VISTA POR JORNALISTAS E POLÍTICOS

ISABEL FERIN CUNHA
ESTRELA SERRANO
JOÃO FIGUEIRA
(COORD.)

LABCOM.IFP
Comunicação, Filosofia e Humanidades
Unidade de Investigação
Universidade da Beira Interior

A CORRUPÇÃO POLÍTICA VISTA POR JORNALISTAS E POLÍTICOS

ISABEL FERIN CUNHA
ESTRELA SERRANO
JOÃO FIGUEIRA
(COORD.)

LABCOM.IFP
Comunicação, Filosofia e Humanidades
Unidade de Investigação
Universidade da Beira Interior

Ficha Técnica

Título
A Corrupção Política Vista por Jornalistas e Políticos

Coordenação
Isabel Ferin Cunha, Estrela Serrano e João Figueira

Editora LabCom.IFP
www.labcom-ifp.ubi.pt

Coleção
LabCom

Série
XXXXXXXXXXXX

Direção
José Ricardo Carvalheiro

Design Gráfico
Cristina Lopes

ISBN
978-989-654-269-6 (papel)
978-989-654-271-9 (pdf)
978-989-654-270-2 (epub)

Depósito Legal
403100/15

Tiragem
Print-on-demand

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama.
6201-001 Covilhã. Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, 2015

© 2015, Isabel Ferin Cunha, Estrela Serrano e João Figueira.
© 2015, Universidade da Beira Interior.
O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Índice

Prefácio - A corrupção política vista por jornalistas e Políticos 9

Apresentação 15

I. Para uma leitura dos media e do jornalismo 19
Isabel Ferin Cunha

II. A voz dos políticos 25
Estrela Serrano

III. Olhares cruzados sobre a cobertura jornalística da corrupção política 39
João Figueira

Entrevistas a Jornalistas 45
1. António José Vilela 45
2. David Dinis 65
3. Felícia Cabrita 75
4. Filipe Luís 91
5. José António Cerejo 99
6. José António Saraiva 112
7. José Manuel Fernandes 121
8. Luís Rosa 132
9. Miguel Carvalho 148
10. Paulo Pena 168
11. Pedro Coelho 183
12. Rui Hortelão 192
13. Valentina Marcelino 202

Prefácio

A CORRUPÇÃO POLÍTICA VISTA POR JORNALISTAS E POLÍTICOS [1]

1. O pedido para que escrevesse um texto introdutório sobre este interessante estudo deixou-me algo perplexo. De um lado, não sou jornalista. De outro, em rigor, não exerci nunca uma actividade política; pelo menos a que como tal é comummente entendida pela opinião pública. Enquanto magistrado do MP, isso sim, lidei diversas vezes e em circunstâncias diferentes com situações e factos vulgarmente reconhecidos como «corrupção» e fui confrontado, também, com o seu tratamento jornalístico.

O meu prisma de leitura de tais matérias resultava ser, sobretudo, o que os agentes da justiça têm sobre a corrupção e a sua cobertura jornalística.

Os textos que me foram dados a ler revelam, na esmagadora sua maioria, a perspectiva como jornalistas experientes pensam a questão da corrupção e ainda o modo como analisam a forma pela qual a justiça e a informação se cruzam na sua investigação.

Eles constituem, por isso, uma refrescante novidade e surpresa.

Tal surpresa resulta do facto de tais testemunhos me terem permitido compreender como, do lado do jornalismo, se desenvolveu uma reflexão séria sobre os diferentes papéis que justiça e jornalismo desempenham, quando ambos procuram as suas verdades sobre casos de corrupção.

1. O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

A apreciação pública destes temas – há que reconhecer - costuma estar marcada pela posição preponderante dos comentadores que ocupam o espectro mediático, que, por norma, veiculam posições ideologicamente marcadas, ou profissional e politicamente interessadas.
Ora, as respostas às entrevistas deste estudo evidenciam uma objectividade tal, que ela só pode resultar de um contacto verdadeiro, regular e directo com o fenómeno da corrupção e bem assim com aqueles que, na justiça e no jornalismo, por razões apenas profissionais, com ela têm de lidar.

2. Os entrevistados assumem, sem hesitações, a patente diferença de possibilidades investigativas, metodologias e fins que uma e outra função – justiça e jornalismo - devem desenvolver para alcançar a suas verdades.
É um facto, que ficou em parte por esclarecer que a verdade judicial é sempre uma verdade cuja legitimidade é totalmente condicionada pelo método formal e legalmente estabelecido para a alcançar: aí a característica fundamental que a distingue da verdade jornalística.
Por isso, a verdade jornalística e policial aproximam-se mais, pois ambas podem bastar-se com um apuramento objectivo – fotográfico - de factos, sem terem de relevar tão significativamente os meios, os fins e consequências de tal evidência.
No jornalismo, o apuramento dos factos justifica-se, naturalmente, no dever de informação pública: é esse o seu fim.
À polícia interessa, sobretudo, uma verdade que permita, de imediato, a interrupção da actividade delituosa.
Razão pela qual o entendimento entre o jornalismo e a actividade de polícia foi sempre mais fácil.

3. As diferenças de metodologia e a sua justificação ficam, aliás, bem expressas quando todos os entrevistados se referem aos problemas do «segredo de justiça» e aos da «constituição de assistente» por parte dos jornalistas.
Em geral, os depoentes alcançam bem e sem condescendências - mas também sem demagogia - o significado real que, para o sucesso das investigações judiciais, tem o «segredo de justiça».

Daí a preocupação na análise que fazem - naturalmente do ponto de vista do jornalismo - da necessidade de acautelar as circunstâncias e o momento em que consideram ser legítimo a divulgação de aspectos das investigações judiciais.
Compreensão existe, também, embora mais matizada, relativamente às questões colocadas com a «constituição de assistente» por parte de jornalistas.
Poucos são, todavia, os que, neste caso, expressam claramente o verdadeiro desafio que consiste para um jornalista – e enquanto jornalista - assumir tal estatuto no processo.
No caso da corrupção, dado não haver um ofendido pessoal individualizado, a possibilidade aberta de constituição de assistente existe precisamente na lei para permitir à sociedade apoiar a acusação e, sobretudo, controlar o sentido da sua decisão final: isto significa, portanto, tomar posição no processo.

4. A análise que os entrevistados fazem do funcionamento da justiça e do papel dos magistrados é também reveladora de um entendimento - hoje muito maior – do papel, funcionamento e dificuldades das instituições judiciais.
Parece consensual, por isso, o juízo sobre as debilidades, carências e incertezas que os entrevistados observam no funcionamento da Justiça.
Há que reconhecer – e aqui falo como seu profissional da justiça – que, no geral, as observações feitas procuram ser objectivas e desapaixonadas.

5. Questão relevante, mas que só perfunctoriamente alguns dos entrevistados abordaram, é o do significado da própria corrupção.
Com efeito, o jornalismo não se pode limitar nos dias de hoje – e na realidade não se limita – a divulgar os factos que constituem um tipo de crime com repercussão pública e consequências sociais graves.
A sua interpretação constitui, também, informação relevante.
Ora, só marginalmente este aspecto é aflorado nas entrevistas: qual o tratamento dado às condicionantes sociais, políticas e económicas que permitem os casos de corrupção noticiados?

E, todavia, alguns dos entrevistados reconhecem que a questão da corrupção não pode ser enquadrada – até por que a opinião pública o não faz – nos estreitos limites do tipo criminal que o Código Penal desenha.
Quando a sociedade fala de corrupção fala, na verdade, de um leque muito mais vasto de posicionamentos, que julga ética e politicamente reprováveis. Daí, também, a relevância política da afirmação popular, genérica de que «somos uma sociedade de corruptos».

6. Regressando, a este propósito, por isso, à estimulante questão das diferenças entre actividade judiciária e jornalística, pareceu-me extremamente estimulante a ideia, aflorada num dos depoimentos, sobre a importância de o jornalismo continuar a explorar as notícias sobre certas situações, independentemente do resultado circunstancial dos respectivos processos judiciais.
A autonomia entre uma e outra actividade impõe - creio eu - a diferenciação entre os destinos de um processo e a importância noticiosa que a situação que o determinou pode e deve, em certos casos, continuar a ter.
Uma situação de corrupção, na asserção lata que dela tem a sociedade, pode continuar a revelar-se de interesse jornalístico muito para além do juízo que a justiça penal sobre ela e os seus protagonistas faça num determinado momento e de acordo com a metodologia que lhe assiste.
A absolvição de alguém pela prática de um crime de corrupção não significa que a situação que o processo penal tratou tenha passado a ser sustentável do ponto de vista social e político ou até ético.
Nesta perspectiva, a permanência da actividade jornalística deve, inclusive, constituir-se como vigilante da qualidade da justiça, contribuindo, deste modo, ainda, para defender a sua independência.

7. A acuidade das perguntas e a sinceridade e liberdade das respostas sobre problemas sociais e políticos tão sensíveis fazem deste estudo um instrumento indispensável para a compreensão, não só da corrupção, como, fundamentalmente, do papel que justiça e jornalismo – cada um no seu plano específico - podem ter para a sua contenção e denúncia numa sociedade democrática.

Importaria, portanto, que ele fosse lido, não apenas por académicos, jornalistas e profissionais do foro, como, sobretudo, por políticos e cidadãos.

António Cluny
Procurador-geral adjunto e membro nacional na Eurojust

Apresentação

Este livro é a quarta publicação coletiva[1] no âmbito do projeto *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada*[2] e completa o conjunto de artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais no âmbito do mesmo projeto[3] que agora termina.

Entre os objetivos da investigação inclui-se a realização de entrevistas a jornalistas com experiência na cobertura de casos de corrupção e a responsáveis editoriais de alguns dos mais importantes meios de comunicação social do País. O objetivo foi perceber qual o entendimento que possuem sobre o fenómeno da corrupção e a cobertura de casos que acompanharam; a organização e os processos de trabalho, os meios disponíveis e a relação com as fontes políticas e judiciais. Nesse sentido, foram realizadas 13 entrevistas[4] conduzidas pelo investigador do projeto, João Figueira, que destaca o espírito de abertura e a disponibilidade manifestados por todos os entrevistados, cujas opiniões constituem um contributo inestimável para um melhor conhecimento do jornalismo na sua relação com ao justiça e a política. As entrevistas foram realizadas nos últimos meses da duração do projeto e procuraram

1. Cunha, I e Serrano, E. (2014) (Coord.) *Cobertura Jornalística da Corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Alethêia, ISBN 978-989-622-620-6
(https://corrupcaopoliticacimj.wordpress.com/2014/09/28/ebook-cobertura-jornalistica-da-corrupcao-politica-sistemas-politicos-sistemas-mediaticos-e-enquadramentos-legais/~)
Cunha, I. e Serrano E. (Org.) (2015) *Corrupção Política, Media e Democracia*. Revista Media&Jornalismo, nº 24 (14) 1.
(http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1335:8&catid=25:noticias&Itemid=166)
Cunha, I., Figueira, J., Serrano, E. (Coord.) (2015) A Corrupção Política vista por jornalistas e políticos. Covilhã: UBI (no prelo)
2. Projeto financiado pela FCT (Refª: FCT PTDC/IVC-COM/5244/2012)
3. A produção científica pulicada no âmbito do projeto encontra-se disponível em https://corrupcaopoliticacimj.wordpress.com/midia/
4. As entrevistas foram conduzidas pelo investigador do projeto João Figueira e transcritas pela bolseira Patrícia Contreiras.

perceber como é que os jornalistas olham para a investigação da corrupção em Portugal e se a uma maior mediatização desses casos, verificada ultimamente no nosso país, corresponde um aumento real da corrupção ou, pelo contrário, se foi a capacidade para a investigar que aumentou e de que forma o jornalismo tem contribuído para a descoberta da verdade. Questão importante foi também perceber se nos casos de corrupção estudados no projeto - *BPN, Face Oculta*, *Freeport* e *Submarinos* - os jornalistas produziram investigação própria e autónoma ou se apenas se limitaram a seguir e a noticiar os passos e as suspeitas da investigação judicial.

Outro objetivo foi ouvir agentes políticos, tendo a escolha recaído sobre deputados que participaram nas comissões parlamentares de inquérito criadas para investigarem alguns dos casos estudados, uma vez que essas comissões se revestiram de grande visibilidade mediática constituindo-se como uma das principais fontes de informação dos jornalistas em alguns dos casos estudados. Importava, pois, perceber como é que representantes dos partidos parlamentares encaram o fenómeno da corrupção política, como veem a respetiva cobertura jornalística e, bem assim, a investigação realizada pelas comissões parlamentares na procura da verdade.

O contributo dos deputados que se disponibilizaram para responder ao inquérito por questionário[5] revelou-se também de grande utilidade para uma melhor interpretação dos elementos obtidos quer nas entrevistas aos jornalistas quer na análise de conteúdo da imprensa e da televisão.

O livro que agora se apresenta inclui um prefácio do consultor do projeto, procurador-geral adjunto do Ministério Público, António Cluny, atualmente membro nacional na Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust), e um artigo da coordenadora do projeto, Isabel Ferin Cunha, intitulado *Para uma leitura dos media e do jornalismo*, no qual a autora reflete sobre as mudanças na atuação e nas funções dos meios de comunicação constatando que estes, para além de se terem autonomizado face a outras instituições da sociedade como as instituições políticas, da justiça, da escola, etc., adquiriram supremacia e domínio. Referindo-se à corrupção política, a autora refere

5. Os inquéritos foram concebidos e trabalhados pela investigadora do projeto Estrela Serrano e tiveram a colaboração de Mafalda Lobo e da bolseira Patrícia Contreiras.

que, sendo uma patologia da democracia, tende a clarificar determinadas características sociais, na medida em que a partir da desocultação desses fenómenos ficam mais evidentes as particularidades políticas e económicas da sociedade onde ocorre, assim como dos seus atores (públicos e privados) e instituições (públicas e privadas).

Isabel Ferin Cunha
Estrela Serrano
João Figueira

I. PARA UMA LEITURA DOS MEDIA E DO JORNALISMO

Isabel Ferin Cunha
(Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Desde o início do milénio os Estudos sobre os Media e o Jornalismo na Europa, sobretudo nos países nórdicos, teorizaram o conceito mediatização para explicar o modo como os meios de comunicação, sobretudo a televisão, tende a trabalhar – e divulgar – os seus conteúdos. Os investigadores que exploram esta agenda de pesquisa defendem que houve uma mudança na atuação e nas funções dos meios de comunicação e que estes, para além de se terem autonomizado - face a outras instituições da sociedade como as instituições políticas, da justiça, da escola, etc. –, adquiriram supremacia e domínio. Simplificando esta orientação, os investigadores nórdicos consideram que, os meios de comunicação, sobretudo a televisão, mas também as redes sociais, não são mais mediadores entre cidadãos e instituições, mas constituem um núcleo de interesses que exercem o seu poder hegemónico perante outras instituições, principalmente sobre as que têm representantes democraticamente eleitos.

Dentro deste enquadramento são estudadas, atualmente na Europa, as mudanças no *modus operandi* dos *media*, principalmente desde o início do milénio, a partir da discussão dos conceitos de "mediação" e "mediatização". A aceção destes conceitos não é nova. Anteriormente, outros autores europeus e norte-americanos e, igualmente, latino-americanos desenvolveram ideias muito semelhantes a partir de considerações sobre o papel dos meios de comunicação, principalmente da televisão. O que é novo nesta discussão "académica", principalmente na Europa, é o papel central conferido

aos *media* enquanto instituição e a sua crescente hegemonia e autonomia sobre as restantes instituições sociais, numa perspetiva denominada de "mediatização" e não mais de "mediação" entre instituições. Embora as perspetivas teóricas e concetuais dos investigadores sejam diferenciadas, observamos, como denominador comum, a preocupação com a emergência de uma "lógica dos *media*" associada e acompanhando o crescimento da "lógica dos mercados", bem como a sinalização das repercussões destes fenómenos na democracia e na política.

A mudança de ecossistema na Europa – com o fim do bloco soviético e abertura política a mercados globais - promoveu, segundo os mesmos autores, a autonomização das instituições mediáticas e a sua desvinculação ao serviço público e, em contrapartida, a maximização dos "interesses do público". Por um lado, o setor público encolheu e com ele o serviço público prestado quer por operadores públicos, quer por operadores privados. Por outro lado, a vertente entretenimento, de preferência a baixo custo, otimizou-se exponencialmente. Nesta dinâmica, os investigadores identificam o afastamento dos *media* das suas primordiais funções em democracia, assumindo lógicas próprias enquanto instituição autónoma, e o reconhecimento, pelos atores das diversas instituições sociais, que as suas estratégias de comunicação com os seus concidadãos, terão que estar subordinadas às lógicas dos *media*, principalmente às da televisão. E o que se entende por "lógicas dos *media*"? Segundo estes investigadores elas abrangem e integram, como um todo, formatos, conteúdos, *editing*, *layout*, diagramação, grafismos, ilustrações, bem como ritmos e discursos que tendem a moldar, de forma cumulativa, a médio e a longo prazo, a compreensão e o conhecimento dos cidadãos sobre o mundo. O poder dos *media* reside, deste modo, em se constituir como "a voz", "o som", "a imagem", "o conhecimento" – únicos e sem contraditório - que moldam e condicionam o conhecimento dos cidadãos sobre o mundo.

Os mesmos investigadores descrevem, ainda, que a hegemonia dos meios de comunicação – e dos interesses económicos e sociais que representam - não se faz sem lutas entre "campos", a saber, entre outras áreas, igualmente detentores de grande poder simbólico em democracia, como seja a Política e a Justiça. Referem que são os *media* que, hoje em dia, "fazem aparecer"

ou "desaparecer" as instituições democráticas e os seus atores, dando-lhes tempo, espaço e voz (visibilidade) na informação (impressa, online, outdoors, etc.) e nas grelhas televisivas. Não há blogs, nem redes sociais que possam minimizar a força "política" da mediatização empreendida pelos meios mainstream, principalmente pela televisão, assistida e acedida a partir das diversas telas dos dispositivos digitais. A comunicação e os atores políticos tendem, por isso, não só a adaptar a lógica mediática, como a internalizar os critérios de noticiabilidade dominantes, produzindo informação conforme padrões consensualizados, isto é, "formatando a informação para que tenha condições de passar pelo crivo das lógicas de mediatização". Como exemplo, referem os cursos de *media training* a que se sujeitam os líderes partidários, ou os políticos que pretendem ascender na hierarquia política. Acrescentam, ainda, que a profissionalização da comunicação política e as assessorias políticas constituem a face mais visível da constante luta entre, por um lado, as instituições da democracia inerentes ao sistema político, ao sistema judicial e legislativo e, por outro, a instituição *media*, cada vez mais autónoma e independente face às mesmas.

No seguimento desta leitura, aqueles investigadores propõem que qualquer análise teórico/empírica da imprensa (papel ou online) e do jornalismo televisivo deva ter em consideração as seguintes questões: 1. A quem pertencem (propriedade) os meios de comunicação e como se financiam (inclusivamente os grandes anunciantes)? 2. Que estratégias de gestão incorporam e privilegiam? 3. Que processos de produção e rotinas desenvolvem? 4. A que públicos se dirigem e que ferramentas mobilizam?

Com a primeira pergunta pretendem identificar a propriedade, quem são efetivamente os donos, dos meios de comunicação e de onde provêm os capitais que permitiram a aquisição ou manutenção dessas empresas. O objetivo é, igualmente, recensear os grandes anunciantes, assim como compreender e avaliar as estratégias publicitárias utilizadas e as pressões exercidas por empresas e "campos simbólicos" concorrentes. A segunda questão visa identificar os princípios de gestão – da otimização das salas de redação à utilização de profissionais polivalentes e estagiários –, assim como a capacidade de incorporação de tecnologias de informação e comunicação, com vista à racionalização de custos e à realização de

benefícios. A terceira interrogação dirige-se aos processos de produção e tem como objetivo descortinar as rotinas do "fazer", tais como a hierarquia na produção noticiosa, os critérios de seleção de conteúdos – entre estes a corrupção -, os valores-notícia ou as fontes consultadas. São ainda observadas nesta questão, os ritmos e tempos de agendamento, o papel da "colocação de notícias de agências de comunicação", assim como as "estratégias de prevenção" assumidas, pelas empresas, para evitar danos por processos judiciais. A partir da quarta e última pergunta pretende-se apurar as audiências e os públicos-alvo, no sentido de perceber os perfis constituídos pelos meios de comunicação e as estratégias utilizadas com base em dispositivos discursivos e imagéticos mediados por tecnologias de informação e comunicação, tais como alertas on-line, newsletters, etc.

Introduzindo a variável corrupção política, que não é abordada pelos investigadores atrás mencionados, observamos que, sendo uma patologia da democracia, tende a clarificar determinadas características sociais, na medida em que a partir da desocultação desses fenómenos ficam mais evidentes as particularidades políticas e económicas da sociedade onde ocorre, assim como dos seus atores (públicos e privados) e instituições (públicas e privadas). Estes acontecimentos têm a "capacidade" de tornar visíveis as fragilidades da democracia e da justiça, assim como os *modos operandi* dos meios de comunicação. A cobertura jornalística dos mesmos tende, por sua vez, a acentuar e "dar a ver" as fragilidades do Estado e das suas instituições, assim como a conferir visibilidade aos atores dos diversos campos "em luta", sejam eles políticos, magistrados, empresários, banqueiros ou funcionários públicos. As coberturas jornalísticas da corrupção política tornam-se, assim, um palco das tensões entre campos simbólicos protagonizadas pelos seus agentes: entre os *Media* e a Justiça – através da violação do segredo da justiça, da divulgação de escutas ou do jornalista assistente; entre os *Media* e a Política, onde sobressaem as pressões do poder político e a "desqualificação" dos políticos na generalidade; e entre a Política e a Justiça, tentando, cada um dos campos, instrumentalizar ou pressionar a seu favor os *Media*.

Pretendemos com este pequeno texto enquadrar as entrevistas e avançar com algumas chaves para a sua leitura. Os entrevistados estão, na sua maioria, em órgãos de imprensa diária, são quase todos seniores em responsabilidades, independentemente das dimensões das suas trajetórias de vida. As entrevistas falam por si.

Bibliografia

Ampuja, M., Koivisto, J. & Valiverronen, E. (2014) Strong and Weak Forms of Mediatization Theory. *Nordicom Review* 35, Special Issue: 111-123.

Blankenburg, E. (2002) From political clientelism to outrighy corruption -The rise of the scandal industry In: Kotkin, S. & Sajó, A. (Orgs.) *Political corruption in transition: a sceptic's handbook*. CEU Press, Central European University Press, pp. 149-165.

Livingstone, S. & Lunt, P. (2014) Mediatization: na emerging paradigm for media and communication studiess In: Lundby, K. (Eds.) Mediatization of Communication. Handbook of Communication Science (21\). Berlin: De Gruyter Mouton, pp. 703-724.

Stromback, J. (2008) Four Phases of Mediatization: an Analysis of the Mediatization of Politics, *Press Politics* 13(3): 228-246.

Stromback, J. (2011) Mediatization and perceptions of the Media's Political Influence. *Journalism Studies*, 12: 423-439.

http://en.rsf.org/world-press-freedom-index-2015-12-02-2015,47573.html)

II. A VOZ DOS POLÍTICOS

Estrela Serrano
(Centro de Investigação Media e Jornalismo)

O projeto *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada* previa, para além de entrevistas com jornalistas, também entrevistas com figuras do campo político. Tendo-se verificado a circunstância de alguns dos casos incluídos no projeto terem sido posteriormente objeto (direto ou indireto) de comissões parlamentares de inquérito (CPI), como os casos *BPN*[1] e *Submarinos*[2], considerou-se que seria adequado ouvir deputados que tivessem participado nessas comissões parlamentares. Acresce que anteriormente a estas duas CPIs, realizadas respetivamente em 2012 e 2014, foi criada, em 2010, uma CPI[3] que embora não expressamente dedicada a casos incluídos no projeto se cruzou com os casos *Freeport* e *Face Oculta*, ao envolver figuras políticas ligadas a estes casos, entre as quais, o então primeiro-ministro José Sócrates e o seu ex-ministro Armando Vara, para além de políticos, jornalistas e gestores de empresas de telecomunicações e de *media*, ouvidos como testemunhas nesta CPI. Esta comissão visava, entre outros objetivos, analisar a atuação do governo (então chefiado por José Sócrates) na compra da estação

1. Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A. Período de atividade [2012-03-21 a 2012-11-17] https://www.parlamento.pt/sites/com/XIILeg/CPIBPN/Paginas/default.aspx
2. Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II). Período de atividade [2014-05-07 a 2014-10-17] https://www.parlamento.pt/sites/com/XIILeg/CPIPRAEM/Paginas/default.aspx
3. Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à relação do Estado com a Comunicação Social e, nomeadamente, à atuação do Governo na compra da TVI. Período de atividade [2010-03-18 a 2010-07-20] https://www.parlamento.pt/sites/com/XILeg/CEIPCSTVI/Paginas/default.aspx

de televisão *TVI*, um dos órgãos de comunicação social analisado no projeto e com grande protagonismo enquanto canal de televisão mais citado por outros *media* e por blogs na cobertura dos casos *Freeport* e *Face Oculta*. Também na amostra de blogs analisados no projeto, esta CPI ganhou protagonismo quer como tema noticioso quer como lugar onde foram proferidas declarações dos protagonistas das peças jornalísticas (Serrano, 2014; 2015).

Por outro lado, na análise da cobertura jornalística do caso *Submarinos* na imprensa e na televisão, que incide no ano de 2010, ano de maior número de peças sobre este caso no período 2008-2012 abrangido pelo projeto, encontram-se peças que se referem a intervenções de deputados na Assembleia da República em defesa da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a este caso que, contudo, só viria a ser criada em 2014, depois de grande controvérsia entre os partidos parlamentares[4].

A escolha dos deputados a ouvir recaiu sobre membros das citadas Comissões Parlamentares, de preferência que tivessem tido destaque nas ditas CPIs. Foram assim convidados a participar João Semedo, deputado do Bloco de Esquerda (BE) que integrou e se destacou nas três Comissões de Inquérito acima citadas. O BE foi, aliás, o primeiro partido a propor em 2010 um inquérito parlamentar à compra dos submarinos; José Magalhães[5], deputado do Partido Socialista (PS) que integrou e teve grande protagonismo na CPI dedicada ao caso *Submarinos*; e António Filipe, deputado do Partido Comunista Português (PCP) que integrou e foi um interveniente ativo na mesma Comissão. O Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social (CDS-PP) não estiveram disponíveis para responder ao inquérito em tempo útil. Devido às dificuldades em conseguir entrevistas diretas optou-se pela aplicação de inquérito[6] que foi realizado em finais de 2015. As perguntas obedeceram a um guião prévio (Anexo 1) que não se cingiu aos

4. Ver, por exemplo, esta peça: http://www.rtp.pt/noticias/politica/be-defende-inquerito-a-contrapartidas-militares_v311934
5. O deputado José Magalhães (PS) é autor do livro "Submarinos.pt" e de um site com o mesmo nome, baseados na documentação a que teve acesso através da Comissão Parlamentar de Inquérito.
6. Os inquéritos tiveram a colaboração de Mafalda Lobo e Patrícia Contreiras, investigadoras do projeto.

casos em que os inquiridos participaram como deputados mas procuraram abordar problemáticas mais abrangentes sobre os campos em foco no projeto – político, judicial e mediático – bem como as relações entre eles.
Considerou-se oportuno para os objetivos deste capítulo, retomar declarações do ex-deputado do PSD, historiador e analista político, José Pacheco Pereira[7], ex-deputado do PSD, historiador e analista político, prestadas numa conferência realizada no âmbito deste projeto. Acresce o facto de Pacheco Pereira ter integrado em 2010 a CPI sobre a atuação do governo na compra da estação de televisão *TVI*.
Nessa conferência, Pacheco Pereira afirmou:

> "(...) quando temos de discutir o problema da corrupção política, não podemos ignorar a permanente manipulação de opinião pelos media, que é feita de forma profissionalizada, ou seja paga, por um conjunto de agências que em muitos casos empregam algum pessoal das "jotas" que se "fizeram" nos blogues neste tipo de intriga política e que são depois transportados para essas lides porque conhecem o meio, as pessoas e, acima de tudo, conhecem as fraturas que podem depois ser relevantes na manipulação da opinião. (...) Depois, há várias formas de manipulação que têm a ver com a recente promiscuidade entre políticos e jornalistas."

Estas palavras de Pacheco Pereira, ele próprio um político de larga experiência, não podiam ser mais adequadas para um enquadramento deste artigo. De facto, um projeto que tem como enfoque principal a cobertura jornalística da corrupção politica ficaria incompleto sem o ponto de vista de representantes do campo político e, de entre eles, ninguém melhor que os eleitos diretamente pelos cidadãos, isto é, os deputados para se pronunciarem sobre o tema.
Nas páginas seguintes, deputados de três partidos parlamentares pronunciam-se sobre jornalismo, corrupção e política, tendo como pano de fundo a sua experiência parlamentar e a relação entre os *media*, a política e

7. Comunicação apresentada ao Colóquio "A Corrupção Política e os Média – Uma Perspetiva Comparada", Lisboa, 28 de maio de 2014

a justiça a propósito dos casos de corrupção que acompanharam de perto. Os nomes dos capítulos correspondem aproximadamente às principais questões colocadas e respondidas no inquérito.

1. Portugal é um País de corruptos?

O Relatório da Comissão Europeia sobre a corrupção[8] publicado em fevereiro de 2014 aponta como o maior problema comum à Europa, em matéria de corrupção, a atribuição de contratos públicos e a atuação dos políticos. Relativamente a Portugal[9], 90% percecionam a corrupção como sendo generalizada. No que respeita às empresas, em Portugal 68% consideram que a corrupção é um problema grave (Serrano, 2015). Por outro lado, segundo os dados da *Transparency International* Portugal passou do 26º lugar em 2006; 32º em 2008; no 35º em 2009 e 32º em 2010. Em 2011, o *Eurobarómetro* divulgou que 97% dos portugueses acreditavam que a corrupção era o principal problema do país (Cunha, 2014). Acresce a estes dados, que todos os estudos apontam para a importância dos *media,* na formação das perceções dos portugueses sobre a corrupção, nomeadamente a televisão e a imprensa (Maia, 2006).

A elevada perceção dos portugueses sobre a corrupção e o papel dos *media* na formação dessas perceções é, pois, um tema incontornável sobre o qual se impunha ouvir representantes do campo político. O deputado do BE, João Semedo, reconhece a influência dos *media* mas aponta outras causas para o que considera serem "demasiados casos de corrupção":

> "Os media têm esse efeito potenciador sobre todos os temas a que dão atenção e, portanto, a corrupção não é exceção. Mas, devemos reconhecer que, em Portugal, há demasiados casos de corrupção, fraude e crime económico, nomeadamente envolvendo titulares de

8. http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/docs/acr_2014_en.pdf
9. Folha de Portugal no Relatório anticorrução da EU: http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/anti-corruption-report/docs/2014_acr_portugal_factsheet_en.pdf

> altos cargos públicos e de cargos políticos. Não creio que isso se deva a qualquer particularidade dos cidadãos portugueses mas sim ao atraso na aprovação e aplicação de legislação anti corrupção e na fragilidade dos organismos de fiscalização, investigação e combate à fraude e ao crime económico."

José Magalhães, deputado do PS, reconhece o papel positivo dos *media*, embora afirme nem sempre eticamente adequado:

> "Os media indiciam problemas e revelam parte da realidade e no caso português têm tido um papel positivo no lançar de luz e na quebra de segredos, por vezes com causas, não propriamente eticamente louváveis, aí num quadro de competição muito feroz. Há uma luta pela informação e uma luta contra o segredo. O segredo em Portugal é excessivo, por vezes gerido de maneira abusiva e a imprensa tem sido uma espécie de contra-peso positivo, chamando a atenção para casos de corrupção e portanto em geral julgo que tem tido papel sido positivo."

José Magalhães vai mais longe e aponta "a falta de participação em consórcios internacionais", citando o consórcio que revelou os segredos da banca Suíça com colaboração de vários países:

> "Acho que Portugal está em atraso nessa matéria e que é do máximo interesse que participemos, que os nossos media participem em consórcios desse tipo, não apenas para darem informações sobre, digamos, a secção portuguesa das investigações mas para colherem benefícios das investigações de outros países que muitas vezes passam também pela descoberta de coisas sobre Portugal."

O deputado do Partido Comunista Português (PCP), António Filipe, é mais lacónico sobre este assunto:

> "Dizer que somos um país de corruptos é uma generalização inaceitável, ainda que o combate à corrupção deva ser uma preocupação permanente a todos os níveis."

2. Os *media* investigam a corrupção ou limitam-se a reportar informação das fontes judiciais e políticas?

O deputado António Filipe considera "*evidente que [por exemplo, no caso Submarinos] os media não investigaram e se limitaram a reportar informações obtidas*", cuja origem o deputado afirma não ter "*condições para precisar*". O mesmo deputado não encontra "*mais-valia do ponto de vista informativo que os media trouxessem à investigação sobre casos de corrupção, mas valoriza o papel dos media na perceção pública desses casos*."
João Semedo encontra mais-valias na investigação dos *media*:

> "As mais-valias foram, sobretudo, ter permitido um conhecimento público mais desenvolvido e concreto das relações promíscuas estabelecidas entre o poder económico e o poder político em sucessivos casos de corrupção, e ter contribuído para a formação de uma consciência social mais aguda quanto à necessidade de prevenir e combater a corrupção de forma mais enérgica e efetiva."

O mesmo deputado acrescenta:

> "Em muitos casos, a comunicação social tem sido o espaço privilegiado de denúncia de muitas situações de fraude e crime económico que, de outra forma, poderiam nunca vir a ser investigadas."

José Magalhães, referindo-se em concreto ao caso *Submarinos*, que acompanhou de muito perto, afirma:

> "Há um ecossistema mediático com entidades de natureza diferente, por vezes prosseguindo interesses completamente diferentes, em alguns casos com uma opinião muito dirigida e com uma agenda

> clara; há atividades de lobbying e continua a haver. O factor essencial para a cobertura ser o que foi, foi o segredo, ou seja, não havia acesso a documentos fundamentais e houve acontecimentos como o desaparecimento de uma massa gigantesca de documentação, que só chegaram a conhecimento púbico muito tardiamente. (...) Houve um conflito, eu diria uma batalha, por parte dos donos de toda a informação para a manterem, por um lado, a salvo, por outro lado para condicionar o agenda-setting.".

3. As comissões parlamentares de inquérito e a procura da verdade

Sobre o papel das comissões parlamentares de inquérito no esclarecimento da verdade, os deputados ouvidos apontam limitações que dificultam os trabalhos, sobretudo devido à contaminação partidária que as envolve.
António Filipe refere algumas dessas limitações:

> "Visam tão só o apuramento de responsabilidades políticas. Não apuram "a verdade". Quando muito, permitem obter informações para que cada deputado (e a opinião pública, já que os inquéritos são públicos) possa fazer um juízo acerca dos factos submetidos a inquérito."

Referindo-se em particular à CPI-Submarinos, José Magalhães tem uma posição muito negativa:

> "Essa comissão teve um fundamento tão patológico que está na prateleira dos exemplos de comissões falhadas: parcialidade na elaboração dos trabalhos, recusa de agências fundamentais, recusa de contatos com as autoridades alemãs".

Por seu turno, o deputado João Semedo referindo-se também a esta CPI, afirma:

> "Em termos de conclusões aprovadas, os resultados foram determinados pelos votos da maioria governamental, cuja única preocupação foi ilibar de qualquer responsabilidade política e/ou criminal alguns atuais governantes – principalmente o vice-primeiro ministro Paulo Portas – e o presidente da Comissão Europeia. Deste ponto de vista, os resultados foram frustrantes."

Esta afirmação do deputado levanta a questão da politização das CPIs sobretudo quando envolvem figuras políticas, situação em que os deputados que integram as CPIs transportam para o debate e para o relatório final ou para declarações de voto[10], posições partidárias de defesa ou de culpabilização dos protagonistas políticos envolvidos. João Semedo, critica as conclusões do inquérito parlamentar no caso *Submarinos*:

> "Estas conclusões não acolheram nem valorizaram um largo conjunto de informações factuais que foram obtidas e confirmadas ao longo dos trabalhos da Comissão e que sustentam legítimas interrogações quer sobre a narrativa oficial do processo de aquisição dos dois submarinos quer sobre as conclusões da investigação criminal e dos processos judiciais realizados."

4. Os jornalistas protegem os políticos ou fazem deles alvos privilegiados?

Questão central neste projeto é a maneira como jornalistas e políticos encaram os respetivos papéis, tal como foi traduzida na cobertura jornalística dos casos analisados. A análise realizada mostra que na imprensa e na televisão embora as peças se apresentem na sua maioria de tom *neutro*, no que se refere aos atores do campo político as peças de tom *negativo* ou *predominantemente negativo* são sempre superiores às de tom *positivo* ou *predominantemente positivo.* Resultado ainda mais acentuado, foi obtido na análise de uma amostra de blogs que cobriram os casos de corrupção

10. Ver, por exemplo, declaração de voto do deputado do Bloco de Esquerda, João Semedo, sobre o Relatório da Comissão de Inquérito ao caso *BPN*: http://www.esquerda.net/media/DeclVoto_BPN.pdf

incluídos no projeto em que o tom *negativo* prevalece na maioria absoluta dos posts analisados (Serrano e Calado, 2016). Interessava, pois, perceber a opinião dos deputados sobre se os políticos são protegidos pelos jornalistas na denúncia de casos de corrupção ou, pelo contrário, se são mais visados na cobertura do que membros de outras áreas sociais (económica, financeira, ou outras). Os deputados ouvidos respondem de maneira diversa.

Para o deputado António Filipe, "*há políticos que gozam de impunidade mediática. Os banqueiros e grandes empresários ainda mais. São eles que detém o poder sobre os media.*" Já para João Semedo, *"há certos políticos protegidos por certos jornalistas e há jornalistas que não protegem seja quem for (político, banqueiro, empresário)."* De acordo com este deputado,

> "Devido à relevância assumida pelos casos que envolvem figuras públicas, os políticos estão sujeitos a uma cobertura jornalística mais intensa, mas em democracia deve considerar-se natural que os cidadãos com maiores responsabilidades públicas sejam sujeitos a um escrutínio mais rigoroso."

Referindo-se aos casos que acompanhou de perto como membro de comissões de inquérito parlamentar, o deputado do BE é muito claro:

> "Em todas as comissões de inquérito houve políticos favorecidos por uns jornalistas e prejudicados por outros. São excecionais os casos em que um político tivesse sido apenas favorecido ou prejudicado por toda a comunicação social. Há dezenas de exemplos de políticos atacados e defendidos no mesmo caso e por jornalistas diferentes".

A centralidade dos *media* em casos de corrupção envolvendo figuras do campo político, é justificada pelo deputado António Filipe com o facto de as funções executivas exporem mais que outras ao fenómeno da corrupção. João Semedo vai mesmo mais longe:

> "Há demasiada promiscuidade em Portugal entre o mundo da política e o dos negócios e, por outro lado, uma persistente e alargada dependência do Estado por parte da banca e de muitas empresas e sociedades. (...) Instalou-se em Portugal um triângulo que facilita e convida à corrupção dos governantes, cujos vértices são: governo/estado, interesses económicos e financeiros, consultoras/sociedades de advogados."

Por seu turno, José Magalhães afirma:

> "Os governantes tomam decisões e essas decisões são decisões que podem ter grande relevo não só político como pecuniário, económico, financeiro. Portanto estão sujeitos a pressões de lobbies e estão sujeitos a tentativas de corrupção."

5. Fugas de informação e violações do segredo de justiça

No que se refere às violações do segredo de justiça e às fugas de informação, o deputado António Filipe afirma que "*há fugas de informação que são lícitas mas as violações do segredo de justiça deveriam ser investigadas, como crimes que são*".
João Semedo, por sua vez, classifica-as como

> "ações que procuram condicionar, intervir e influenciar os processos de investigação e as decisões judiciais e que, objetivamente, dificultam e podem comprometer a autonomia judicial. Não são expressão de maior transparência no funcionamento da justiça, nem têm por objetivo contribuir para que a justiça cumpra melhor o seu papel, como alguns defendem na tentativa de justificar e proteger os autores das fugas de informação. Pelo contrário, procuram construir fora do sistema judicial uma narrativa que condena uns e absolve outros, na tentativa de conduzir a investigação e/ou moldar as sentenças judiciais de acordo com os interesses e objetivos dos seus promotores."

Sem nunca se referir em concreto os jornalistas, João Semedo afirma:

> "Em muitos casos podemos admitir a existência de um benefício comercial/mercantil instalado no sistema judicial e que articulado com alguns media e escritórios de advogados organiza e promove as fugas de informação e as violações do segredo de justiça."

Para este deputado, *"a par do custo e da lentidão da justiça, as fugas de informação e as violações do segredo são o principal factor de descrédito da justiça aos olhos dos cidadãos."*
José Magalhães remete a questão do segredo de justiça para as dificuldades do sistema:

> "O problema não é o quadro legal, é a questão do segredo, desde logo porque há determinadas matérias, mesmo em casos complexos e delicados, que já podem nos termos da lei ser objeto de conhecimento público. E há uma prática muito deficiente com os esclarecimentos públicos que são prestados (...). É um dever muito difícil de exercer, por um lado não pode comprometer a investigação, por outro lado, não pode violar a presunção de inocência mas, por outro, deve dar algumas pistas e deve dar sinais que sejam interpretáveis pelo cidadão comum para perceber o que esteja em causa."

6. O protagonismo dos agentes da justiça significa que possuem uma "agenda política"?

O protagonismo mediático de alguns agentes da justiça "*nem sempre contribui para credibilizar a justiça*", segundo o deputado António Filipe. Também João Semedo a considera

> "uma prática nociva para o funcionamento e a imagem da justiça" (...) existem "situações em que interesses alheios e exteriores à justiça, nomeadamente políticos, se sobrepõem ao processo judicial e acabam por determinar a decisão da justiça (...) há membros da justiça que obedecem a uma "agenda política".

José Magalhães invoca o estatuto dos magistrados do Ministério Público para afirmar que *"seria muito difícil uma estrutura hierarquizada conduzir qualquer agenda política coerente",* embora admita que existem situações pessoais menos conseguidas "*para as quais há responsabilidade disciplinar e até criminal."*

7. As notícias influenciam as decisões judiciais?

Nenhum dos deputados ouvidos considera que as decisões judiciais abrangendo políticos são influenciadas pelas notícias. António Filipe, prefere *"acreditar que não o são*", enquanto João Semedo admite que "*nos casos de forte projeção pública e mediática essa influência se verifique mais no domínio da interpretação dos factos do que na aplicação das leis."*
José Magalhães chama à colação uma vez mais o caso *Submarinos* para recordar uma frase do líder do CDS-PP e ex-ministro da Defesa Paulo Portas, um dos protagonistas deste caso. Disse Paulo Portas: "*quando há eleições os Submarinos emergem quando não há submergem".* Esta frase entrou no léxico jornalístico e político, usada como um *fait-divers.* José Magalhães critica o facto de nem os *media* nem a justiça a terem levado a sério:

> "esta frase merece estudo, porque é uma profunda acusação ao Ministério Público, isto é, a autoridade do Estado, de em abuso, em violação das duas missões, de autonomia e de imparcialidade, de uma intervenção condicionada por uma agenda política eleitoral, é o que a frase quer dizer. (...) A frase entrou no gírio corrente mas não é um fait-divers, e portanto, essa matéria exige um debate sério e a verdade é que durante uma década, a justiça não foi capaz de trazer uma resposta cabal."

8. Notas finais

As dificuldades sentidas na realização de uma amostra alargada de entrevistas com responsáveis políticos, como aliás também com agentes da justiça (Serrano, 2016), impede que se generalizem conclusões sobre as respostas às questões colocadas no inquérito. Porém, os deputados que se disponibilizaram para responder foram destacados pelos respetivos partidos para a investigação de casos de corrupção, estando, pois, em situação de os poderem representar em termos das declarações prestadas. Sendo as comissões parlamentares de inquérito o lugar onde a corrupção tem sido matéria de debate e investigação em profundidade, embora centrada em apenas um número limitado de casos, revelou-se adequada a escolha, para este inquérito, de deputados que integraram essas comissões. É notória a preocupação dos deputados inquiridos de, por um lado, apontarem as limitações dessas comissões de inquérito e, por outro, a preocupação de deixar claro que as mesmas pretenderem apurar responsabilidades políticas e não responsabilidades criminais.

Não obstante o interesse de que se revestem as declarações obtidas, para os objetivos do projeto – *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada*, outras vertentes haveria a explorar, entre as quais, "mecanismos de corrupção política" mais sofisticados e invisíveis, como refere Pacheco Pereira (2015) na comunicação acima citada:

> "Há um aspeto da corrupção política que tem a ver com a promiscuidade entre o exercício da acão política e os media. Há mecanismos de distanciação que deviam existir e não existem, antes de falar dos mecanismos da corrupção política, que em grande parte dos seus aspetos publicados, estão muito longe de cobrirem os aspetos da realidade. Há um problema de desconhecimento em relação aos mecanismos de corrupção política nos dias de hoje, há tendência para reproduzir os esquemas do passado. Isto, quando os próprios mecanismos de corrupção política mudaram significativamente e não são todos iguais

em termos da estratificação do sistema político. (...). Estes mecanismos têm de facto a característica de garantirem invisibilidade. Desse ponto de vista, às vezes a análise mais fácil passar por olhar para a visibilidade."

Bibliografia

Cunha, I. (2014) Visibilidade da Cobertura Jornalística da Corrupção Política e Indicadores de Opinião Pública In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (Coords.) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia, pp. 371-342.

Maia, A. J. (2006) *Representações sociais da corrupção em Portugal—contributo para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas (www.bocc).

Pereira, P. (2015) A corrupção Política e os Media – uma perspetiva comparada. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. *Media & Jornalismo* 26, vol 14 (1): 25-37.

Serrano, E. & Calado, V. (2014). Média, corrupção política e blogs: interacções. In Actas do II Confibercom: os desafios da Investigação. 2014:1191-1217 (http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1968/1891). Serrano, E. & Calado, V. (2015) Serão os blogs uma alternativa aos *media* na discussão de temas como a corrupção política? Imprensa da Universidade de Coimbra. *Media & Jornalismo* 26, vol. 14 (1): 91-110.

Serrano, E. (2016) Jornalismo e justiça na cobertura da corrupção política. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (Coords.). *Media, Corrupção Política e Justiça*. Lisboa: Mariposa Azual. (no prelo).

III. OLHARES CRUZADOS SOBRE A COBERTURA JORNALÍSTICA DA CORRUPÇÃO POLÍTICA

João Figueira
(Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

> "*Os jornais estão a perder a capacidade de cobrir assuntos como a corrupção corporativa e a evasão fiscal*"
> Alan Rusbridger, *The Guardian* (21/05/2015)

O historiador Leandro Karnal dizia em abril do ano passado, numa das sessões do "Café Filosófico" da Universidade Estadual de Campinas, que "há uma categoria de pessoas felizes: aquelas que acreditam que a corrupção está a cargo de um partido e, como tal, bastaria tirar esse partido do poder para acabar com a corrupção. São pessoas que acreditam no culto da corrupção isolada". O tema da sua palestra era "Hamlet e o mundo como palco", pelo que, quando chegou o momento de falar nas questões de poder, era difícil passar ao lado de tema tão atual. No Brasil como em Portugal.

"A corrupção — sublinhou o professor de História — começa no recibo que o dentista não passa para fugir aos impostos, continua no atestado médico falso que o pai arranja para o filho que faltou aos seus compromissos, continua em todos os lugares até chegar a um partido, a um governo e a um poder. Se fosse possível eliminar a corrupção, sinalizando os maus, como se ela fosse um problema de um grupo ou de apenas algumas pessoas, eu seria uma pessoa muito feliz. Mas Hamlet vai perceber na sua consciência que o mal vem de todos os lados, incluindo nele". Nas entrevistas que são apresentadas neste livro perpassa, igualmente, a ideia de que, sendo

a corrupção política algo que diz respeito a um conjunto restrito de atores, o fenómeno em si tem a ver com todos nós, porque estamos perante uma questão de cidadania.

No campo do jornalismo português, a última década está marcada pela cobertura de casos de corrupção política, numa altura em que a generalidade das redações afirma que lhes faltam meios e recursos humanos e financeiros para realizarem o seu trabalho. Quatro casos — *Freeport*, *BPN*, *Submarinos* e *Face Oculta* — sobressaem entre os muitos que fizeram as capas da imprensa e abriram os telejornais, a que podemos juntar ainda os mais recentes, ligados à insolvência de um dos principais grupos financeiros (BES) e à detenção do antigo primeiro-ministro, José Sócrates, em novembro de 2014 e mantido em prisão preventiva durante nove meses. Esta atenção jornalística, apesar de desejável e de corresponder à sua missão de "watchdog", ocorre num contexto em que a generalidade dos estudos (Maia e Borges, 2015; Poeschl e Ribeiro, 2012; Sousa e Triães, 2007, 2008; Maia, 2008) reforçados pela Transparência Internacional apontam para a existência, em Portugal, de uma perceção marcada por um sentimento de impunidade e desconfiança face à justiça e aos autores de atos de corrupção. Tal cenário é ainda confirmado por um estudo divulgado em junho de 2015, que coloca o país como a quinta nação mais corrupta, entre as 38 que foram analisadas. Oitenta e três por cento dos 3.800 entrevistados no inquérito realizado pela consultora Ernest & Young "concordam que as práticas de corrupção e suborno acontecem de uma forma generalizada em Portugal".[1] No jornal *Expresso* de 24 de outubro de 2015, o presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d´ Oliveira Martins, sublinhava a importância e acuidade do tema, ao lamentar que "o crime de corrupção é dos mais difíceis de provar em todo o mundo", o que, em seu entender, explicará, em parte, o facto de "menos de três por cento dos processos de corrupção, em 2014, terem resultado em condenação"[2], em Portugal.

1. http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/estudo_da_ernest__young_coloca_portugal_em_5_lugar_entre_os_38_paises_mais_corruptos.html
2. *Expresso Economia*, 24/10/2015, p. 9.

Esta perceção sobre a corrupção política "advém, fundamentalmente, da informação veiculada pelos *media* e sobretudo, no caso português, da cobertura intensiva e extensiva que a televisão faz de determinados casos envolvendo políticos ou ex-políticos que desempenham, ou desempenharam, altos cargos na democracia" (Cunha, 2015: 263). Tal cobertura jornalística ganha especial destaque "a partir do início do milénio, num quadro de crise económica crescente em Portugal", o que motivou uma maior "visibilidade das denúncias de corrupção política nos *media*. (Cunha, 2015: 263).

Inseridas no projeto de investigação, *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada*, realizamos 13 grandes entrevistas, com o objetivo de perceber qual o entendimento que os jornalistas que têm trabalhado sobre esta matéria possuem sobre o fenómeno. Ao mesmo tempo ficamos também a saber mais acerca dos seus processos de trabalho[3]. Donde, é inteiramente justo realçar aqui o espírito de abertura e disponibilidade manifestados por todos os entrevistados, cujas opiniões são um contributo inestimável que muito agradecemos. Difícil é perceber como, ao longo dos meses em que este trabalho foi desenvolvido, vários outros/as jornalistas tenham recusado ser entrevistados/as — ou nem sequer respondido ao convite.

Do ponto de vista jurídico, o conceito de corrupção diz respeito ao conjunto de crimes praticados contra o Estado, por funcionários no exercício das suas funções. O que significa, como está patente em várias respostas, que outro tipo de crimes, como tráfico de influências e branqueamento de capitais, muitas vezes relacionados com atos de corrupção, assumam esta designação nas narrativas jornalísticas, contribuindo, no fundo, para o aumento da perceção, por parte dos cidadãos, acerca da presença da corrupção no quotidiano do País.

É interessante observar que todos os entrevistados têm a noção clara acerca da sensibilidade e melindre que estas situações implicam. O que quer dizer que sentem, jornalistas e diretores, que há na cobertura destes casos uma exigência especial. Embora, de uma forma também generalizada, nos tenha

3. As entrevistas são assumidamente apresentadas o mais próximo possível do registo e tom da oralidade em que decorreram. Sendo o principal objetivo das entrevistas mostrar o pensamento e os processos de trabalho de cada jornalista, desejamos que elas sejam apresentadas da forma mais transparente e a menos artificial e editada possível.

sido dito algo que não é novidade: existência de escassez de meios humanos e materiais, o que conduz a uma impossibilidade de acompanhamento e investigação dos casos em regime de exclusividade. Ou seja, na esmagadora maioria das vezes, o jornalista não pode, nem tem condições — porque o órgão em que trabalha não permite — para se dedicar em exclusividade ou a tempo inteiro a um determinado caso.

Como é que os jornalistas olham para a investigação da corrupção, em Portugal? e o facto de nos últimos anos ter havido uma maior mediatização desses casos, é sinónimo de que a corrupção tem vindo a aumentar ou, pelo contrário, é a capacidade para a investigar que aumentou? e o jornalismo, de que forma contribui ou tem contribuído para a descoberta da verdade? tem produzido investigação própria, autónoma ou tem-se apenas limitado a seguir e a noticiar os passos e suspeitas da investigação judicial? E como observam os jornalistas os principais casos de corrupção referenciados e estudados neste projeto de investigação: *BPN, Face Oculta*, *Freeport* e *Submarinos*?

No quadro das entrevistas realizadas, não é possível encontrar respostas unívocas e, menos ainda, descortinar uma qualquer unanimidade sobre cada uma destas perguntas. O que releva, desde logo, a complexidade de que este universo em torno da corrupção está revestido. Há posições prudentes, como a de Paulo Pena (que embora hoje pertença aos quadros do *Público* falou também na qualidade de ex-jornalista da *Visão*), para quem a investigação judicial hoje "está mais ambiciosa". Contudo, entende que "é ainda cedo para fazer balanços". A sua prudência situa-se na observação da consistência ou inconsistência dos casos que, não obstante o mediatismo que tiveram, acabam por dar em nada ou muito pouco, em tribunal.

José António Cerejo mantém prudência idêntica. Porém, faz notar que até há pouco tempo havia coisas que passavam entre os pingos da chuva e davam origem a pena suspensa ou a absolvições porque o juiz assim o entendia... "Atualmente — afirma — os juízes e os procuradores estão a ser mais exigentes". Em todo o caso, não arrisca prognósticos e, embora por outras palavras, assume uma prudência semelhante à da maioria dos

entrevistados, que se interrogam sobre a existência de uma efetiva e maior exigência, visto que os detratores de tal atuação mais cuidada e apertada entendem que ela é assim apenas por razões de natureza política.

Podemos concluir, com base nas afirmações produzidas, que se a investigação de casos de corrupção assume uma complexidade e melindre muito especiais, isso é, também, particularmente visível no trabalho jornalístico e na diversidade de olhares e entendimentos que, sobre ele e as circunstâncias em que é exercido, expressam os profissionais que os acompanham, cobrem e investigam.

Dificilmente uma matéria tão complexa poderia provocar pensamentos, reações e sensibilidades iguais e demasiado pacíficas. Definitivamente, se há um combate que importa fazer contra a corrupção, também há uma reflexão e um debate que importa realizar em torno da sua cobertura noticiosa. Sem os olhares dos jornalistas face à corrupção, tal objetivo será impossível de atingir. Mesmo que quanto mais se olhe e procure perceber o olhar jornalístico, ele nos forneça uma crescente pluralidade de perspetivas. E com isso a impressão de que a compreensão acerca do trabalho jornalístico é tão escorregadia quanto a investigação judicial da corrupção.

Bibliografia

Cunha, I. (2015) Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (Coords.) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política:sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia, pp., 260-294.

Maia, A. (2008) *Corrupção: realidade e percepções: o papel da imprensa*. (Tese de Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Maia, A., & Borges, H. (2015). Prevenir e reprimir a corrupção política em Portugal: evolução do quadro legal In: Cunha. I.F & Serrano, E. (Coords.) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais.* Lisboa: Alêtheia, pp., 72-122.

Poeschl, G., & Ribeiro, R. (2012) *Everyday opinions on grand and petty corruption: A Portuguese study*. Porto: Húmus. Acessível em http://www.gestaodefraude.eu/wordpress/wpcontent/uploads/2012/12/wp013.pdf

Sousa, L., & Triães, J. (2007) *Corrupção e ética em democracia: o caso de Portugal*. Acessível em http://www.obercom.pt/client/?newsId=369&fileName=obf3.pdf

Sousa, L., & Triães, J. (Orgs.) (2008) *Corrupção e os Portugueses: atitudes, práticas e valores*. Lisboa: Rui Costa Pinto.

1. ANTÓNIO JOSÉ VILELA

47 anos, 23 de profissão, grande-repórter, mestre em Ciência Política e doutorando em Ciências da Comunicação, trabalha atualmente na revista *Sábado* (publicação autorizada).

> "O jornalista não é um braço armado do Ministério Público"

Tem ideia do número de casos ligados à corrupção que já acompanhou?

É complicado, até porque individualizar a corrupção num conjunto de outros crimes económicos, muitas vezes, não é fácil. Depois, não se percebe muito bem, nomeadamente quando estamos a trabalhar num caso judicial, ou que ainda não é judicial, que tipo de criminalidade é que está ali subjacente: se é branqueamento de capitais, se é corrupção ou se é fraude fiscal qualificada. Ou seja, há uma série de crimes económicos, se assim se pode dizer, que estão relacionados com autarquias e com funções de poder, que nós não os conseguimos individualizar nas investigações que fazemos. Não sei quantos casos já tratei, mas já tratei de muitos casos relacionados com criminalidade económico-financeira. Mas de corrupção não consigo individualizá-los.

Quer descrever-me o processo e as etapas de investigação de um dos casos?

Não vou dizer qual é o caso específico, mas posso relembrar os passos da investigação e o método associado. Existe uma série de circunstâncias que fazem, de alguma forma, com que um caso tenha início

em termos de investigação jornalística. Pode começar com uma denúncia para a redação através de correio eletrónico, como no caso específico que estou a recordar. Tornando isto um pouco mais explícito, quando investigo preocupa-me pouco se aquilo é crime. Preocupa-me mais o tipo de comportamento adotado pelo agente na forma e na abordagem que fez do negócio, do concurso ou do que quer que seja. Às vezes, confunde-se o jornalista com os investigadores criminais ou com o Ministério Público, ou com as polícias. Os jornalistas não são nada disso e, muito menos, são justiceiros. Ora, no caso a que me refiro, o que eu fiz, em primeiro lugar, foi recorrer a um conjunto de fontes que eu tinha e que fui mantendo ao longo dos anos para tentar perceber como é que esse negócio tinha sido feito. Se esse negócio de uma compra de terrenos se tinha realizado e se era verdade que esses terrenos tinham sido vendidos. O primeiro passo foi tentar perceber, junto das conservatórias e dos notários da zona, onde estavam os terrenos, que tipo de terrenos eram e se o negócio tinha sido, realmente, feito — o que vim a confirmar. No entanto, entre as várias partes intervenientes, a pessoa alvo da denúncia não aparecia na documentação oficial. Aparecia um conjunto de entidades oficiais, uma empresa, uma entidade externa localizada noutro país qualquer sem que se percebesse bem, porque havia uma outra que era dona dessa e por aí adiante. Está a ver o labirinto...

E por aquilo que diz parece que ainda a procissão vai no adro...

Oiça..., fui tentar perceber quem eram as pessoas que estavam à frente das entidades oficiais, para estabelecer corelações com outras pessoas. Recorri à fonte, que não estava identificada, e dirigi-lhe um conjunto de questões. (E não estando identificada, nós sujeitamo-la a cuidados extra, diferentes daqueles que temos com fontes identificadas e com as quais lidamos há vários anos.) A fonte não respondeu durante uns tempos e eu continuei a fazer esse trabalho, vendo sobretudo as empresas que estavam relacionadas, e obtendo as certidões prediais das empresas, o historial, os sócios..., sempre recorrendo a bases oficiais, como a Dun & Bradstreet, por exemplo. Recorri também a determinados locais onde estão os registos comerciais das empresas. Trabalho moroso. Depois, no meio disto tudo,

como continuava a aparecer uma determinada empresa que estava no estrangeiro, e eu não tinha a possibilidade de saber exatamente o que era — e que tinha um "testa de ferro" que era um advogado — tentei chegar às bases de dados oficiais de *offshores*, para perceber exatamente se ela estava lá registada. Não estava. Então recorri a um outro conjunto de fontes para tentar perceber se a *offshore* existia, se estava registada naquele local, e por aí fora. Foi novamente um processo moroso, que exigiu ainda outras fontes que não identificarei e um advogado localizado no país de origem. Gastámos dinheiro e tempo e, às tantas, conseguimos perceber que uma das entidades estava registada na CMVM. E estando registada, o que nos interessava perceber e saber era a identidade do detentor das unidades de participação desta entidade. No caso das unidades de participação, tal como no das empresas registadas em Bolsa em que temos de saber quem são os acionistas, a CMVM possui o registo de todos os titulares dessas unidades. Essa informação foi-me negada, como é sempre negada, invocando um conjunto de segredos que podem ser comerciais, económicos, etc. Tentei, então, através de outros meios, conseguir saber quem eram os titulares das unidades de participação. E, a partir do momento que consegui perceber quem eram esses titulares, consegui perceber que a pessoa alvo da denúncia tinha como "testa de ferro" o filho. A partir do momento em que percebi que o filho era o titular de uma quantidade de coisas, muito dinheiro, fui investigá-lo. O objetivo era perceber qual o seu trabalho, com quem se relacionava, quais as empresas em que era titular.

Tudo começou com uma fonte anónima, mas todo o trabalho está baseado em fontes documentais.

O processo baseou-se quase todo em bases oficiais e é um processo por escala. Cada vez que aparece um novo personagem é necessário reiniciar todo o processo. Entretanto, a fonte não identificada falou comigo, ajudou-me muito pouco num conjunto de outras coisas, mas através de outras entidades que oficialmente começaram a investigar o negócio, eu consegui entrar dentro dessas entidades e depressa percebi que havia um conjunto de dados que eu já conseguia relacionar, e que essas entidades ainda não tinham relacionado. Fiz essa relação com base num conjunto de outros documentos que tinham sustentando o negócio. Numa fase posterior,

já muito avançada, eu já tinha o negócio e as personagens confirmadas, assim como tive acesso a todo o PDM e à discussão sobre as alterações que estavam a ser introduzidas a todo o processo, até que consegui estabelecer a relação final com a construção de um determinado empreendimento. Tendo estas coisas todas, sem nunca ter falado com as partes, coisa que só fiz já bem perto do fim, percebi que havia mais um conjunto de relações entre pessoas que inicialmente tinham vendido os terrenos e que tinham sido enganadas; ou seja, havia pessoas que tinham vendido os terrenos a uma determinada entidade, mas foram enganadas, uma vez que havia um problema na forma como tinham sido feitos os contratos que faziam parte de todo o negócio. Tratava-se de nove irmãos e eu fui falar com todos. Dos nove irmãos, oito estavam muito contentes com aquilo que tinham recebido. Mas à quinta porta a que bati havia uma pessoa que dizia "eu não sei o que se passou, mas houve algo, porque eu recebi um determinado dinheiro e estou a receber cartas das Finanças a dizer que o negócio foi 30 vezes superior, e eu agora tenho impostos para pagar superiores àquilo que recebi". Com essa documentação fui verificar e remontei toda a peça. Tive acesso a um conjunto de dados da pessoa, desde patrimoniais a fiscais, e fui ver todo o seu passado para perceber em que tipo de polémicas é que tinha estado envolvida nos últimos anos, e que adquiriam um novo significado face aquilo que estávamos a apurar. E, finalmente, após quatro meses e tal, a investigação foi publicada. Continuei a seguir a história, com um conjunto de fontes já próximas da investigação, porque entretanto foi aberta uma investigação criminal.

Referiu [illegible] meses.

Não. Até porque isto tem tempos mortos, em que não se obtêm respostas, por isso temos vários trabalhos ao mesmo tempo.

Depois da publicação da primeira peça, não o referiu, mas a pessoa em causa [Duarte Lima] foi presa. Este é o caso em que é a investigação jornalística que leva a uma investigação judicial?
Neste caso, sim. Ainda que eu, ao contrário do que muita gente diz quando afirma que não há jornalismo de investigação, não deixo de observar que há jornalismo sobre a investigação — que é um paradigma de que muita gente fala, acusando os jornalistas de irem beber diretamente às fontes judiciais e policiais e, nessa medida, limitam-se a reproduzir a informação recolhida. É preciso ter algum cuidado com essas apreciações, porque isso faz parte da investigação do jornalista. Um jornalista não pode fazer escutas telefónicas; não tem acesso a informação bancária, não tem acesso aos passos de uma investigação policial e judicial. Ao jornalista não lhe resta senão falar com fontes de informação.

Há uma grande diferença entre aqu[illegible]e são os processos [illegible]etodologias da investigação jornalística e os da investigação policial?
Claro, até porque nós não andamos à procura de crimes. A maior parte das vezes, quando eu trabalho um tema, estou à procura de comportamentos, indícios e suspeições. E é evidente que tenho de ter cuidado ao escrever isso. Agora, também é evidente que o principal papel do jornalista é contactar fontes humanas e documentais. E isso não quer dizer que seja o jornalista a iniciar a investigação. Em vários casos bastante conhecidos não foi o jornalista a iniciar a investigação. Aquilo acaba por se tornar algo que funciona em paralelo. Aquilo que o jornalista quer e deve fazer não é exatamente aquilo que a justiça ou que outra entidade qualquer deve fazer. Os tempos e os objetivos são outros e é necessário que as partes tenham isso bem presente. O jornalista não é um braço armado do Ministério Público. Donde, se o jornalista investigou e teve acesso a uma determinada informação, a sua principal função é publicar, independentemente de isso servir à parte judicial, a um político ou a outra entidade. Mas neste caso específico que antes referi calhou ir à frente.

Quando se fala em jornalismo de investigação há dois aspetos que são sempre referidos: as dificuldades e obstáculos do ponto de vista interno e as pressões externas. Como é que tem vivido isso ao longo dos anos?
As redações têm pouca gente, logo, não se pode ter muitas pessoas a fazer trabalhos que normalmente duram muito tempo e podem dar em nada. A lógica de procura, produção e publicação imediata, que é e sempre foi a lógica do jornalismo, e que hoje está cada vez mais acentuada, não é uma lógica que se coadune com o jornalismo de investigação. Se nós virmos a história do jornalismo de investigação desde o início do século XX até hoje, constatamos que os grandes trabalhos de investigação — o tal do jornalismo infiltrado, em que se ia para uma fábrica e se ficava lá quatro meses a trabalhar para ver as condições de vida do pessoal — é algo que precisa de tempo. Portanto estamos a falar de um processo demorado, que tem avanços, tem retrocessos, tem obstáculos, tem problemas...Muitas vezes é um balão que está cheio e depois se esvazia.

Essa é a incerteza do jornalismo de investigação. Mas externamente, já sentiu algum tipo de pressão?
São mais do que evidentes, como é óbvio. Normalmente, estas pessoas e entidades com que as investigações lidam são entidades que têm muita força. Entidades políticas. Por exemplo, o Sócrates telefonava, chateava e fazia não sei quê... O Sócrates realmente tinha força. Quando a *Sábado* publicou, em julho [2014] que ele ia ser preso, a *Sábado* foi processada por ele em meio milhão de euros. O *Correio da Manhã* foi processado porque deu a notícia da *Sábado* no dia a seguir. Portanto, houve realmente um processo afirmando que era falso o que tinha sido escrito. Os processos são — e isto é a parte mais visível — realmente fortes neste momento, tanto mais que não são processos-crime que são colocados, mas processos cíveis. E no processo cível eu posso estar certo em tudo o que eu escrevi, mas o entendimento de um juiz ou juíza de um tribunal sobre ele é bastante mais complexo do que num processo-crime. E por isso nos últimos anos assiste-se sobretudo a uma intentona de processos cíveis e não tanto de processos-crime, porque as partes mais bem informadas processam civilmente. Trata-se de pressões sobre o órgão de comunicação. Pressões económicas.

Isso leva a que um determinado órgão de comunicação vacile?
Da nossa parte não, o que não signifique que seja fácil. Vou dar-lhe um exemplo: quando publicámos a primeira história em dezembro de 2014, afirmando que o Ricardo Salgado tinha recebido 14 milhões de euros do José Guilherme, com base nos interrogatórios do Nicolas Figueiredo, foi complexo publicar. Porque era o Ricardo Salgado. E não é este Ricardo Salgado a quem agora toda a gente cospe em cima. Era aquele com quem os jornalistas andaram a viajar e de quem recebiam prendas. Que iam de férias pagas por ele...Iam para Marrocos e para o Brasil, o Ricardo Salgado chegava no seu helicóptero, pousava no seu iate, e os jornalistas ficavam lá, todos, de boca aberta, à espera. E todos eles eram jornalistas especializados, lidavam com aquela área específica!

Dito assim parece um pouco presunçoso.
Deixe-me dizer que tenho alguma credibilidade no que afirmo, porque andei os últimos dois anos e meio a escrever sobre o BES. E esses jornalistas, que estavam inseridos no meio, não seguiam as histórias que iam saindo. E era percetível que havia muita coisa mal explicada. Nós não vimos nessas alturas o *Expresso* ou o *Público* em cima desse género de temas. Porque nessas alturas Ricardo Salgado tinha poder. Hoje ninguém o conhece e diz "inacreditável". A televisão está cheia de argumentistas e argumentadores. Todos dizem que já se percebia, mas quando foi publicado um conjunto de histórias sobre as investigações que andavam em cima do BES e dos negócios de venda de parte do BESA em Angola, sobre os dinheiros que andavam de um lado para o outro, sobre a fuga fiscal gigantesca, nessa altura os especialistas estavam calados, até porque o BES exerceu muita força à base de processos. O BES processou-me não sei quantas vezes. Houve pressões gigantescas para que os artigos não fossem publicados. Mas foram, honra seja feita. E o último artigo sobre Ricardo Salgado, que é a transcrição dos quatro interrogatórios do homem que lhe geria a fortuna, e que explicava quase tudo, foi publicado e ninguém o reproduziu. O artigo é publicado no final do ano passado e ninguém diz nada. Ou seja, quando Ricardo Salgado começa a cair já este ano, e cai definitivamente, é que dizem que alguém já escreveu sobre isto

antes. Porque uma coisa é seguir uma história, e outra é começar a escrever numa determinada ocasião. É que aquilo não deixava dúvidas. Existiam os interrogatórios do gestor de fortuna que dizem em *on* aquilo que o Ministério Público lhe perguntava sobre as *offshores*, sobre o dinheiro, sobre a relação com Álvaro Sobrinho, etc. Não é o jornalista a escrever. E a *Sábado* sempre adotou, quer com a anterior direção da revista, quer com a atual, o seguinte comportamento: tudo o que houver em termos de história tem de ser dado. Mas muitas destas histórias cruzam-se com processos judiciais. Ou seja, eu não vou conseguir interrogar o Nicolas Figueiredo, mas se tiver acesso aos autos do interrogatório dele, independentemente de aquilo consubstanciar um crime ou não, se eu achar que eles são relevantes e importantes publico-os. Independentemente de qualquer segredo que esteja subjacente a isso. Mas os processos são muito pesados. Imagine a construtora A. Santo, que investiguei durante vários anos: meteu-me um processo de um milhão de euros. Quando estamos a falar de pressões, a redação no mínimo abana, porque é muito dinheiro. Mas nós escrevemos e o processo foi arquivado. Ao longo destes 22 anos só fui a julgamento num caso que tinha a ver com a herança de Carlos Paredes, em que eu investiguei quem é que tinha ficado com o pouco dinheiro e com as poucas coisas que ele tinha. Fui a julgamento, mas fui completamente ilibado. Não tinha nada a ver com aquilo. A peça falava dos bens todos e para onde é que tinham ido, o que tinha acontecido, mas foi a única vez que fui a um julgamento.

Posso concluir que os seus trabalhos apoiam-se, sobretudo, em fontes documentais?
Exatamente.

Há algum tipo de restrições que as fontes lhe peçam?
Quase sempre o anonimato. As fontes que eu procuro nestes casos têm necessariamente de ser, como acabei de dizer, fontes documentais, porque são elas que mais credibilizam o trabalho que damos aos leitores e as que melhor nos defendem. Depois existe uma relação com as pessoas, as quais também são importantes, mas sobretudo tenho em conta as fontes documentais: concursos, emails trocados, queixas, análises do Tribunal de

Contas, auditorias, inspeções, etc. As fontes principais, normalmente, pedem sempre o anonimato. Por uma questão de proteção. Porque, normalmente, são pessoas ou entidades que estão muito próximas do ato, do negócio ou do alegado corrupto e têm muito a perder, em termos de afetação da sua própria vida.

O que pensa sobre o facto do jornalista se constituir assistente?
Fui o primeiro a recorrer ao estatuto de assistente. No caso do construtor A. Santo, em 2006, ceio eu. E depois foi o José António Cerejo. Eu estava a investigar a construção em Cascais de um condomínio gigantesco, na altura da presidência de José Luís Judas. E, nessa altura, o processo arrastou-se durante anos, a investigação conduzia a um determinado resultado, mas o Ministério Público decidiu de outra forma. Ou seja, a investigação da Polícia Judiciária, que esteve sempre mantida em segredo, dizia que havia claramente corrupção e que a câmara tinha tido um prejuízo gigantesco. E, no meio daquilo tudo, foram apanhadas as questões do Jorge Coelho e do tabuleiro de xadrez, e até a orgânica da A. Santo, em que estava lá escrito à mão que Jorge Coelho tinha sido convidado para presidente da A. Santo, e depois vinha o nome de António Lobo Xavier e de outros, mas toda a gente disse que era falso. Passados uns anos apareceu o Jorge Coelho à frente de uma outra construtora, ainda maior do que aquela, e que implicava também negócios com a Câmara de Coimbra, na altura da gestão do Manuel Machado. Isto era um caso muito complicado, com buscas em casa do Jorge Coelho onde não encontraram nada, porque a Policia Judiciária adiou as buscas na véspera de ir lá e, passados dois ou três dias, quando foram, não havia nada. Nem o tabuleiro de xadrez, apesar dos documentos internos da A. Santo dizerem a quem é que tinham sido distribuídos todos os presentes, que recentemente vimos no *Face Oculta*.

A tradição ainda é o que era...
Sim, porque A. Santo foi percursor. Até presuntos para a Câmara de Coimbra mandava!... Excetuando ao vereador comunista, que era o único que constava como não tendo recebido nada. Um dia telefonei ao sujeito e disse-lhe: "então você é o único que não recebe nada?". E ele: "uma vez mandaram

para aqui uma coisa, mas como eu a devolvi, nunca mais me deram nada". De resto, toda a gente recebia prendas, segundo o que constava no processo crime.

Mas estava a falar sobre um processo em Cascais. Como é que acabou?
Esse processo arrastava-se há anos, continuava em segredo de justiça, pois estamos a falar de uma época anterior à reformulação do segredo de justiça de 2007, que depois estabeleceu prazos mais apertados. Até que chegou à fase de instrução no Tribunal de Cascais, em que se litigava se aquilo iria para julgamento ou não, porque o Ministério Público propôs o arquivamento do caso — decisão essa muito polémica, porque o procurador ia aos encontros e jantares em honra da candidatura do José Luís Judas. O certo é que o processo chegou a uma fase de instrução em que a juíza teria de avaliar tudo aquilo que resultava do trabalho da Polícia Judiciária, do Ministério Público e as queixas de particulares que queriam realmente levar o caso a julgamento. Ora, nessa fase e nessa altura, os processos ainda se mantinham em segredo de justiça. Hoje já não. Nós conseguimos entrar dentro do processo e conseguimos consultá-lo na fase de instrução. Ainda agora fiz isso com o processo da compra de votos que visa André Figueiredo, o antigo braço direito do Sócrates. Naquele caso, eu fiz vários requerimentos ao processo a pedir a consulta, e numa fase de instrução continuava-me a ser negado, com a argumentação da juíza dizendo que o processo estava a ser necessário às partes e eu não poderia consultá-lo. O jornalista não era bem-vindo para chegar ali e consultar o processo. E aquilo arrastou-se durante um ano e meio. Um dia, questionando o procurador do processo por telefone, ele disse-me que, como jornalista, e como qualquer pessoa neste tipo de processos, eu podia constituir-me como assistente para o consultar. Disse-me quais os artigos que fundamentavam essa possibilidade, fui ao Código de Processo Penal e vi o tipo de crimes em que uma pessoa se podia constituir assistente. E assim fiz.

E foi bem sucedido, como já disse.

Basicamente, o que eu queria era ver o processo. Uma semana depois do requerimento ter entrado, estava a consultá-lo. O mais caricato, é que enquanto consultava o processo — que me levou semana e meia — havia jornalistas dos outros órgãos de comunicação a pedir a consulta do processo. E a juíza, como eu já era assistente, mandava-me os requerimentos dos meus colegas para que eu me pronunciasse se eles também podiam ter acesso. Ou seja, a juíza decide, mas todas as partes têm de se pronunciar. E eu pronunciei-me sempre dizendo que concordava que todos tivessem acesso ao processo. Mas a juíza indeferia sempre. Em suma: vi o processo todo e publiquei tudo o que ele continha de importante. Publiquei tudo o que aconteceu em Lisboa, Coimbra, e por aí fora. E é a primeira vez que me constituo assistente num processo com este intuito. Seja como for, tenho muitas dúvidas se o jornalista se deve constituir assistente durante a investigação. Por exemplo, o Vítor Rainho [*Sol*] constitui-se assistente no processo *Face Oculta* durante a fase de investigação, fez requerimentos para que esta pessoa ou aquela pessoa fossem ouvidas, para que fossem juntos documentos...e é aí que o jornalista se torna realmente uma parte do processo e da investigação. Torna-se quase um acusador no processo e isso eu não quero para mim. Mas se me perguntar se eu acho que o jornalista se deve constituir assistente, como qualquer pessoa deste país, para conhecer o conteúdo do processo, acho que deve fazê-lo imediatamente se lhe for vedado o acesso ao processo.

E sobre o segredo de justiça? Qual é o seu entendimento?

Eu não reconheço o segredo de justiça. Não quero citar o líder da bancada parlamentar do PS [Ferro Rodrigues] que, no processo *Face Oculta*, dizia "estar-se a cagar para o segredo de justiça". Não quero ir a esse ponto. Mas, para mim, o segredo de justiça não existe. Porque nem existe um segredo de justiça nem um segredo económico, assim como não existe um segredo empresarial. Para mim só há um tipo de segredo, que é o segredo da vítima que não se pode defender. O segredo de um miúdo ou de alguém que é violado. Existe o segredo da identidade das pessoas. Eu se tiver

acesso à informação, publico-a. O segredo de justiça inviabiliza o quê? As investigações jornalísticas? Inviabiliza aquilo que se conhece publicamente? É isso que me pergunta?

É isso ligado a um outro tópico, que tem a ver com aquilo a que se chama fugas de informação.

Até posso concordar que na maior parte das vezes o entendimento que se tem lá fora, quando não se lida com isto diretamente, é de que existe uma tentativa de instrumentalização e de manipulação do jornalista para transmitir um tipo de informação que depois marca, de alguma forma, ou o ritmo da investigação ou as personagens da investigação. Isto acaba por ser visto quase como o lançamento de uma suspeita gigantesca sobre alguém para preparar o trabalho e, também de alguma forma, trazer esse alguém para dentro do processo, tornando-o culpado, mesmo que ele não o seja. Nos últimos 22 anos, nas informações que eu consegui, que muitas vezes vêm da investigação, ou corelacionadas com a investigação, nunca senti que fui manipulado. Porque os dados que, a maior parte das vezes, publiquei são dados que efetivamente estão dentro do processo e que conduziram a uma acusação formal. São dados que naquele momento e naquela investigação são verdadeiros. Quando falamos de manipulação estamos a referir-nos ao uso de factos para manipular ou conduzir a outro entendimento. Por exemplo, eu publiquei com três semanas de antecedência que o Duarte Lima ia ser preso. Os factos que estavam naquilo que eu escrevi são os factos que estão explanados em documentos formais que conduziram à acusação, assim como escrevi que o Sócrates ia ser preso. As entidades oficiais negaram completamente. Quem ler a peça da *Sábado* publicada em julho do ano passado [2014] vê que estava a ser investigado, vigiado e sob escuta há um ano. Estão lá as personagens e os negócios. Agora, se Sócrates é culpado, se o dinheiro é realmente do Santos Silva... Como é que um jornalista consegue saber isso? O jornalista vai ficar à espera que o processo chegue ao Supremo e depois tenha dezenas de recursos como o do Isaltino Morais e 10 anos depois é que vai escrever?! O que tem de haver da parte do jornalista é o não engolir a informação que lhe é dada pela fonte e dizer-lhe que se ela o estiver a enganar e houver manipulação, "você está feito comigo". É possível que um jornalista não escreva sobre a detenção de um ex-primeiro ministro?

Tudo depende, em última instância, do comportamento ético e deontológico do jornalista?
Dele e do seu órgão de informação. O órgão de informação, na sua estrutura hierárquica, tem muita influência na forma como se publica, na forma como se verifica.

Queria que falasse da diferença entre os processos e as metodologias da investigação jornalística e os da investigação judicial.
São completamente diferentes. Um quer descobrir crimes, quer comprovar o crime de corrupção, e eu, na maior parte das vezes, quero apenas perceber um comportamento que deu origem depois a uma suspeita de corrupção. Ou seja, eu quero comprovar uma violação ética no estatuto de um político, de um ex-político. Na maior parte das vezes, quero contar uma história de ligações perigosas que conduziu a um determinado tipo de facto final. Se eu conseguir comprovar uma corrupção...
Todavia, não consigo ouvir testemunhas que depois me levem a uma convicção dos factos. Agora, consigo ouvir alguns testemunhos e recolher alguma informação, porque eu estou à procura de histórias, não estou à procura de acusações, que muitas vezes até caem na primeira instância. Por exemplo, a história do dinheiro na Suíça do Isaltino Morais, que foi dada no *Independente*, pelo Luís Rosa: era uma história que não existia, foi investigada, andou aos balanços anos e anos, esteve para se encerrar o processo, etc. Na fase final, aquilo leva a uma acusação e depois a um julgamento e os jornalistas pensam "isto está esgotado". Não está esgotado. Quem é que fez a denúncia? A denunciante acabou por ser identificada, foi a ex-secretária de Isaltino Morais, e eu consegui entrevistá-la durante o julgamento. De fora dirão: isto foi feito com determinado intuito, ou seja, entrevistou-se especificamente aquela senhora que mandou os documentos à Procuradoria de forma anónima e, ao publicar-se uma história naquela fase específica, há uma tentativa de influência de um coletivo que está a decidir o que vai acontecer a Isaltino Morais. Eu digo: pode haver essa interpretação, mas a minha é outra. Eu abordei a senhora, que me disse que dava a entrevista e contava tudo o que tinha acontecido e a perseguição a que tinha sido sujeita depois disso. E eu penso para comigo: estou a ser

instrumentalizado? Não, eu vou mas é fazer a entrevista e vou ver o que é que ela diz. E se o que ela me disser for importante — e era — a entrevista é publicada. Agora, quando foi publicada esta peça do José Sócrates em julho, as pessoas diziam "o tipo que publicou isto é do PSD". Porquê? Porque o António Costa vem aí e aproveita-se o balanço. Mas foi o mesmo tipo que entrevistou o patrão do Passos Coelho e que contou aquilo da Tecnoforma... Ou seja, eu acho que, em última instância, ao jornalista o que cabe é, literalmente, ir a todas, seja o PS, o PSD, seja quem for. Se se conseguir entrevistar as pessoas e elas derem a cara, como o patrão do Passos Coelho, que foi a única vez que deu a cara e contou tudo sobre o dinheiro recebido sem que ele lá trabalhasse, publica-se. E na altura quando a entrevista saiu, ninguém lhe ligou nenhuma. Porque a perceção que temos hoje acerca de Passos Coelho é de alguém que vive em Massamá, remediado e austero; mas o Passos Coelho dos anos 1990 não era este. E, muitas vezes, quando damos estas duas realidades, do outro lado há a tendência para dizer que não é bem assim ou que é manipulação. Há, todavia, um aspeto em que as investigações judicial e jornalística se aproximam: nós queremos documentos, queremos provas, queremos as vítimas, queremos os negócios, os dados bancários, os registos dos *offshores*, os relatórios oficias do Banco de Portugal, da CMVM, do Tribunal de Contas. O método de pesquisa é semelhante, só que quando estamos a investigar o caso nós não estamos a investigar o crime, nós estamos a investigar nesta documentação todo o tipo de comportamentos, o negócio e a história subjacente. E neste percurso o jornalista não se deve tornar um justiceiro.

O que pensa do trabalho da justiça em matéria de corrupção?

Como todos os crimes económicos, é um crime extremamente difícil de provar. É um crime que muitas vezes assenta num circuito muito fechado, entre os próprios. Vou dar um exemplo: consultei há pouco tempo o processo do André Figueiredo e o Ministério Público chega ao fim e diz que não tem a ver com corrupção, tem a ver com tráfico de influências. A Polícia Judiciária quer que ele seja acusado e encontra uma série de elementos, mas o Ministério Público diz que o que existe é a conversa entre A e B que estiveram sozinhos numa sala, em que um prometeu ao outro determinados

cargos se ele fizesse determinada coisa. Em última instância, como o ato está entre estes dois, e se um diz uma coisa e outro diz outra, não se consegue provar. A corrupção é muito difícil de provar.

Mas ela está a ser pior ou melhor investigada, neste momento?
Acho que tecnicamente ela é melhor investigada. A Polícia Judiciária está tecnicamente mais bem preparada, tem-se servido de um conjunto de peritos que vai buscar, nomeadamente, às Finanças, para colaborar na investigação. E está mais preparada tecnicamente, inclusive, por um conjunto de coisas acessórias para a investigação, mas que são fundamentais como, por exemplo, a intervenção direta da unidade de informação financeira na Polícia Judiciária que tem uma ligação direta a um conjunto de entidades — conservatórias, notários, bancos para perceber que negócios estão a ser feitos — e que recebe informação imediata de qualquer tipo de negócio que se torne um bocadinho suspeito. E isto funciona como alerta à Polícia Judiciária que vai pré-investigar o caso. E eu acho que aí, tecnicamente, as entidades judiciais estão melhor preparadas. Agora, consubstanciar isso em prova torna-se mais complicado e torna-se ainda mais complicado convencer, muitas vezes, juízes de primeira instância que determinados atos indiretos conduziram ao crime de corrupção. Acho que aí é mais complexo.

E o titular do cargo de Procurador-Geral também tem influência nisso?
Eu sei que há jornalistas que dirão que sim, mas o Procurador-Geral da República tem muito pouca influência nos casos que são tratados ao nível do Ministério Público, sobretudo se estamos a falar de corrupção. O Procurador-Geral da República pode ter uma intervenção em casos-limite, como por exemplo, no caso Pinto Monteiro/ *Face Oculta,* sobre as escutas de Sócrates — se se abria ou não o processo, porque se tratava do então Primeiro-Ministro. Mas em todos os casos de corrupção que existem não há intervenção, porque o Procurador-Geral da República nem sequer sabe, porque tudo é tratado ao nível da hierarquia local do Ministério Público e o titular da investigação tem autonomia para abrir o processo e conduzir a investigação. Eu acho que o Procurador-Geral da República, e faço minhas as palavras do anterior Procurador, é a rainha de Inglaterra. Claramente. Ele

pode, em última instância, mandar fazer uma inspeção ao procurador sobre determinado caso, mas isso raramente acontece. Acho que isto tem a ver com a estrutura e a preparação do Ministério Público, tem a ver com a capacidade dos procuradores quererem ou não fazer estas investigações, levarem-nas ou não até ao fim. Eu não sei se a figura do Procurador é determinante. É evidente que eu não quereria ter um Procurador como o Rui Pereira ou como o Proença de Carvalho. É evidente que a escolha do Procurador e a imagem que traz consigo acaba por ser relevante até em termos de perceção pública. Agora, uma coisa é termos Rui Pereira como Procurador-Geral da República, o que esteve quase a acontecer, uma pessoa que tinha sido Secretário de Estado de um governo, que depois veio a ser Ministro; outra coisa é termos alguém como Pinto Monteiro que nunca exerceu qualquer função. Às vezes dizia umas coisas absurdas publicamente, mas foi ele que fechou o processo *Freeport*? Não foi, foram os procuradores do DCIAP. Foi ele que fechou o processo *Face Oculta*? Não. Houve uma certidão enviada para ele, porque se tratava do Primeiro-Ministro e ele considerou que ela não tinha relevância, e nós podemos discutir isso, claro. A imagem do Procurador é importante, mas ele não controla os magistrados. Controla, por exemplo, o procurador de Matosinhos no caso Narciso Miranda? Não. Não tem uma intervenção direta nem formal. Ele toma contacto com os processos *a posteriori*, quando as investigações já estão feitas, quando há acusações feitas ou quando há processos destruídos.

Os mais relevantes dos últimos anos foram: *BPN*, *Freeport*, *Face Oculta* e *Submarinos*. Como viu a cobertura jornalística destes casos?

Ao contrário de grandes processos que lidam com muitas emoções, como foram os casos *Madeleine McCann* ou *Casa Pia*, são menores os erros da cobertura jornalística em matérias de corrupção. Naqueles dois casos, se se fizer uma análise científica, há muitas manchetes falhadas, há muitos erros cometidos; nos casos de corrupção referidos eu não me recordo de nenhuma informação dada e que tenha sido falsa. Ou que não constasse nos processos.

E acha que esses dados publicados, essa investigação jornalística, ajudou a outra investigação no apuramento da verdade?

No caso *BPN* há dois tipos de investigação. Há uma investigação que acompanha aquilo que é feito, mas há também o acesso dos jornalistas a um conjunto de dados — até porque fez-se uma comissão de inquérito e houve muita informação que saiu do *BPN*. Nos casos *Face Oculta* e *Freeport* há realmente menos investigação autónoma, há investigação que vem de dentro, diretamente dos processos, sem dúvida. Se eu acho que isto ajudou a investigação? Acho que isso nem se deve colocar. Eu acho que ajudou sobretudo os leitores de jornais, as pessoas que ouvem rádio e que vêm televisão a ter uma perceção de que o *BPN* era aquilo que era, tinha lá as pessoas que tinha..., a saberem o que é que estava ali em causa, quem eram as personagens que andavam à volta, que tipo de negócios é que eram feitos, e que tipo de elite é que estava envolvida.

No caso dos *Submarinos* acho que se ajudou, pelo menos, a que a população tivesse uma perceção de que o negócio das contrapartidas dos *Submarinos* foi uma coisa ruinosa para o Estado português, destrutiva mesmo. E que a investigação judicial perdeu-se no meio disto tudo, que demorou uma eternidade, que andou para trás e para a frente, que não conseguiu obter colaborações externas, que não conseguiu provar nada

Isso remete-nos para a perceção que as pessoas têm da corrupção política e se essa perceção é dada pelos *media*. O que acha?

Que é através dos *media* que formulam as suas opiniões, não duvido. Penso também que muitas vezes consideram que os jornalistas são todos uns vendidos, como acham que os mecânicos das oficinas são todos uns ladrões. É uma mentalidade que está instalada. Ou seja, se a publicação destes artigos conduz a uma perceção unânime em relação a uma determinada classe ou à ideia de que o país está cheio de corruptos, acho que a comunicação social tem uma força que não é de descurar. Agora considero também que essa é uma perceção instalada desde antes de haver comunicação social. Ou seja, a ideia de que são todos calões e só eu é que trabalho, e de que toda a gente rouba e só eu é que sou honesto é uma ideia generalizada que está inculcada desde sempre.

E essa é uma razão sobre a qual os jornalistas não têm que se preocupar?
Pessoalmente não tenho que me preocupar com as ideias que a generalidade das pessoas tem sobre determinados fenómenos, porque se me vou preocupar com isso eu dou em maluco. Porquê? Porque basta-me entrar no Facebook ou numa rede social qualquer e há opiniões de todo o género, mas elas coincidem sempre numa coisa: são todos desonestos e eu não. Donde, independentemente do que eu faça como jornalista vai sempre haver uma interpretação diferente daquilo que está na origem do meu trabalho. Por exemplo, publica-se sobre Sócrates e as redes sociais ficam invadidas de defensores de Sócrates, que afirmam que há um intuito por detrás. É quase como se houvesse uma desqualificação do facto e uma qualificação da conspiração ou uma qualificação da intenção. E isso é feito por toda a gente, por pessoas comuns do dia-a-dia, mas também por docentes universitários e ex-Presidentes da República à porta de estabelecimentos prisionais. É feito pela antiga vice-presidente da ERC, Estrela Serrano, no seu blogue. Quando publiquei a última coisa sobre o Passos Coelho, ela, embora não conhecendo a investigação que está por trás, questionou o processo de intensão e o processo de investigação: se as partes tinham sido contactadas, se a informação estava verificada, etc. Questionou isso tudo e teve não sei quantas pessoas a apoiá-la imediatamente. E eu acabei por publicar — uma coisa absurda, nunca mais faço isso — no próprio post dela todos os contraditórios que enviei para todas as entidades, e publiquei até o email que enviei a Passos Coelho. E ela no fim diz: "agora só falta saber se isto é verdade, se existe mesmo criminalmente". Ou seja, o que se está a discutir não é o facto em si, é a intenção. E quando se discutem intenções, se o jornalista se preocupa com intensões não publica nenhuma peça. O que o jornalista deve avaliar é o facto. Outro caso: o *Correio da Manhã* publicou aquilo sobre a vida de Sócrates em Paris e aquilo tinha algum sentido. E Sócrates processou o jornal. Depois, todas as peças que o *Correio da Manhã* publicou a seguir, vimos novamente a Estrela Serrano dizer que o *Correio da Manhã* tornou-se parte interessada. Porquê? Para se livrar do processo-crime. Ou seja, o *Correio da Manhã* publicou umas coisas sobre Sócrates e depois como foi processado não poderia publicar mais nada a seguir, porque está a publicar coisas para se defender, uma vez que tem um processo de

Sócrates. O que se está a discutir novamente é a intenção, quando se devia discutir se o facto publicado é verdadeiro ou não naquele momento. Devemo-nos preocupar é com o facto, com a certeza do facto

Mas essa ideia da condenação está a mudar.
Sim, de repente. É o processo *Face Oculta*. Por corrupção tem sido condenada uma série de gente: médicos, o Abílio Curto da Câmara da Guarda, o presidente da Académica, etc. Mas o processo *Face Oculta* marcou e passou a dizer-se publicamente que deixou de haver impunidade. E depois o processo *Face Oculta* veio muito próximo da detenção de Sócrates. E há aqui, neste momento, esta perceção, mas que pode durar pouco tempo. Se Sócrates for solto pela Relação ou se o Vara ganhar o recurso, o que é que acontece? Altera-se esta perceção automaticamente. Os grandes processos mediáticos têm o condão de generalizar ou tolher comportamentos que nós consideramos extensivos ou muito curtos. Quando apareceu o caso *Casa Pia* dizia-se "isto é um país de pedófilos". Quando aparece algum caso destes há uma tendência para generalizar, mas essa generalização também dura pouco tempo. E também não há muitos processos-crime abertos por suspeitas de corrupção. Quando os processos são abertos, os investigadores, muitas vezes, já não põem a suspeita de corrupção lá no meio, põem um conjunto de outros crimes associados — fraude fiscal, branqueamento de capitais, abuso de poder, violação de regras urbanísticas — e a corrupção às vezes está lá, outras não está, porque a corrupção é muito difícil de provar nos tribunais.

Acredita que os jornalistas estão preparados para fazer investigação e tratar casos de corrupção política?
A prática da investigação leva a que um jornalista consiga muito mais facilmente averiguar este género de factos, ou seja, leva a que o jornalista se consiga formar. O órgão de informação deve ter a possibilidade de capacitar o jornalista de lhe proporcionar a formação adequada. O jornalista não precisa de ir frequentar especializações em Direito da Comunicação Social ou outras formações, que podem ser boas mas não é disso que precisa. O jornalista tem que ter um conjunto de características físicas e pessoais

para entrar nisto. Alguns não querem, querem ser pivots, por exemplo. Agora se há um jornalista que tem uma inclinação quase natural para estas matérias, isso deve ser fomentado. E o órgão de informação deve fomentar essa inclinação e tornar relevantes esses temas investigados, dizendo que é um produto no qual aposta. Antigamente, nos jornais, havia equipas de investigação que acabaram num instante, porque dentro da redação eram até mal vistas, porque havia quatro tipos à parte a fazer investigação, e os restantes diziam "eles não fazem nada". Havia a perceção dentro do órgão de informação, de que por se investigar determinadas coisas de forma profunda é-se privilegiado. O jornal *Sol* tinha até um gabinete de investigação, foi dos últimos a criar isso — já não existe. Por outro lado, também sucede que quem está acima do jornalista não percebe como é que se faz a investigação, como é que se vão buscar os documentos, nem sequer tem uma perceção da dificuldade de fazer isso. Tem a ver muitas vezes com o desconhecimento, em muitas ocasiões, do trabalho no terreno, do que é que deve ser feito, e até daquilo que é importante na função primeira do jornalista que é o seguinte: um jornal e uma revista só marcam a diferença com estes casos, porque para tudo o resto — conferências de imprensa, acompanhamento de acidentes, espetáculos —, o cidadão repórter faz isso duma forma instantânea.

Alguma questão ou preocupação que queira acrescentar?

Acho que neste momento há uma coisa muito complexa nos órgãos de informação em Portugal, que tem a ver com a perceção de que há pessoas e instituições intocáveis, e essa perceção é estranha. Porque, por exemplo, se nos EUA ou Inglaterra um órgão de informação pública uma peça que visa especificamente uma entidade ou uma pessoa, imediatamente os órgãos de informação concorrentes vão querer investigar e trazer valor acrescentado à história. Em Portugal, em ocasiões muito específicas, quando se lida com figuras que não caíram em desgraça há um respeito ou há uma desconfiança total em relação a uma peça que é publicada noutro órgão de informação. Quando o *Público* averiguou a licenciatura de José Sócrates, demorou uma semana e tal até que alguém, no caso o *Expresso*, pegasse naquilo. E assim houve sete dias em que ninguém ligou nada àquilo. Há um "respeitinho" em relação às pessoas que têm poder. Eu publiquei aqui uma história

sobre dois administradores da Fundação Champalimaud que fugiram ao fisco e ninguém pegou na história em lado nenhum. Porquê? Porque a Fundação Champalimaud tem uma aura de intocável. O BES era difícil, não se escrevia sobre o BES. Mas sobre isto só se consegue ter uma perceção depois. Em muitas ocasiões há histórias que são investigadas e o que há da parte dos concorrentes é uma desvalorização da história. É quase preciso um atestado de credibilidade total, que já não são os factos que ali estão, é o órgão de informação que os publica; ou então, mesmo sendo um órgão de informação com um estatuto como o do *Público* há uma desvalorização do facto. Isto verifica-se e não se deveria verificar. Veja o caso do Relvas. Onde é que a história foi publicada pela primeira vez? Foi publicada no jornal *O Crime*. Eu peguei no jornal, trouxe-o para aqui e responderam-me "isso é *O Crime*". Mas isso para mim não interessa, o que interessa era o que ali estava. Arrastámos essa investigação e arrastou-a toda a gente. Houve uma desvalorização do facto em função da fama e isso acontece com frequência em Portugal. Ou pelo poder, ou pelas qualificações que o órgão de informação tem, ou por outra qualquer razão, há uma desvalorização do facto e isso acho que é um dos principais problemas com que nós lidamos em Portugal.

2. DAVID DINIS

39 anos, 19 de profissão. Diretor do *Observador*, licenciado em Jornalismo (publicação autorizada)

"Os poderes têm a tendência para segurar sempre a informação"

Como diretor de um jornal, quando ouve falar em casos de corrupção política, qual é o seu primeiro pensamento?
Neste momento é *José Sócrates*, pela matéria de pura atualidade.

Refiro-me ao tema.

Devo dizer que não é aquele em que mais penso. Considero, de resto, que nós, em Portugal, não temos razões para ser alarmistas. Aqui ao lado, em Espanha, temos centenas de pessoas que estão presas por suspeitas de corrupção; em Portugal, enfim, temos um caso muito simbólico, o do ex-Primeiro - Ministro, que agita.

Essa discrepância tem a ver com o facto de o sistema judicial, em Espanha, funcionar melhor?

Eu não partilho desse pessimismo. Não tenho por pressuposto que as pessoas na vida política se portam mal. Tenho por pressuposto que elas se sabem comportar e estão à altura dos cargos. Agora isso não significa que o jornalismo não tenha de estar atento...

E como lidar com a corrupção, matéria tão delicada, que implica um tipo de exigência especial? Ou como sa[illegible]idar com as diversas pressões que fatalmente entrarão em cena?

Vamos pegar num caso particular, se quiser, para percebermos mais facilmente do que é que estamos a falar. O caso *José Sócrates*, por exemplo, é um processo interessante, na medida em que se fizermos uma análise mais ou menos extensiva do que tem sido publicado nos últimos dois meses e meio — estamos a falar de pouco tempo ainda — encontramos enormes disparidades de informação. Daí que a minha primeira preocupação, o meu primeiro instinto quando leio este tipo de notícias — e o mercado das notícias funciona como qualquer mercado normal — é olhar para elas com cuidado e tentar perceber que perguntas é que têm de ser feitas sobre aquela matéria, para melhor percebermos em que termos é que ela pode e deve ser colocada. Ou seja, não devemos seguir pura e simplesmente as notícias como se todas elas fossem verdade. Estamos a falar de um processo de investigação com tudo o que ele implica; logo, é muito diferente atuar num processo de corrupção quando há julgamento formado ou quando nós, jornalistas, estamos a investigar e o processo ainda não está concluído. Ora,

a grande obrigação do jornalismo, nestes momentos, é ser cuidadoso na confirmação de factos, na sua verificação — ser capaz de enquadrar toda a informação.

Pelo melindre e sensibilidade que têm, são casos em que, por norma, também existe um maior número de pressões e de obstáculos a vencer, a começar pela própria organização. Como vê estas questões?
Do ponto de vista interno estes casos colocam novos desafios, sobretudo aos mais pequenos, como é evidente — o caso do *Observador* é um deles —, porque não é muito fácil, face à necessidade de gerir toda a informação relativa a um caso de corrupção, adjudicar meios estritamente vocacionados à sua cobertura. A alocação dos meios é, por norma, proporcional aos resultados e eficácia que se consegue obter... Encontramos aqui, portanto, desde logo, uma limitação. Mas atenção: é uma limitação de qualquer jornal, porque eu já passei por vários e isto acontece em quase todos. São raros os órgãos de comunicação que têm equipas organizadas. Tive a oportunidade, no *Diário de Notícias*, de liderar a equipa que acompanhou o caso *Face Oculta*, mas reconheço que são raros os jornais e os momentos em que tal acontece.

E externamente?
As pressões existem, como é evidente. Contudo, devo dizer que, no que me diz respeito, não é minimamente frequente que existam pessoas a ligar para me dizerem que eu não devia escrever isto ou aquilo. O que acontece, hoje, é outro tipo de pressão que também é externa, e que se manifesta através dos comentários que fazem nas caixas, ou nos emails que nos enviam. Mas aí, pelo menos que nós saibamos, não estamos a falar de pessoas diretamente envolvidas. As envolvidas nestes casos têm muito mais cuidado.

Afirmou ter liderado a equipa que, no *Diário de Notícias*, acompanhou o caso *Face Oculta*. Quer sumariamente dizer como é que se processou a metodologia?

No *Diário de Notícias*, que é um jornal que tinha muitos mais meios — agora tem menos, mas ainda assim tem bastante mais do que nós temos aqui —, o que nós fizemos na altura foi, por indicação da direção, formar um grupo de trabalho para lidar diretamente com o caso. Basicamente, estava só dedicado ao caso *Face Oculta*, que foi uma matéria que marcou infinitas páginas, não só do *Diário de Notícias* mas de muitos jornais. Tínhamos a obrigação de produzir todos os dias notícias sobre aquilo, o que nos obrigava a pensar muito, e a falar com muita gente. Era como se tivéssemos uma secção à parte, quer dizer, eu tinha que editar a *Política* e, simultaneamente, editava aquela outra secção. Tínhamos uma equipa de cinco ou seis pessoas, em que cada uma ia à procura de informação numa determinada perspetiva: judicial, política, parlamento, etc. Era um trabalho com várias frentes e era preciso estar atento a essa diversidade e ao caudal de informação que cada uma delas poderia proporcionar. A mim competia-me fazer a coordenação do grupo de trabalho

Que tipo de fontes procuravam ou privilegiavam?

É obrigação do jornalista procurar todas as fontes possíveis e imaginárias. É evidente que umas falam mais, outras falam menos, como em tudo na vida, mas esse é o processo de investigação. Quer dizer, umas falam em *on*, outras falam em *off*, umas dão pistas concretas, outras dão "achómetros", enfim, ser jornalista é fazer todo um processo de seleção do que é que vale, do que tem de ser reconfirmado, e do que é confirmado por si.

Segredo de justiça: obstaculiza a investigação jornalística? O que pensa disso?

O jornalismo não está, nem pode estar, acima da justiça. Agora, a justiça não pode inviabilizar o jornalismo. O jornalismo faz parte do processo de escrutínio democrático, é indissociável da democracia; é sabido que não há liberdade sem jornalismo e não há jornalismo sem liberdade. E, portanto, o que o jornalismo tem que fazer é respeitar a regra geral do jogo, mas sem

omitir a informação importante que possui. Esta, a meu ver, é a regra. E tanto se aplica à política como à economia. Imagine um caso sobre uma hipotética fuga de capitais. Não obstante o sigilo bancário a que cada depósito está sujeito, se um jornal sabe que saíram em janeiro 14 mil milhões de euros da Grécia, antes das eleições legislativas, o jornalista tem que dizer. Faz parte do seu trabalho e é isso que a sociedade espera dele. A mesma coisa acontece com a área da justiça. Evidentemente que existe um segredo na justiça, como também existe segredo bancário, logo, o jornalismo tem que tratar as coisas com a delicadeza necessária e consciente de que o que disser vai ter consequências: no processo judicial e na estabilidade do sistema bancário. Uma coisa, portanto, é o extremo cuidado que deve ter com a publicação do seu trabalho, outra é não poder ignorar o que sabe e o dever de informar.

Qual é a sua opinião sobre o jornalista constituir-se assistente num processo?

Eis algo a que eu nunca dediquei muito tempo. Todavia, não me parece que seja uma atitude normal. É como se o jornalista fosse um infiltrado oficial e isso a mim faz-me um bocadinho confusão..., porque ou bem que o processo é público no sentido de um jornalista procurar a informação, ou bem que não é. Dito isto, é evidente que existindo é legítimo que o jornal ou o jornalista o possam utilizar essa figura.

Como lida com a ideia das fugas de informação?

Respondo-lhe com o caso Watergate, que é um dos casos de corrupção mais conhecidos e que nunca teria existido sem as fonte em *off*. As fontes em *off* existem e são essenciais para um processo de escrutínio. Agora, cabe ao jornalista perceber o que é maledicência, má fé ou uma boa informação. Faz parte do procedimento profissional de qualquer jornalista. Uma fonte em *off* tem um valor facial, que não chega, mas é essencial.

Mas confirmando sempre todas as informações...
Uma fonte em *off* tem de ser muito bem confirmada, porque senão não tem validade, sozinha não existe. O processo Watergate foi bem conduzido do ponto de vista da investigação jornalística, porque as fontes em *off* — sabemos hoje quem foram — eram depois sujeitas a um escrutínio bastante intensivo pelos jornalistas. E é assim que as coisas devem funcionar.

***BPN*, *Freeport*, *Face Oculta* e *Submarinos*. Como viu o tratamento jornalístico destes casos?**
São bastante diferentes entre si. Em todo o caso creio que, genericamente, o tratamento jornalístico foi intensivo e bastante escrutinador. Acho que nós temos algumas dificuldades ainda em fazer um processo mais rigoroso, quando estamos a falar de jornalismo de investigação, porque prendemo-nos muito a fontes e eu gosto mais de documentos do que fontes. Porém, com as limitações que existem considero que os casos foram bem tratados na comunicação social.

O jornalismo nestes casos ajudou a investigação judicial ou andou a dar conta do que era a investigação judicial?
Acho que mais a segunda do que a primeira. No caso *BPN* tenho algumas dúvidas, porque, na verdade, acho que o que aconteceu foi que o processo político ajudou ao escrutínio judicial. Foi uma exceção: o jornalismo foi mais atrás do escrutínio político, e depois, a montante, foi o processo judicial.

Que ideia tem da justiça no tratamento das questões da corrupção política?
Acho que está num processo de adaptação. Nós estamos a falar de tempos que mudaram bastante. Hoje já não é a mesma coisa do que fazer investigação sobre corrupção há 20 anos atrás. Sinto que é difícil à justiça adaptar-se a um novo processo. Sente-se que está a fazer um esforço, mas é muito difícil fazer uma avaliação com processos que ainda estão em investigação. Nós estamos muito a quente com casos como o de *José Sócrates*, do *BES*, da *PT*, e dos *Vistos Gold*.

Sinal de que funciona melhor?

São quatro processos que nasceram nos últimos seis meses, mas são quatro processos nos quais nós ainda estamos no início da investigação e não conseguimos perceber até que ponto aquilo significa que a justiça tem outras metodologias e meios, se está mais atenta ou, pelo menos, mais intrusiva no sentido da fiscalização. Ou se, pelo contrário, nós estamos a ver um bocadinho "fogo de vista" e as coisas estão mal preparadas. Nós só vamos conseguir fazer o julgamento do processo de adaptação quando começarmos a ver processos materiais em cima da mesa. E, portanto, custa-me fazer uma apreciação *a priori*.

Que diferenças e semelhanças encontra entre a investigação jornalística e a investigação judicial?

Por vezes têm muitas coisas em comum. Acontece que a investigação judicial tem mandatos, portanto, as pessoas são obrigadas a responder. No caso do jornalismo não. Sucede, no entanto, com alguma frequência, a vontade, disponibilidade e, até, a iniciativa de uma pessoa querer passar uma dada informação, motivada pelas mais diversas razões. Tais motivações, embora seja importante ter em conta e conhecer, são alheias ao jornalista, a quem compete, e isso é que é decisivo, avaliar a qualidade e pertinência da informação. Diria, no entanto, que existem algumas semelhanças, no sentido de que os dois têm que fazer um tipo de escrutínio exigente, mas, no fundo, são complementares.

Qual será a perceção que os portugueses têm do fenómeno da corrupção em Portugal?

De café? Dirão que é muita. Depois, mais racionalmente, eu diria que as pessoas quando têm que tomar decisões vêm as coisas na medida certa. Ou seja, se for ver, por exemplo, as intenções de voto, hoje, em Portugal e em Espanha, é muito evidente, por exemplo, ligando o caso *Sócrates* ao Partido Socialista, que não se julgou o sistema político por uma pessoa que está a ser suspeita, ainda que a suspeita seja grave. E, portanto, eu acho que nós ainda conseguimos ter uma perceção razoável, à exceção da conversa de café, que, enfim, também não tem validade especial no processo de

decisão democrática. Creio, portanto, que a corrupção é um fenómeno que vai preocupando as pessoas à medida que vão aparecendo mais casos que, evidentemente, têm indícios e suspeitas muito fortes, mas ainda assim acho que as pessoas não sentem que seja um processo completamente generalizado, e isso é confortável. Somos um país um bocado estranho nesse ponto de vista até. Na Grécia isso sentiu-se já do ponto de vista do processo democrático e em Itália também. Em França sente-se isso, sobretudo, com a subida do partido da extrema-direita. Em Espanha é evidente que se nota. Eu acho que, no que diz respeito à Europa do Sul, nós ainda somos um bocadinho uma exceção. Mas, lá está, quando as pessoas respondem a um inquérito de opinião só sobre corrupção, eu acho que a resposta definitiva é a resposta de café.

Entende que para essa perceção o principal contributo é dado através dos *media*?

Creio que isso não seja um problema, ou seja, se me diz que os *media* acentuam a perceção de que há uma coisa negativa a passar-se, faz parte dos *media* alertar. E alertar a consciência pública e cívica é uma coisa boa, não é uma coisa má. Não é mau dizer que os *media* estão a pôr pressão no sistema político para que ele seja mais honesto. É o papel dos *media*, como devia ser o papel de toda a gente. Quer isto dizer que os *media,* aqui e ali, exageram? sim, mas no todo, olhando para os jornais todos, as televisões todas, será que existe a perceção de que os *media* exageram e carregam sobre a corrupção generalizada no sistema político? Não creio. Acresce, ainda, que nós nem temos muita imprensa popular, no sentido justicialista. Há um ou outro jornal, mas não é uma coisa nada preponderante e, aliás, vários jornais populares em Portugal foram à falência, portanto, não creio que exista uma pressão exagerada.

Qual o entendimento que faz acerca da formação e da competência dos jornalistas para tratarem casos de investigação no âmbito da corrupção?
Aplica-se a mesma regra que se aplica a todas as áreas: uns são muito competentes, outros são mais ou menos e há os que, pura e simplesmente, não são competentes. Depois, faz um bocadinho parte do trabalho de direção quando escolhe o jornalista...

Qual é a sua opinião relativamente ao acesso aos documentos, sobretudo da área da Administração Pública?
Acho que é má, fraquíssima mesmo, mas, repare, aí não estou a falar só sobre corrupção, isto é mais abrangente. Seja como for, entendo que é fraca, porque nós não temos uma Administração Pública aberta como os tempos modernos exigem. É pena. Já se fez algum caminho, mas há ainda muito caminho por fazer.

Muita resistência a vencer?
Vou dar-lhe um exemplo: pede-se uma informação à Câmara Municipal de Lisboa sobre um processo qualquer e até que a informação chegue, se chegar, é um inferno. A mesma coisa serve para uma Direcção-Geral, em que tudo tem que passar pelo Ministro, e não há ordem para um papel sair dali. E há documentos que se entende serem mais ou menos confidenciais, mas há coisas que não são e não faz sentido que sejam. Porque é que uma investigação da Inspeção-Geral de Autarquias Locais não é pública? O que é tem de confidencial? Tem algum processo que não seja um processo de investigação normal? Não. Porquê, então, tanto secretismo? A partir do momento em que o processo acabou existe um documento e este deveria ser público.

Há pouca transparência?
Muito pouca. Melhor: não existe de todo. Mais um exemplo: o governo pediu um parecer à Procuradoria-Geral da República sobre a lei das 35 horas. Tem algum sentido passar um ano e qualquer coisa sem que ninguém tenha conhecimento do teor do parecer? Não tem. Mas passa-se.

Porque é que isso se passa?
Porque o país é muito pequeno e os poderes têm a tendência para segurar sempre a informação. É a tendência do poder em qualquer sítio, mas é mais difícil quando um país é pequeno Porquê? Porque são basicamente sempre as mesmas pessoas e elas sabem que fazer uma grande pressão hoje — estou a falar do poder político — vai contra os seus interesses de amanhã; portanto não saímos daqui. Ou melhor, saímos. É verdade que temos hoje menos obstáculos e não vou cometer a injustiça de dizer que as coisas não são mais transparentes do que há 10 anos. Mas é uma evolução muito lenta.

Que tipo de reflexão ou de questões é que este universo do jornalismo ligado à investigação e à corrupção política lhe merece?
Talvez a única nota que valha a pena acrescentar é que, não só eu acho que há um problema de base no poder judicial, que é geracional, se quiser, em que o processo judicial ainda se está a adaptar às novas ferramentas, a novas realidades e novas formas de investigar, como acho que há uma tendência do poder judicial para supor que o jornalista lhe prejudica o trabalho. E eu acho que uma das ferramentas que podia ser bem trabalhada era o poder judicial e a comunicação social entenderem-se. Não apenas sobre regras, isso enfim é quase banal, mas sobre formação, no sentido em que eu acho que seria reciprocamente vantajoso ambos os lados saberem como cada um verdadeiramente funciona. E ambos terem, ainda, plena consciência dos respetivos deveres. Ou seja, parece-me que seria bom haver mais formação, seja da parte dos jornalistas, seja o campo judicial perceber como o mundo mediático também mudou. Nós recebemos aqui uma intimação, só para dar um exemplo, há uma semana, perfeitamente surpreendente do Ministério Público, que pedia ao jornal que remetesse em suporte digital a matéria noticiada referida no link indicado; e depois, na página seguinte, mandava-me o link do jornal digital do *Observador*. Quer dizer, não existe outro suporte digital. Posso-lhes mandar as informações numa pen, em disco rígido ou num cd, mas o que interessa é que o pedido é revelador de que as pessoas se calhar são uma máquina burocrática, mas duvido que percebam em que realidade é que nós estamos. Do lado de lá, eu creio que não têm a menor ideia de para quem é que nós estamos a falar,

como é que nós comunicamos, qual é a atividade de um lado e do outro e, até, se calhar, de como é que isso lhes pode ser útil, mesmo do ponto de vista de investigação. Enfim, há coisas que são reservadas ao jornalista, o jornalista nunca divulgará a sua fonte, mas, se calhar, sabendo exatamente qual é o processo jornalístico talvez eles entendam melhor o que é escrito nos jornais, e isso pode ajudá-los, pelo menos, a distinguir o trigo do joio. Portanto, eu acho que deve haver aqui uma espécie de cruzamentos que não podem ser evidentemente corrompíveis, ou seja, não é para fazer troca de informação confidencial. É para ajudar um lado e o outro a serem melhores, que é o que todos desejamos.

3. FELÍCIA CABRITA

53 anos, 30 de profissão, licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, redatora principal do jornal *Sol*, neste momento (publicação autorizada).

> "Todos, da direita à esquerda, têm o grande desejo de controlar a comunicação social"

Quais os principais casos ligados à corrupção, sobretudo à corrupção política, em que trabalhou?
A minha vida foi muito mais fora deste ambiente. Aliás, a maior parte da minha carreira, onde obtive alguns prémios até, tem muito mais a ver com a Biografia e com a História da Guerra Colonial. Digamos que é mais por aí que eu gosto de navegar.

Mas hoje é muito mais conhecida pelos trabalhos que tem feito sobre a corrupção.
Infelizmente, sim. Mas neste momento estou, também, a fazer outra biografia e a iniciar um trabalho, em Angola, sobre a Guerra Colonial. Enquanto estive no *Expresso*, a maior parte da minha carreira foi de facto no âmbito destas temáticas. Considero que a realidade é muito traiçoeira,

portanto, o jornalismo quotidiano, ainda hoje, não é o campo onde me sinta melhor. Eu odeio notícias. Por tudo. Porque há quase uma imposição de estilo, logo, não me dá a liberdade de escrita que eu gosto e que, para mim, é fundamental quando se passa a informação para o leitor. E depois, como deve compreender, a História, os temas históricos, dão-nos uma capacidade de olhar para a realidade e para o passado de uma outra forma, do ponto de vista do historiador, com outra margem de manobra que não nos dá o quotidiano, que está permanentemente em mudança.

Porém, o quotidiano hoje é marcado pela corrupção política e a Felícia Cabrita, para o bem e para o mal...
Infelizmente, assim é. Digamos que é a partir de 2002 que eu entro um pouco neste domínio. Por outro lado, considero que essa data é fundamental em relação a fenómenos de corrupção, que antes não eram tratados, ou porque as pessoas não estavam interessadas, ou porque eles, de facto, não se desenvolviam da melhor forma na justiça. Temos vários processos que foram arquivados e isso agora não acontece.

Do modo que fala sou levado a pensar que trabalha nisto quase contrariada. Não é uma área que a fascina.
Não, não posso dizer que é. Mas é a realidade que temos.

Dá-lhe notoriedade, mas não a fascina.
Estou-me nas tintas para isso. Para a notoriedade. Não me enquadro nessa lógica. Sou uma provinciana que gosta de estar na sua casa. É em casa que faço as minhas "desintoxicações". Como o Luiz Pacheco dizia. Ele bebia muito, muito, mas tinha a noção da sobrevivência e, portanto, de vez em quando, ele próprio internava-se. Eu faço isso, e faço isso em casa. Um amigo meu do PS dizia-me assim: "como é que tu consegues lidar com tanta lama e sair intacta?" Para isso necessito de me isolar, de tempos a tempos, como o Pacheco.
É capaz de me descrever o processo, as etapas no trabalho de um caso à sua escolha, mas ligado à corrupção?

Podemos começar pelo que está mais na berra, porque, de certa forma, remete para outro que eu já investiguei. Refiro-me a "José Sócrates". Desde a história do *Freeport* que eu investigo Sócrates e a família. É um trabalho todo feito por mim. É um trabalho de investigação. Não é um trabalho alavancado em peças processuais, o que não quer dizer que ao longo do trabalho as peças processuais não venham ter comigo tal como aconteceu no Watergate ou no famoso caso dos documentos do Pentágono.

Tomando esse caso como referência, gostaria que me descrevesse as etapas do seu trabalho.

É impossível não o ligar a outros trabalhos, sabe?... Por exemplo, eu fui a primeira pessoa a dar as notícias do "Monte Branco". Portanto, nesse âmbito, arranjei imensa documentação. Já tinha trabalhado, como lhe disse, sobre a família de José Sócrates, nomeadamente sobre um primo, que também neste caso aparece envolvido...

Mas há sempre um primeiro momento, uma fonte, uma informação decisiva...

Sim, pode haver um prolongamento de fontes e há novas que surgem. Tive acesso a documentação bancária, por exemplo, que veio de fontes completamente novas. E, precisamente, porque estava a trabalhar no "Monte Branco". Por exemplo, houve informações bancárias do caso *Sócrates*, agora conhecido como "Processo do Marquês" a que tive acesso. Situo o meu trabalho, de facto, ao nível destas informações bancárias. Porquê? Como já tinha outros conhecimentos, foi-me fácil aceder a documentação através da investigação ao BES e ao BESI, estabelecer a ponte e perceber que havia ali uns negócios que tinham obviamente a ver com o primo e que passavam por Benguela. E eu já tinha informação sobre aquelas salinas em Benguela, na sequência do *Freeport*. Portanto, através da análise financeira, com algumas fontes, eu sabia que as salinas não estavam a ser exploradas por eles. Ou seja, eles estavam em Angola, mas pura e simplesmente não faziam lá nada. E através de contactos em Angola, eu sabia que estava outra pessoa à frente das salinas, mas não sabia quem...Ora, com a informação relativa ao BES e ao BESI eu descubro que aquelas salinas são vendidas por um preço

brutal. Eu não sei sequer se isso está na investigação. Não faço ideia, porque há muita documentação de que eu disponho e que, penso, a investigação quando chega a Angola não consegue trazer essa documentação. E no fundo essa circulação de capitais acaba por estar relacionada com Vale de Lobo agora em investigação no caso Marquês. Eu estou cerca de um ano a investigar, enquanto faço outras coisas, até que há um dia em que eu acho que aquilo tem uma dimensão tal que é impossível...Isto para dizer que na altura fiz aquilo que faço sempre (como fiz no caso na *Casa Pia*), que é tentar contactar as autoridades para saber se existe alguma investigação em curso. E se eu souber que está uma investigação em curso, e se eu perceber que em plena investigação eu posso feri-la de morte, eu não dou a notícia. Em várias situações só dei as notícias, a partir do momento em que os principais arguidos foram detidos.

Gostaria que explicitasse melhor dois pontos que acaba de referir: como é que um jornalista tem acesso a documentação bancária de terceiros, e o porquê da sujeição do trabalho jornalístico aos interesses da investigação judicial.

Como no caso dos documentos do Pentágono em que os jornalistas tiveram acesso a documentação confidencial que envolvia o Estado Americano. No caso concreto o BESA foi lesado com uma série de operações ordenadas pelo GES. A velha máxima: zangam-se as comadres descobrem-se as verdades. Quanto à segunda questão não submeto o meu trabalho a qualquer interesse mas, ao contrário de alguns jornalistas, não aviso suspeitos de que estão a ser investigados ou de que vão ser presos. Princípios.

Há pouco estava a referir um pormenor que eu gostava que detalhasse um pouco mais, que é a ideia de que a investigação jornalística não trabalha a tempo inteiro, sobre um determinado caso.

Para já, há alturas em que se está a investigar e não se sai do impasse.

Em todo o caso, é a Felícia que toma a iniciativa de propor os trabalhos ao jornal...
Sim, quando a informação vem parar a mim. Aliás, nem preciso de propor. Nem sempre digo ao jornal o que ando a fazer. Só digo quando vejo que há algo palpável.

Até esse momento tem de confirmar a validade daquilo que tem?
É óbvio. Não vale a pena estar a disseminar num jornal uma coisa que não se sabe se dali vai resultar um facto relevante e que seja notícia.

Quer falar-me das dificuldades – se é que as enfrentou ou enfrenta – na investigação, quer sejam dificuldades exteriores ou pressões internas?
Considero-me uma pessoa sortuda. No *Expresso* trabalhei muitos anos diretamente com o Joaquim Vieira — continuámos amigos e continuámos a trabalhar numa empresa de documentários. O Joaquim Vieira é a minha grande referência no jornalismo de investigação. Debatemos muito, até as coisas que faço atualmente. Se há alguém que sabe em primeira mão as minhas dúvidas e o que é que ando a fazer é o Joaquim Vieira. Antes das coisas chegarem ao meu jornal, o Joaquim sabe. Dúvidas que eu vou sentindo, etc., partilho com ele. (Tive a sorte de o ter tido como diretor, porque o Joaquim Vieira é um homem completamente independente). Ora, ele como diretor não podia dedicar-se a certo tipo de trabalhos e, digamos, que pegou em mim. Eu era uma miúda saída da universidade e, nessa altura e durante muito tempo, disse-lhe: "eu sou uma operacional, dêem-me as ideias". Eu não tinha ideias, percebe? Eu venho de um outro mundo. Venho de Letras, embora sempre tenha gostado muito de jornalismo, e tinha o apelo da escrita. Durante muito tempo eu fiz trabalhos que me eram dados pelo Joaquim. E, às tantas, ganho a minha própria autonomia. No *Expresso*, na minha época, quando eu comecei e até ao processo "Casa Pia", eu sempre senti total liberdade. O *Expresso* dessa época não é muito diferente do *Sol* de hoje. Havia essa grande liberdade e por isso eu ainda hoje tenho um grande respeito pelo Francisco Pinto Balsemão. Gosto dele, dou-me com ele. Devo ser a única pessoa que saiu do *Expresso* e que ele quis que voltasse. Mas,

a determinada altura, o *Expresso* começou a incomodar-me, precisamente porque eu percebi que havia trabalhos que me estavam a tentar [tirar]. E não era o Balsemão.

Porque é que estavam a evitar dar-lhe certos trabalhos?
Portugal é pequeno, todos se conhecem. A promiscuidade entre jornalistas, poder político e financeiro é enorme.
O sentimento de liberdade que tinha há pouco mantém-se hoje?
Eu já me despedi duas vezes. Não sei se encontra muitos jornalistas que o tivessem feito. Despedi-me do *Expresso* e da *Grande Reportagem*. Fui convidada para ir para a *Grande Reportagem* com o Joaquim Vieira. Depois, o Joaquim Vieira foi demitido. Eu sabia perfeitamente o motivo e saí logo a seguir, como é óbvio. Podia ter ficado no desemprego. A minha liberdade é isso. É bater com a porta quando acho que não posso fazer o jornalismo que quero fazer. Isso para mim é assunto arrumado. Penso que quem quiser perceber percebe, quem não quiser não percebe. Mas o que é facto é que me despedi duas vezes. Sobre o meu sentimento de independência e de liberdade... não consigo viver de outra maneira.

Essa liberdade existe e sente-a, no *Sol*?
Sinto exatamente a mesma coisa. A redação do *Sol* é igual ou é governada pelas mesmas pessoas, nunca fui impedida de fazer seja o que for. Como sabe, fui a primeira pessoa a dar as notícias do *Monte Branco* e se as dei foi porque as pessoas tinham confiança em mim para as dar. Entre os acionistas do *Sol*, alguns eram também da instituição financeira em causa e, no entanto, nunca se deixou de dar as notícias. Pelo contrário, foi o primeiro. Como é óbvio, a quem faz este tipo de jornalismo ninguém oferece um lugar de diretor seja do que for. De facto, há pessoas em quem o sistema político não tem confiança. Quando digo sistema político é todo. Eu penso que não mereço confiança de nenhuma força com representação na Assembleia da República. De todo. Eles desconfiam de mim, da esquerda à direita.

Isso é bom?

É. Não tenho dúvidas de que todos eles, da direita à esquerda, têm o grande desejo de controlar a comunicação social. Uns sabem-no fazer melhor do que outros. E isso cada vez é mais evidente. (Ah, os perigos!..., ainda não falamos disso...). E não gostam de quem faz jornalismo de uma forma limpa. Eu gosto imenso do Jerónimo de Sousa e estranhei imenso – vou ter que ouvir melhor – a posição que terá tomado relativamente à providência cautelar ao *Correio da Manhã*. Já fui elogiada pelo PCP no *Avante*, como amanhã posso ser desancada.

Deixe recuperar uma ideia que não ficou completa: os perigos...

Sim, os perigos!... No caso "Casa Pia" houve aquelas ameaças físicas às quais eu não ligo tanta importância. Tentaram atropelar-me, fizeram-me ameaças por telefone, etc, etc, etc. Mas tudo isso faz parte. O pior é quando nós percebemos – e isso inicia-se com o *Sol* – que há manobras políticas para liquidar o jornal. Quando não conseguem parar os jornalistas, tentam controlar a direção do jornal e quando não conseguem tentam tirar-lhe o tapete financeiro. Isso aconteceu com o *Sol*. É público. O caso foi denunciado, mas nós não deixámos de dar notícias. Isso começou também com José Sócrates por causa do *Freeport*. Ao nível dos acionistas sentem-se essas pressões. Depois utilizam também o esquema, que agora estão a utilizar com o *Correio da Manhã* – e connosco também já utilizaram no processo *Face Oculta* –, que é o recurso a providências cautelares, para sacar dinheiro. É outra maneira de estrangular financeiramente um jornal. Este é que é o grande perigo.

Fale-me das fontes preferenciais a que recorre. Há pouco estava a falar que quando começa a trabalhar um determinado caso o primeiro passo é saber se ele "tem pernas para and[illegible]uer especificar melhor?

As fontes são sempre muitas. Por exemplo na *Casa Pia*, a partir do momento em que tive determinada informação, tentei ver se havia um processo na Polícia Judiciária, porque era do âmbito deles. Noutros casos poderá ser o

Ministério Público ou no meio militar ou da saúde. Cada jornalista tem a noção dos crimes que estão em causa e, portanto, tenta "checar " junto de quem tiver a alçada.

Procura ter sempre o máximo de documentação?

Sim. Aliás, a hipótese do jornalismo chegar à verdade... A verdade é um imenso nevoeiro. Mas há uma coisa que eu acho que é possível: cercar a mentira. Isso eu não tenho dúvidas de que é possível. E acho que o traquejo e a experiência facilita-nos imenso a esse nível. Aquilo que eu apanho de mentira às vezes é constrangedor. No *Casa Pia*, a determinada altura do processo – não foi no início, foi a partir do momento em que ele ganha grande dimensão e que aparece em todos os jornais – não imagina a quantidade de aldrabões! Desde filhas a entregar pais a mulheres que queriam deixar os maridos e que estavam em processo de divórcio. Lembro-me de uma senhora da qual eu até pensava: "esta mulher tem de ser presa". Uma senhora que tinha estado imenso tempo no estrangeiro e antes a mãe tinha trabalhado como empregada doméstica numa família da burguesia do Porto. Os senhores estavam quase a morrer. E vem embalada com a história da *Casa Pia* e conta que quando era pequena [foi abusada nessa casa]. E disse-me que tinha tudo filmado. Eu pedi que me entregasse. Ela ia matando os velhotes [interrogando agressivamente os velhotes]. E percebia-se que mentia. Acontecem muitos casos e um jornalista tem que ser muito cauteloso para não ir atrás.

Como no caso do estripador?

Ainda hoje se fala na história do estripador. Mas eu estava completamente convencida que ele era o estripador. E não sou só eu. Você não sabe o trabalho que me deu. Eu não fui ter com aquele maluco por dá cá aquela palha. Fiz uma série de diligências, esgotei tudo. Isso é fundamental. Fazer o cerco à mentira é fácil.

Essa é uma das grandes diferenças entre o verdadeiro jornalismo de investigação e o de citação.

É o jornalismo de terreno. Criar um facto é fácil: basta duas fontes. Uma diz que sim outra que não. Invariavelmente perde o não. O X diz que A corrompeu X. X nega e o jornalista, sem mais, publica.

O que pensa da figura do jornalista como assistente do processo?

É uma forma – talvez a única –, de em determinadas fases se apurar o trabalho do Ministério Público e de todas as partes envolvidas e perceber se aquele processo e aquela investigação têm mesmo um suporte. Cabe-nos a nós fazer o escrutínio de tudo, inclusive do poder judicial. Não foi a primeira vez que o fiz. E olhe que na justiça há muita porcaria. Mas eu penso que o papel do assistente no momento que estamos a atravessar é importante. A partir do momento em que temos um procurador que manda queimar as escutas... Queimar?! Eu fiz o "Ballet Rose" há não sei quantos anos, porque descobri o processo na Boa Hora. Aquele processo não foi queimado e agora há alguém, que à moda da Santa Inquisição, faz uma fogueira e queima coisas e coarta aos jornalistas e aos cidadãos o direito e o dever de aceder à informação? Para mim é fundamental saber – e saber por dentro. E ali [enquanto assistente] tenho a certeza de todas as partes.

Tem essa experiência? Já foi assistente?

Fui assistente no *Face Oculta*. Mas antes já eu tinha dado as notícias. Penso que isto é fundamental e não terei dúvidas em agir como assistente, porque eu não quero que situações como as que aconteceram com a destruição de escutas voltem a acontecer neste país.

O que pensa do segredo de justiça?

Penso que é fundamental haver segredo de justiça. É impossível levar a cabo uma grande investigação sem ele. É como nós, isto é, o trabalho jornalístico. Não há uma grande diferença. Nós se estamos a fazer uma investigação não andamos a partilhá-la com este e aquele. Nós sabemos que a partir do momento em que é pública ela nos foge da mão. Para o bem e para o mal.

Mas assistimos a demasiadas fugas ou não?
Eu acho que isso é uma falsa questão. As pessoas só pregam a moral e só se insurgem – e há muitos jornalistas em órgãos de comunicação social que se insurgem – quando isto tem envolvimento de figuras da política.

Uma fuga de informação cirúrgica não pode ser uma forma de manipular a informação que sai e o jornalista que a dá?
Daquilo que eu tenho conhecimento, estas violações têm a ver com puro ego e puro protagonismo de pessoas irresponsáveis que pensam mais nelas do que na proteção de um processo. Eu tenho uma péssima opinião sobre esse tipo de coisas e sobre quem as pratica.

Portanto, em tese, é a favor do segredo de justiça.
A partir do momento em que existe um mandato de busca a determinadas pessoas e que nós podemos saber disso através de advogados, isso é ridículo. A maior parte da informação que se tem em Portugal é pelos advogados. Eu fiz o processo *Casa Pia*, tinha as informações todas, e era informação da minha própria investigação, e olhe que eu não andei ali com peças processuais. Não andei mesmo. Tal como a notícia de que o juiz ia à Assembleia da República. A notícia saiu da Assembleia! Portanto, quando eu vejo isto deformado e às vezes com a contribuição dos jornalistas, acho terrível, porque eles sabem perfeitamente quem é que faz isso. E eu digo que o grosso vem dos advogados, mas há figuras, dentro da justiça e não penso que sejam muitas, que por puro protagonismo acabam com um processo.

Acha que é mais por protagonismo do que para manipular a informação?
Sim, o protagonismo é uma coisa doentia. São egos doentios. É incrível o que se pode fazer. Se calhar não só com intenções de protagonismo, mas de chegar mais longe.

Nesse processo de protagonismo o jornalista é um instrumento?
Claro. Por isso é fácil perceber quem não fez investigação no terreno. Porque quem faz investigação no terreno tenta também salvaguardar a investigação. Eu acho que um jornalista que é correto, que é sério tem de jogar com o tempo.

Os/as jornalistas que fazem estas investigações estão a ser sérias?
Não. Eu trabalho muito em casa. Eu cada vez comparo mais as redações às jotas e aos mecanismos das jotas, percebe? E isso é uma coisa que me custa bastante.

Como é que vê a fuga da informação e a credibilização dos jornalistas? Porque independentemente dos egos, materialmente é uma fuga de informação.
Eu estava a dizer há pouco que percebo quando um jornalista não faz investigação no terreno, porque é precisamente ele que faz a violação do segredo de justiça. Eu não posso dizer mais sobre isto, porque de facto considero altamente prejudicial este tipo de coisas. Acho que não é um trabalho próprio. Agora se é legítimo ou ilegítimo... A informação é. Só deixa de ser informação se eu estiver a mentir. Tenho muita dificuldade... A minha crítica está feita, mas não quero dizer que não há gente séria ou quantos são os sérios. Não quero entrar por aí.

Que diferenças ou semelhanças encontra entre os processos de investigação judicial e os processos de investigação jornalística?
Penso que a lógica da investigação é a mesma, mas os meios são outros. Há quem, do lado da justiça inveje em mim a capacidade de ter acesso a pessoas com uma facilidade que eles não têm, mas eles têm meios que eu não tenho... As ditas escutas, a quebra do sigilo bancário, etc, coisas que nós às vezes conseguimos pela porta do cavalo. Mas não pense que é difícil consegui-las. Talvez essa seja a diferença entre um bom e um mau jornalista: a sua carteira de fontes. Pode-se ter fontes em todo o lado, conseguir documentação a

vários níveis. Informação bancária, eu consigo-a. Agora que a Polícia tem meios que nós não temos, sem dúvida. E nós temos movimentos facilitados que eles não têm.

Alguma vez sentiu que um trabalho seu foi uma ajuda à investigação judicial?

Claro, mas não sou a única. Vários casos nasceram do trabalho de jornalistas.

Que opinião tem sobre a justiça em Portugal, sobretudo nos processos relacionados com corrupção política?

Eu acho que não pode pagar o trigo pelo joio. Acho que nós temos uma boa polícia. Eu apercebi-me disso e nem sequer andava por estes caminhos. Mas fala-se muito nisso, e eu penso que é verdade, que, por exemplo, os processos como as FP 25 e outros ligados às redes bombistas, deram-lhes — numa polícia com poucos meios — uma grande estaleca. Temos cabeças muito boas dentro da Polícia Judiciária. E também temos muito lixo, como em todo o lado. No Ministério Público também penso que temos gente muito boa, muito séria. É gente muito obcecada, que vive para o trabalho e que não está, de facto, a fazer trabalho político. Acho muito miserável dizer-se isso. É lançar lama em cima das pessoas. O trabalho da Inspeção Tributária, por exemplo, é surpreendente!

Mas os resultados continuam a não ser muito palpáveis...

Desculpe, a *Face Oculta* é bastante palpável.

É a exceção.

É a exceção, não. É um trabalho muito bem feito, muito bem investigado. Isto é muito difícil. A justiça tem tantos problemas como nós, jornalistas, temos. Não é fácil fazer aquele sistema respirar, porque há sempre uma pedra no caminho. Estão a ser colocadas sistematicamente pessoas no topo da hierarquia para controlar certo tipo de coisas, não tenhamos dúvidas.

Mas, por outro lado, ainda no sábado passado, o presidente do Tribunal de Contas [Guilherme d´Oliveira Martins] numa entrevista ao *Expresso*, dizia que a investigação dos casos de corrupção é das coisas mais difíceis e complexas.

E quantos são a investigar? Daquilo que eu sei, no DCIAP, e só com o Rosário Teixeira, está o *BPN*. Como é que ele pode acabar o *BPN* tendo a *Operação Marquês*, *Sócrates*, *BES*, *Monte Branco*? O futebol tem mega-equipas. Casos destes não têm mega-equipas. Trabalham com meia dúzia de pessoas e têm todos estes processos importantes nas mãos. A *Face Oculta* tinha um grupo concentrado a trabalhar no caso. De facto, eles eram muito bons. Eu não gosto de acompanhar julgamentos, mas ali tínhamos a sensação de estar num grande filme americano. Ele [Rosário Teixeira] tem tudo. Dá andamento a umas coisas, deixa para trás outras e por isso isto prolonga-se. O problema é dele?! Não há gente!

É um problema de organização?

É um problema de gente, as dificuldades do costume com as cartas rogatórias... Mesmo assim os bancos já se mostram muito mais abertos a darem informação bancária na hora. Também é um exemplo as cabeças que vão rolando, de banqueiros, por exemplo. A abertura começa a existir dentro dessas instituições, que vão acelerando os processos.

Peço-lhe uma apreciação sumária aos casos *BPN*, *Freeport* e *Submarinos*. O que é que pensa de todos eles?

Os *Submarinos* foi um caso tratado no *Sol*, sobretudo pela Ana Paula Azevedo e Graça Rosendo. O *Freeport* peca, como muitos outros de que não se fala, porque foram arquivados antes. Peca, porque veja: quando é que foram praticados os crimes? Quando é que a equipa da Polícia Judiciária foi praticamente desmantelada? Quando é que aquilo veio a ser recuperado? Com esta margem de tempo, quer o *Freeport,* quer outros processos, muitas vezes com as mesmas figuras e nas mesmas áreas são arquivados. Aqui há uma lição: se for ver, o processo do *Marquês* vai recuperar dinheiro, situações que vinham do *Freeport* e continuam na *s*. Há aqui uma situação em que se

vão descobrir as coisas que o *Freeport* precisava e não teve e a *Face Oculta* não teve porque não houve abertura daqueles inquéritos que acabaram na queima. Mas é muito demorado, é muito difícil chegar aos *offshore*.

E o *BPN*?
O *BPN* é um dos tais casos. Oliveira e Costa foi o primeiro banqueiro português a estar, em prisão preventiva, e o processo está demorado. Foram sendo constituídos arguidos, o procurador Pinto Monteiro também entendeu que quem pagasse estava livre do crime a não ser que reincidisse. Alguns reincidiram, mas foi esta a decisão do procurador. E agora está atrasado pelas razões que expliquei. Rosário Teixeira tem muitos processos em mãos. Ele pode ser muito bom, mas não é possível processos desta envergadura estarem em cima de uma única pessoa. E é um grupo que é restrito, que foi sendo eliminado. Nos últimos tempos acho que vi duas ou três pessoas da Inspeção Tributária a trabalharem. Porquê? Porque é que lhes cortam as asas?

Porquê? Tem alguma resposta?
A classe política.

Acha que o jornalismo ajuda ou tem ajudado à descoberta da verdade ou ele limita-se a seguir aquilo que são as peças processuais?
Há investigações que começaram com jornalistas e deram origem a processos. Eu não vou atribuir todos os males à comunicação social, mas tinha tudo para ser mais forte. A década de 1990 foi muito importante em Portugal. Tínhamos excelentes jornalistas que foram sacudidos dos jornais. Adoro trabalhar com jovens, mas têm de ser bem preparados e têm de ser ajudados pelos seniores. Mas não podem atirar com os bons de 50 e 60 anos, mesmo que já produzam menos, para o lixo. E isso aconteceu a vários nomes muito importantes da nossa praça, e a vários níveis, nomeadamente na cultura e na investigação. E o desmantelamento de direções? Hoje qualquer borra-botas é diretor!

Isso não impede, à luz do que vem afirmando, a investigação e publicação de casos de corrupção.
Não. Mas até economicamente, com a crise a ensombrar todos os órgãos de comunicação social — e a investigação é a parte mais dispendiosa num jornal — cada vez se faz menos.

Que opinião tem sobre a formação da perceção das pessoas acerca do fenómeno da corrupção?
Depende. Eu posso dar um exemplo. Quando o Rui Pedro Soares intentou a sua providência cautelar em relação ao *Sol*, estava a realizar-se uma manifestação e, ao mesmo tempo, um conjunto de cidadãos deslocou-se para as instalações do *Sol*. E a manifestação deslocou-se também, dando oportunidade às pessoas para se esconderem e não serem notificadas. Naquele momento havia de facto a perceção de uma grande parte das pessoas de que havia corrupção. E não estavam contentes. Eu penso que estas eleições revelam isto também. O resultado eleitoral também revela isto relativamente ao Partido Socialista. E eu espero sempre que não se confunda o trigo com o joio. Mas, se calhar, confunde-se. Os eleitores também o fazem. Mas o que nós estávamos à espera era de um resultado esmagador do PS face a quatro anos de austeridade. O que é extraordinário é que o PSD tenha ficado com aquela maioria negativa. Eu penso: será que isto contribuiu? Eu não tenho certezas. Nós temos a nossa sensibilidade pelas vendas do jornal. Mas as redes sociais também se manifestam. Se bem que as redes sociais são muito traiçoeiras porque são muito partidárias...
Influenciam o trabalho jornalístico?
Na parte que me toca, de forma alguma.

Nessa medida o jornalismo contribui ou não para essa perceção?
Sim e não. O que é que se vê nas televisões? A estupidificação. Mas qual é o trabalho que se faz, mesmo numa estação de informação do Estado? Nada! Dá-se-lhes programas de treta e *Big Brothers*. A *RTP* ia pelo mesmo caminho. E depois cortaram-lhe as pernas. Eu lembro-me que a *SIC* era boa e isso incomodou muito o *Expresso*. Isso mexeu com o ego daquela gente. Acabaram por aparecer todos na televisão mais tarde. Continua-se a dar o

ópio ao povo, que o adormece de facto, que lhe retira faculdades e não lhe dá ferramentas criticas. Eu preferia uma comunicação social livre. E não uma comunicação social de jotas, que eu acho que é isso que temos.

Considera que os jornalistas têm uma preparação adequada para tratar estes casos? Precisavam de uma reciclagem?

Precisam muito. Nós já tivemos à frente dos órgãos de comunicação social gente com muita tarimba. Mesmo a malta nova que aparecia estava muito bem enquadrada. Agora não há esse enquadramento e eu vejo miúdos acabados de sair da faculdade, no *Sol*, e a nossa grande preocupação é educa-los no sentido de também eles serem livres. Nós temos um problema gravíssimo na comunicação social, porque os miúdos saem e vão para a comunicação social a ganhar 520 euros. Eu gosto de trabalhar com eles e agora estou a trabalhar com um miúdo em que se gerou uma situação caricata: está com um pé em cada lado e tem medo. Eu passo a vida a dizer-lhe "Tens medo de quê? Não percebes que por aí não vais lá? Tu enfrenta-os, manda-os à merda. Eles têm de se comprometer com a palavra dada e tu és um cobarde se aceitares". O miúdo está sempre com medo. Não se lhes pode dizer "obedece".

Tem estes fatores todos: gente a ser mal paga, falta das cabeças pensantes, diretores muito jovens. Tenho a idade que tenho e não quero ser diretora. Isso é para a minha reforma. E depois não tenho jeito para ser diretora.

Está a estrear-se cá um fenómeno tipo futebol. Há pouco tempo assisti a um caso, mas há vários, de uma pessoa recém-chegada ao jornalismo, embora com valor, que de repente passou a jogar... Eu assisti a isso quando surgiram as televisões, porque havia muita gente que dizia que tinha convites e não tinha, mas diziam que tinham recebido um convite em que pagavam mais para ir para aqui. E as pessoas subiam a parada. E dois dias depois dizem que receberam outro convite, onde pagam mais... Isto não tem nada a ver com a minha geração. Estamos a falar de gente jovem que entra para o jornalismo para ser uma estrela. Isto mete-me confusão, porque ainda não têm trabalho próprio, são jovenzinhos. Já não há o amor pela camisola. E esta malta nova é pelo dinheiro e protagonismo.

Será pelo dinheiro? Nunca se pagou tão pouco a um jornalista.
Quando me iniciei também se pagava mal. Fui muito assediada, nomeadamente para ir para a *SIC*, no seu início, mas fiquei onde estava.

4. FILIPE LUÍS

52 anos, 26 de profissão, frequência universitária e editor executivo da revista semanal *Visão* (publicação autorizada).

"As pessoas têm medo de falar..., não dão a cara"

Coordenou o gabinete de investigação na revista *Visão*, muito atento a temas relacionados com a corrupção política. Sempre que lhe chegava uma proposta de trabalho dessa natureza qual era a sua primeira reação?
De excitação, mas também de muita prudência, porque tem que se fazer imediatamente a triagem. É um bocado como os hospitais, nas urgências: há que hierarquizar prioridades e verificar se a matéria tem, na realidade, pernas para andar. Por norma são temas delicados e por isso é fundamental haver sempre uma boa dose de prudência.

Como é que essas matérias chegam à redação e como é que depois são submetidas à avaliação que refere?
O mais comum é os assuntos surgirem do contacto que o jornalista vai mantendo permanentemente com as suas fontes: policiais, judiciais, políticas, etc. Num segundo momento, é próprio jornalista de investigação que propõe ao editor, neste caso a mim, para discutimos um pouco o assunto. Para ver se interessa, se não interessa, se tem pernas para andar, que espaço e dimensão lhe devemos dar, que reservas, que meios e que prazos é que precisamos para realizar o trabalho. Dada a delicadeza dos assuntos que podem, posteriormente, envolver processos judiciais contra a revista, envolvemos depois alguém da direção. É fundamental ter o seu aval e o seu voto de confiança.

Também envolvem alguém da área jurídica?
Com muita frequência e normalmente antes da publicação do trabalho. A delicadeza e melindre dos trabalhos exige esse cuidado, isto é, que sejam analisados pelos nossos advogados, de modo a nos precavermos. Por norma, até porque estamos a falar de jornalistas experientes, o texto já está suficientemente defendido, embora o advogado possa fazer uma ou outra sugestão de pormenor.

Há pouco dizia que a primeira reação é de excitação; porém, quando estamos a falar de trabalhos de corrupção e de corrupção política, isso implica também uma capacidade de resistência a todo o tipo de pressões.
Com certeza. Cada jornalista tem a sua técnica para lidar com isso. Nós temos um princípio sagrado, o contraditório, segundo o qual as pessoas visadas são sempre contactadas. O *timing* do contacto é que tem de ser nosso, porque se nós abrimos todo o nosso jogo logo no início do trabalho... Isto é como nas investigações policiais: não se quebra o segredo de justiça e dá trunfos ao visado para perturbar o inquérito. Numa investigação passa-se o mesmo. Ou seja, se abrimos o jogo todo de início, o visado pode perturbar o nosso trabalho e, no limite, até boicotá-lo. Só quando temos todos os elementos na mão é que confrontamos o(s) visado(s) e exercemos o princípio do contraditório.
Quanto às pressões, elas fazem parte do jogo. Portanto, se elas não surgem é mau sinal. Agora, o jornalista (e quem coordena o seu trabalho) tem de ter o "coiro" suficientemente grande para aguentar tudo isso. Ora, se o jornalista estiver muito seguro da sua notícia, da sua investigação, não há nada a temer.

Se o jornalista tiver uma boa retaguarda a defendê-lo melhor ainda, certo?
No âmbito das minhas responsabilidades procuro ser essa rede que todo o jornalista que anda no terreno deve ter. Eu e a direção da *Visão*. Nós muitas vezes pomos muitas objeções aos jornalistas que estão a fazer investigação — "cuidado com isto ou com aquilo" —, não é por receio de qualquer coisa,

mas é para o defender a ele, para a "coisa" ficar mais sólida, mais segura, porque está em causa a defesa não só da *Visão* mas da própria credibilidade do jornalista.

Quer descrever os processos e as etapas de um dos casos?

Há alguns casos que têm tantas etapas que até podem ser publicados, não digo em folhetim, mas em duas ou três edições. Lembro-me do caso do Bispo D. Carlos de Azevedo, em que ele era acusado de abusos sexuais: publicámos uma capa e, como seria de esperar, surgiram os desmentidos e as chatices. Este tipo de reação é recorrente, mas nunca se avança para a publicação de uma matéria desta sensibilidade se não se tiver a certeza absoluta e os elementos necessários acerca do que se escreve. No número seguinte da revista apresentamos mais dados e declarações de pessoas que deram a cara...

Depois há outros casos. Os casos que nós temos, normalmente acompanhamo-los mesmo que se prolonguem por muito tempo. Acompanhamos os *Submarinos* desde sempre, volta e meia fazemos uma capa, porque estamos sempre a tentar recolher informação e é um dos dossiês em que vamos sempre à frente.

É um dos dossiês mais difíceis de investigar...

São todos difíceis. O caso dos *Submarinos* foi arquivado pela investigação. É possível que ainda possa ser reaberto e é uma história que trazemos na edição de hoje [fevereiro 2014], justamente porque existe a possibilidade de ser reaberto...mas realmente é difícil e complicado.

E onde é que entram os meios, a capacidade de um órgão poder fazer investigação jornalística?

Os meios são cada vez mais escassos, é sabido, mas quando vale a pena... Antes, íamos a todo o lado e agora vamos muito menos, porque, precisamente, temos menos meios. A crise toca a todos, mas se valer mesmo a pena mandamos, como sucedeu agora com esta estória dos *submarinos* que hoje publicamos e para a qual foi enviado à Alemanha um jornalista. E valeu muito a pena, porque havia informação que as nossas autoridades tinham, mas não nos disponibilizavam e que os alemães disponibilizaram

na "boa", como se costuma dizer. E portanto esta teve várias etapas, e várias etapas ao longo do tempo, até darmos em primeira mão a notícia do arquivamento. Porquê? Porque isto também faz parte da criação de uma dinâmica de investigação e de credibilidade. Porque é que a informação sobre o arquivamento chega à *Visão* e não chega aos outros? Porque as pessoas sabem que a *Visão*, desde o princípio, tinha excelente informação sobre os *Submarinos*. Portanto, quando alguém tem informação e a pode disponibilizar também escolhe a quem a quer dar.

Relacionamento com as fontes, escassez de meios, dificuldades e obstáculos no acesso à informação. Como sente os constrangimentos internos?
Se é preciso fazer viagens e investir nisso, há pouco dinheiro disponível, o orçamento... Mas não é problema, faz-se um esforço se nós tivermos a certeza que vale a pena. Depois há outra dificuldade: falta de pessoas. A redação foi emagrecida, como todas, pelo que é muito difícil conseguir pôr uma pessoa, digamos três meses, à volta de uma história, que nem sabemos bem o que é vai dar...Portanto, aquilo que nós há uns anos tínhamos mais, que era dar tempo, já quase não existe. Não só porque há uma grande pressão nos *timings* relativamente à voragem noticiosa e da atualidade, mas sobretudo porque os nossos meios permitem-nos cada vez menos dar um assunto para uma pessoa investigar e dar-lhe, por exemplo, três meses sem fazer mais nada. Vendo a minha pequena quinta, a maior dificuldade operacional é esta.

E do ponto de vista externo?
Essa é uma dificuldade cultural e histórica. Nós tivemos um País que teve primeiro a Inquisição e depois teve 48 anos de ditadura; as mentalidades custam a mudar. E também a nossa maneira de ser latina, já agora...O problema é que nós, portugueses, temos muito a cultura do respeitinho, do segredo e do medo, e o segredo e o medo são uma herança da Inquisição e da ditadura. As pessoas têm medo de falar, as pessoas não dão a cara..., não se encontra nenhum sítio na Europa em que tenhamos tantos jornais a dizer fontes bem informadas em vez de dizer exatamente o nome das pessoas que dão a informação, fontes que ninguém sabe de onde é que vêm. Esta é uma

realidade comum nas instituições públicas e nas empresas. Enfim, tem a ver como o modo como se olha para a importância da informação. Veja o que se passou recentemente, quando da detenção do ex-Primeiro Ministro: um acampamento de jornalistas no Campus da Justiça. Ou seja, fez-se um edifício todo modernaço e ninguém pensou num espaço digno para a comunicação social. Todavia, hoje vai a um estádio de futebol e ele está devidamente equipado e preparado para o trabalho dos jornalistas. Bem sei que são domínios muito diferentes. O que eu quero salientar é a diferença de olhares que se tem para o papel e dignidade do trabalho jornalístico.

O que pensa de os jornalistas constituírem-se como assistentes num processo?
Não tenho uma opinião muito formada. Penso que dependerá do caso. À partida reajo contra, porque uma coisa é fazer jornalismo outra é utilizar esse subterfúgio. Contudo, se houver motivos — lá está a análise casuística — admito aceitar e recorrer a esse estatuto. Mas como digo, não tenho uma opinião completamente formada.

Depreendo que não tenha qualquer experiência pessoal a este nível.
Não tenho.

Segredo de justiça: o que pensa?
Se fosse cumprido era uma coisa boa. Como não é, mais vale abrir. Como está e é praticado permite a manipulação dos casos e permite também a manipulação dos jornalistas.

Refere-se às fugas cirúrgicas de informação?
Sabemos bem que as fugas são selecionadas, são feitas com uma intenção bem concreta. Por outro lado, os jornalistas querem ter a informação, vivem dela e num ambiente de concorrência e, por isso, não pensam muito sobre estas questões — ou se pensam aceitam-nas — e embarcam no esquema.

Portanto, nada disso é saudável nem para a credibilidade da justiça nem para a do jornalismo. Neste momento é mais prejudicial para a própria credibilidade das instituições da justiça.

Gostaria que desenvolvesses um pouco mais uma ideia que já aflorou: a investigação jornalística e a investigação judicial. Podem chocar, podem ser paralelas? Como é que as vê?

Pensando bem, a informação jornalística está muito dependente da informação judicial, que é de onde vem a maior parte da informação. Portanto, nós não somos detetives, não temos formação policial, não somos polícias, mas por vezes as pessoas preferem denunciar um caso primeiro à comunicação social e depois à justiça. E nós, às vezes, vamos à frente graças a isso. O que é que isto quer dizer? Que as pessoas muitas vezes acham que a comunicação social é mais eficaz, e que a justiça atua sob a pressão da comunicação social, logo, não vale a pena fazer queixa à polícia porque não faz nada... Mas se a notícia aparecer nos *media* alguma coisa há-de acontecer — eis um pensamento muito generalizado. É o caso atual da polémica em torno da hepatite C, que não tem nada a ver com estas coisas, mas tem a ver com a pressão política e mediática sobre o governo: os doentes, depois de muito pressionarem as autoridades, neste caso o Ministério da Saúde, de repente viram-se para a comunicação social como tábua de salvação. Ora, isso também acontece nos processos de corrupção que estamos aqui a falar.

O que pensa da justiça em Portugal na investigação de casos de corrupção?

Está a melhorar bastante, no sentido em que está a obter mais resultados. De repente temos mais casos — e este ano foi particularmente fértil. É inevitável perguntarmo-nos: há mais corrupção agora ou é ela que é mais vezes detetada porque a investigação está melhor? Por outro lado, quando se ouve dizer que isto é uma crise de regime porque tem estes casos todos e que está em risco por causa disso, em considero, pelo contrário, que se o regime os consegue denunciar e investigar está de boa saúde. Portanto, eu não sou daqueles que dizem que a justiça não faz nada. Infelizmente, também temos muitos casos em que as pessoas são condenadas na praça pública e quando vão o tribunal não se passa nada...

O Paulo Pedroso... O Narciso Miranda que foi agora absolvido.
Isto são problemas para os quais não tenho resposta. Preocupam-me.

***BPN*, *Freeport*, *Face Oculta* e *Submarinos*. Como é que viu a cobertura jornalística destes casos?**
Com bons olhos. O papel da denúncia foi bem exercido, embora sejam processos muito diferentes. O *BPN* ainda não chegou ao fim, embora haja pessoas detidas e uma literalmente condenada, que é o Duarte Lima, envolvido também em processos que têm a ver com *BPN*. O *Freeport* foi arquivado. O dos *Submarinos* também, mas pode ser que seja reaberto. Resta o *Face Oculta*, muito confuso. Ou seja, há aqui muito ruído. A minha crítica à cobertura jornalística é esta: há muito ruído e muitas personagens que não têm nada a ver com o assunto e que sofreram com a exposição mediática. No caso *Portucale*, por exemplo, foram todos absolvidos, mas tivemos ali durantes meses, talvez anos, pessoas a serem achincalhadas, postas em causa. Portanto, a cobertura jornalística também tem este lado perverso. Porém, no final, o seu papel de denúncia e de esclarecimento, de uma forma geral, foi cumprido.

Pode dizer-se que a cobertura jornalística contribuiu para a descoberta da verdade?
Penso que sim..., mas há que ver caso a caso. Eu não me preocupo muito se há aqui uma colaboração ou se há um aproveitamento da parte das autoridades relativamente aquilo que os jornais trazem. Preocupo-me muito mais se as pessoas são informadas. É o mais importante. Nós não temos que colaborar com as autoridades, não temos que estar — temos, sim, de informar.

Mas o jornalismo limitou-se apenas e só a seguir as pistas fornecidas pela justiça ou fez trabalho próprio?
Nalguns desses casos fez trabalho próprio, nomeadamente, no *BPN*. Nós demos coisas próprias, investigadas paralelamente, sem virem sequer de fontes judiciais nem nada, que depois foram investigadas pela justiça. Desse ponto de vista e neste caso concreto, sim..., definitivamente sim.

Qual a sua opinião sobre a perceção dos portugueses acerca do fenómeno da corrupção? E qual é o papel que os *media* têm na construção dessa mesma perceção?

Eu penso que para os portugueses é tudo corrupto, são todos uns ladrões e uns gatunos, para o que contribui alguma comunicação social, especialmente a mais populista e sensacionalista, visto ser a mais consumida. Mas por muito exagerada que seja, ela está relativamente certa, porque a corrupção existe e é grave em Portugal. E é bom que se tenha a noção de que o fenómeno da corrupção prejudica a economia e trava o desenvolvimento. Daí à generalização de que o país é uma "cambada" de corruptos vai um exagero que pouco tem a ver com a realidade.

Dizia há pouco que no caso da *Visão* um jornalista traz a sua história e pode fazer a sua investigação. As redações estão relativamente bem preparadas para este tipo de casos?

Sim, claro. Refiro-me e é nesse contexto que as minhas palavras de há pouco devem ser entendidas, aos profissionais mais experientes que, por norma, são também os que possuem melhores e mais fontes. Conseguir ter fontes e ter histórias é um trabalho que demora o seu tempo. Não é um jornalista inexperiente que vai conseguir trazer essas boas histórias.

Devido à complexidade das matérias têm de ser sempre pessoas com um grande *background*...

Com tarimba, que percebam minimamente destes assuntos. Hoje em dia mete muitos conhecimentos de economia, de direito, e quando não têm, devem aconselhar-se. Mas têm que ter conhecimentos e têm que ter experiência. São mesmo os mais capazes.

Quer deixar alguma sugestão, alguma ideia?

Voltava um bocadinho atrás para sublinhar a necessidade de mudança de mentalidades, seja na administração pública, na justiça, nas instituições ou nas empresas. Devem mudar para que estas entidades percam um bocadinho o medo da transparência. Só têm a ganhar com ela. A minha observação é que há pouca transparência em Portugal. Ora, a meu ver

seria desejável e vantajoso que houvesse uma relação mais saudável entre a comunicação social e os outros poderes ou entidades. Definitivamente, falta um pouco de ar puro nessa relação.

5. JOSÉ ANTÓNIO CEREJO

Grande repórter, licenciado em Comunicação Social, 35 anos de profissão, trabalha atualmente no jornal *Públi*[illegible]blicação autorizada).

> "Os juízes e procuradores estão a ser mais exigentes"

Em quantos casos de corrupção já trabalhou?
Não me é possível quantificar, até porque o próprio conceito de *casos de corrupção* é pouco preciso, no sentido em que a classificação das infrações, em definitivo, ocorre após as decisões judiciais e muita coisa que é investigada e tratada jornalisticamente na área da criminalidade económica, envolvendo dirigentes políticos e titulares de cargos públicos, tem diferentes vertentes que não apenas a da corrupção. Há todo um cardápio de crimes do mesmo tipo: o tráfico de influências, o peculato...

Daí a dificuldade em quantificar?
Exato, porque ao falar em situações globalmente classificáveis como criminalidade económica praticada por agente políticos — desde autarcas a Primeiros-Ministros e a dirigentes de partidos políticos — não sou capaz de fornecer um número. Posso, isso sim, contar algumas dezenas ao longo dos anos.
Para o público, fica a perceção de que nunca se falou tanto de corrupção política como nos últimos anos. É verdade?

Claro que sim e não é surpreendente. O que não quer dizer, automaticamente, que se verifiquem mais ilícitos desse género que há dez ou vinte anos. Simplesmente, fala-se mais porque a sociedade está mais atenta a esse fenómeno e percebeu as suas consequências. E estando a sociedade mais atenta estão também mais atentos os meios de comunicação social.

Quando se refere à sociedade podemos dizer que as redes sociais têm um papel indutor e desafiador junto dos órgãos de comunicação social para eles serem mais interventivos nestas questões?

Sem dúvida, mas não apenas junto dos órgãos de comunicação. Esse papel faz-se notar também junto dos agentes políticos, que passam a ter uma perceção diferente em relação a estes assuntos e à importância que os cidadãos lhes atribuem. Porém, não é quantificável que parte da mudança de atitude da sociedade em relação a estas questões é da responsabilidade das redes sociais e que parte pertence à comunicação social.

O que é nítido, é que a atenção evolui em função da pressão social, em que o papel desempenhado pelas rádios e televisões, designadamente nos fóruns em que participam os ouvintes e telespectadores, aumenta a repercussão sobre a gravidade do problema. Por outro lado, penso que face à importância que a temática tem assumido, os próprios agentes políticos sentem a necessidade de introduzir, com mais ou menos hipocrisia ou cinismo, a temática da corrupção.

Os processos *BPN*, *Face Oculta*, *Submarinos* e *Freeport* mereceram ampla cobertura mediática. A cobertura jornalística foi determinante no andamento e destino dos casos?

Foi essencial, porque os colocou no primeiro plano da atualidade e, nessa medida, contribuiu decisivamente para que a sociedade lhes atribuísse a importância que efetivamente têm. Contudo, no que respeita ao papel da investigação jornalística e ao apuramento dos factos, em nenhum deles os jornalistas tiveram uma intervenção fundamental. Foram fundamentalmente as autoridades policiais e judiciais que trataram do assunto.

Mas é ao jornalismo que se deve a formação da perceção dos portugueses sobre a corrupção política.

É verdade. Essa perceção tem-se tornado cada vez mais consistente, fruto do que os órgãos de comunicação social vão analisando e discutindo. A perceção de que a corrupção é uma coisa menor, que não é dramática para a vida em democracia e para a economia dos países, assim como a ideia "se eu estivesse no lugar deles fazia o mesmo" vem de trás. Houve um momento em que a sociedade portuguesa podia ter adotado uma postura radicalmente diferente em relação a estes fenómenos e esse momento-chave foi o 25 de Abril. Antes, ao contrário do que por vezes se ouve dizer, havia corrupção, vivia-se na banalização da "cunha", do "jeitinho", num cenário de censura e por isso essas questões eram tão aceites como não comentadas.

Portugal chegou a ter, após o 25 de Abril, uma entidade contra a corrupção...

Foi a Alta Autoridade Contra a Corrupção liderada pelo Coronel Costa Brás, mas foi torpedeada. E o trabalho dessa Alta Autoridade não foi aproveitado devido ao papel dos políticos que dominavam a cena político-partidária, com destaque para o Dr. Mário Soares e o Dr. Almeida Santos. Eles são os principais responsáveis nos últimos 30 anos pelo facto de a mudança de atitude ser tão lenta e tão tardia. Almeida Santos foi, como é sabido, ao longo de uma década, o padrinho de todos os negócios em Portugal, à pala de alterações legislativas, apoios jurídicos, influências etc; foi ele que declarou que a "cunha" era normal e que ele próprio a praticava, banalizando e branqueando o recurso a toda a espécie de clientelismos. Mário Soares, que sempre teve uma atitude de condescendência em relação a esta questão, tal como ainda hoje tem quando faz as declarações que faz sobre Sócrates, Isaltino Morais ou Ricardo Salgado, é igualmente responsável. Soares andou sempre de mão dada com os grandes interesses dos seus amigos e protagonizou, direta ou indiretamente, muitos casos que configuram corrupção política. E o mesmo fez na esfera privada, por exemplo na gestão do Colégio Moderno.

Há hoje, portanto, uma perceção mais clara sobre a corrupção. E de que a aplicação da justiça está a mudar?

Há essa perceção e tem havido alterações. Nunca se viram condenações como nos últimos anos, desde Isaltino Morais, Duarte Lima, Maria de Lurdes Rodrigues e *Face Oculta*, entre outros, a processos que não são propriamente de corrupção política, mas envolvem figuras destacadas, com no caso *Casa Pia*, ou o antigo presidente do Benfica, Vale e Azevedo. Havia coisas que passavam entre os pingos da chuva e davam origem a penas suspensas ou a absolvições porque o juiz assim o entendia... Agora, os juízes e procuradores estão a ser mais exigentes. Não sei se é para durar ou se é passageiro, como dizem os defensores da tese da cabala, que reduzem esta mudança a fatores de natureza política. Porém, não é essa a minha opinião.

Pode descrever o processo e as etapas de um caso de corrupção em que tenha trabalhado?

Não há um padrão para definir este tipo de trabalho nem a forma como ele surge e se desenvolve. Por vezes começa, até, da forma mais simples, quase que por acaso. Por exemplo, e sem concluir que se trata de corrupção — mas pelo menos de indícios fortes de práticas que têm a ver com comportamentos assimiláveis a esse tipo de ilícitos — posso referir o caso mais recente em que trabalhei e aquele que teve maior impacto público: o envolvimento do atual Primeiro-ministro (Pedro Passos Coelho) numa empresa de formação profissional, a Tecnoforma, e numa ONG, o Centro Português para a Cooperação. Esse assunto não existia antes de eu o trabalhar e surgiu, como muitos outros, por um mero acaso.

Um assunto que envolve o Primeiro-Ministro aparece por acaso?

Tudo começou com uma simples declaração da então vereadora da Câmara Municipal de Lisboa e antiga Bastonária da Ordem dos Arquitetos, Helena Roseta, num dos canais televisivos em que costuma colaborar. Houve uma frase que me chamou a atenção e que decidi aprofundar. Que frase foi? Durante um comentário televisivo, em que estava em discussão a saída do ex-ministro Miguel Relvas do Governo, Helena Roseta disse que esse

político lhe suscitava dúvidas há muito tempo, nomeadamente desde o dia em que a chamou ao seu gabinete, na condição de bastonária da Ordem dos Arquitetos, e lhe disse que havia dinheiro de fundos europeus disponível para fazer ações de formação em grande escala, que podiam ser usados pela Ordem, para formação dos seus membros, desde que tais ações fossem subcontratadas «à empresa do Passos Coelho». A ser verdadeira esta informação, ela denotava a existência de crimes, como tráfico de influências e corrupção, além de ser eticamente inaceitável, uma vez que o tal Passos Coelho era à época (2002) deputado da nação ou tinha deixado de o ser pouco antes. Perante isto, achei que havia ali uma história para perceber.

Como é que a foi deslindando?

Comecei por onde se deve: reunir dados, ver em que empresas Passos Coelho tinha trabalhado, a quais esteve ligado, quais estavam ligadas à formação profissional, perceber se trabalhavam com autarquias — era esse o âmbito de aplicação dos fundos. Foi necessário verificar toda a documentação relativa ao programa de formação profissional — FORAL —, ver quais as empresas que tinham tido um papel significativo nas ações de formação constantes do programa e verificar se se encontrava alguma a que Passos Coelho estivesse ligado. Identificada a Tecnoforma como a empresa a que provavelmente se referia Miguel Relvas, foi preciso averiguar que contratos ela tinha conseguido obter diretamente no âmbito desse programa e com que autarquias eles tinham sido concretizados.

(Por outro lado, havia outro tipo de contratação, indireta, em que as empresas formadoras eram contratadas pelas autarquias que tinham obtido junto das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) a aprovação de projetos próprios. Nesse caso particular, também a Tecnoforma fez muitos negócios.)

A área que aprofundei, de facto, foi aquela em que as empresas de formação viam aprovados os seus próprios projetos. Verifiquei tudo: confrontei as entidades com factos, verifiquei contradições, consultei documentos dos registos comercial e predial, dos notários, das autarquias, das CCDRs,

verifiquei quem tinham sido as pessoas que tinham ocupado os diversos cargos e em que momento, procurei os formandos e formadores de muitos dos cursos da Tecnoforma.

Tem ideia de quanto tempo demorou?

O essencial deste trabalho demorou três meses e depois mais três até à publicação dos últimos textos. De Junho a Dezembro.

E enquanto o desenvolvia, desempenhava as suas rotinas habituais na redação..., não estava dedicado em exclusividade a este trabalho.

Sim, ia sempre trabalhando noutros assuntos. Exclusividade? Não. Aliás, grande parte do trabalho de investigação foi desenvolvido nas minhas horas de descanso e fora do meu horário laboral, que é fundamentalmente preenchido com a produção de informação regional e sobre a atividade autárquica na zona de Lisboa. Estes trabalhos foram desenvolvidos em simultâneo.

É uma dificuldade acrescida o facto de estes trabalhos terem de ser realizados em dias de folga ou, no mínimo, não poderem ser feitos em dedicação exclusiva...

É com certeza uma dificuldade, mas que tem origem na escassez de recursos da empresa em que trabalho, comum, aliás, a muitas outras e na muito fraca aposta que as empresas fazem neste tipo de informação. Porém, há muitos outros obstáculos bem mais importantes.

Obstáculos internos?

Também. No interior das redações há muitas vezes dificuldades, nomeadamente, obstáculos que descreverei, numa versão benigna, como "diferentes perceções" que os jornalistas que trabalham nestes casos e a hierarquia têm da importância dos casos em que se está trabalhar. Existem, todavia, outras dificuldades que resultam, direta ou indiretamente, de um conjunto de fatores, como o receio de criar situações de conflitos e melindre com os visados — políticos, partidos, autarcas, empresas —, o que pode ser desmotivador para as hierarquias, seja por relações de ordem familiar e política, seja pelo receio de esse trabalho resultar numa redução do

investimento publicitário; e, claro, também pelo receio que tais trabalhos jornalísticos possam implicar consequências pesadas em termos judiciais, porque muitas vezes dão origem a processos, entre os quais pedidos de indeminização que têm necessariamente de ser registados na contabilidade das empresas como provisões para despesas, montantes esses que oneram o passivo da empresa. Todos eles são fatores que dificultam este tipo de trabalho.

E do ponto de vista externo, que obstáculos aponta?

Desde as tradicionais e muito conhecidas pressões até aos entraves de natureza burocrática e formal, passando pelas dificuldades na recolha de informações e acesso a documentos aos quais o jornalista tem direito. Trata-se em particular da violação da lei [Lei 46/2007, Lei de Acesso aos Documentos Administrativos] segundo a qual as entidades públicas têm de facultar o acesso a esses documentos a qualquer cidadão (não apenas aos jornalistas) e sem necessidade de fundamentar o pedido.

Quer referir uma experiência, em concreto?

O trabalho que desenvolvi sobre dezenas de projetos particulares de obras apresentados à Câmara Municipal da Guarda assinados por José Sócrates, então Engenheiro Técnico na Câmara da Covilhã, e já deputado. Os projetos eram feitos por colegas seus, da Câmara da Guarda, mas como estes não os podiam assinar por serem a submetidos à câmara em que trabalhavam, era Sócrates que o fazia, acabando, depois, por serem eles próprios a apreciá-los e a aprová-los. José Sócrates assinava pelos amigos, embora nunca o tivesse reconhecido. Assumiu que os projetos eram da sua autoria, o que não era verdade, como foi confirmado por muitos proprietários que garantiram ter contactado e contratado os técnicos da Câmara Municipal da Guarda, amigos de José Sócrates.

Após a publicação das primeiras peças jornalísticas, a Câmara da Guarda tentou impedir, por todos os meios, que eu continuasse a ter acesso aos arquivos municipais, como tivera no início, porque não se tinha apercebido que eu era jornalista — eu não o disse nem tinha de o dizer, porque qualquer cidadão pode aceder a esses documentos arquivados. Daí em diante, a

autarquia, que era presidida por um amigo e correligionário político de José Sócrates, passou a impedir-me de aceder aos documentos, o que deu origem a processos judiciais que chegaram ao Supremo Tribunal Administrativo, até ser, por fim, obrigada a deixar-me voltar aos arquivos, livremente.
O mesmo se passou nos últimos dois anos com António Costa [na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Lisboa], que me negou o acesso a um relatório da Câmara Municipal de Lisboa, mesmo depois de a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) ter, em resposta a uma queixa minha, indicado que os documentos em causa teriam de ser disponibilizados. O mesmo decidiu depois o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa. Descontente com a decisão, recorreu para o Tribunal Central Administrativo, que lhe deu um prazo curto para entregar os documentos. Em vez disso, continuou a recorrer, por duas vezes, agora para o Tribunal Constitucional, alegando inconstitucionalidades na Lei de Acesso aos Documentos Administrativos. Finalmente, em Março de 2014 o TC rejeitou definitivamente o terceiro recurso de António Costa, o que o obrigou a entregar os documentos. Estes dois casos ilustram a dificuldade em chegar e aos documentos necessários para se efetuar um trabalho rigoroso.

ra o seu trabalho, busca essencialmente fontes documentais.
Sim, mas delas surgem informações que têm de ser objeto de contraditório. É necessário saber o que as pessoas têm a dizer sobre as matérias em apreço. Pessoas e entidades que tiveram intervenção nos assuntos. Saber como se passaram as coisas nos bastidores.

Há uma diferença, nos casos que referiu, entre o conceito de jornalismo de investigação e a cobertura de situações investigadas por terceiros...
Distingo de forma radical o trabalho de iniciativa do jornalista, autónomo, daquele que resulta da investigação de terceiros, nomeadamente do Ministério Público, das polícias, das inspeções dos diferentes ministérios. Esse é um trabalho de outra natureza. Por vezes, o trabalho que parte daí

também envolve a necessidade de aprofundamento dos factos por parte do jornalista, mas em geral não vai além da divulgação de informações facultadas por essas fontes.

Já alguma vez foi assistente num processo? O que pensa do estatuto do assistente?

Essa é uma questão que, como muitas outras em Portugal, foi suscitada agora, [fevereiro 2015] em consequência do fanatismo dos amigos e partidários de José Sócrates, que transformaram essa questão num tema polémico, quando eu próprio me constitui assistente no processo *Freeport*. Mas antes de mim, já outros jornalistas se haviam constituído assistentes, sem, contudo, gerarem grande discussão. No meu caso, tratou-se de invocar uma figura prevista na lei, segundo a qual o assistente pode colaborar com a acusação — mas não obriga ninguém a fazê-lo — e pode ter acesso a informações que não estão em segredo de justiça, mas que de outro modo teria muita dificuldade em obter. O facto de essas informações não estarem em segredo de justiça é algo de que as pessoas que condenam os jornalistas/assistentes se esquecem.

O que pensa sobre o segredo de justiça? Vê vantagens na sua figura?

O segredo de justiça é uma desvantagem, porque os jornalistas querem saber sempre mais. Porém, importante é saber se o dito segredo é fundamental para a investigação judicial e se limita ou não os direitos da defesa. Mas essa é uma questão muito técnica sobre a qual não tenho competência para me pronunciar. No entanto, muitas vezes grita-se «está-se a violar o segredo de justiça» sem se estar a violar coisa alguma.

Dito isto, há que ter em conta que a maior partes dos processos não está sob segredo de justiça e que em muitos deles o jornalista/assistente — voltamos à questão anterior — pode ter acesso facilitado à informação que é pública, sendo que se a lei fosse cumprida não necessitaria desse expediente. Ora, os magistrados ou os funcionários entendem muitas vezes não permitir a consulta do processo, apenas porque sim. Então, ao constituir-se assistente, o jornalista tem acesso, sem possibilidade de entraves, aos elementos do processo que não estão em segredo de justiça. Foi assim que eu soube da

forma atabalhoada como foi conduzido e investigado o caso *Freeport* e o modo como a hierarquia do Ministério Público (Pinto Monteiro e Cândida Almeida) travaram o processo, quando impediram que José Sócrates fosse ouvido. Nada disso se teria sabido, pelo menos na altura devida e importante, se eu não tivesse sido assistente no processo.

Está a dizer-me que há vantagens nesse estatuto para se poder escrever com mais conhecimento sobre o processo?
É claro que sim, mas se os processos que não estão em segredo fossem facilmente acessíveis, ninguém se constituiria assistente. Até porque isso é algo que não se faz de ânimo leve, porque tem custos para as empresas, desde os advogados às taxas judiciais.

Fugas de informação *versus* credibilidade dos jornalistas: como vê essa questão?
As fugas de informação, se a informação é verdadeira e rigorosa, não põem em causa a credibilidade do jornalista, mas sim os valores próprios da profissão de quem promove a fuga. O jornalista, se tem acesso à informação através de uma fuga, deve utilizá-la, depois de a confirmar e tomando as devidas precauções para não ser instrumentalizado. Se a informação não puder ser confirmada não deve ser difundida.
É assim que atua?
Se alguém do interior de uma entidade envolvida numa investigação me vem dizer alguma coisa, é evidente que não a vou publicar se não considerar a informação relevante e, sobretudo, se não a tiver confirmado. Quero com isto dizer que se a fonte trouxer documentos que comprovem indiscutivelmente o que está a dizer, o jornalista deve prosseguir com o seu trabalho normalmente, indo para lá do que esse documento indica e tenta enquadrar.

Que diferenças encontra entre a investigação jornalística e a investigação judicial, nos casos de corrupção?

Há pontos comuns aos dois tipos de trabalho, mas também existem diferenças abissais. A investigação judicial tem acesso, por direito, a meios de pesquisa de informação a que os jornalistas não têm — e ainda bem que não têm — nomeadamente no que respeita ao acesso à informação fiscal e bancária. Meios vedados aos jornalistas são, ainda, as escutas telefónicas e as buscas domiciliárias, instrumentos de trabalho completamente diferentes daqueles de que o jornalismo dispõe.

O que pensa da justiça em Portugal, em casos de corrupção?

Tem sido caracterizada por uma evidente condescendência e secundarização destes casos, quando envolvem pessoas com relevo na vida pública: política, económica e cultural. Condescendência e secundarização como reflexo da auto-limitação dos magistrados e dos polícias, porque não se querem meter com gente importante e, no caso dos *media*, porque as hierarquias dos órgãos de comunicação revelam muitas vezes atitudes de proteção das "pessoas poderosas". Por outro lado e como já referi antes, tem havido por parte da hierarquia do Ministério Público pouco empenho, como foi disso exemplo a atuação do anterior Procurador-Geral da República (Pinto Monteiro) e da anterior diretora do DCIAP (Cândida Almeida), que sempre mostraram pouco interesse em esclarecer a fundo este tipo de casos e uma clara vontade de que as respetivas investigações resultassem em nada.

Pouco empenho ou falta de meios?

Naturalmente que continua a haver, como em todas as áreas, alguma insuficiência de meios. Todavia, aquilo que observamos é, sobretudo, falta de empenho e o reconhecimento de que existe uma justiça para poderosos e outra para os não poderosos. Não sei se esta situação era ou não sujeita a influências de natureza política, mas o que é verdade é que tal atitude tem vindo a mudar e são exemplo disso as várias condenações ocorridas nos últimos anos de pessoas com destaque na esfera política e económica. A isso julgo que não será alheia a mudança do PGR e a da diretora do DCIAP.

O que pensa da cobertura jornalística nos seguintes casos: *BPN*, *Face Oculta*, *Submarinos* e *Freeport*?
Acompanhei os três primeiros como leitor. Há diferenças de tratamento dos casos entre outras coisas porque ocorreram em momentos distintos. O *Freeport*, a que já me referi anteriormente, teve uma grande relevância dado o envolvimento do ex-Primeiro-Ministro, José Sócrates.

Outros processos visaram figuras ligadas ao PSD. Invariavelmente fala-se em cabala sempre que estão em causa figuras de topo. Que pensa disto?
Nunca fiz uma análise detalhada, mas no jornal *Público* o caso dos *Submarinos* foi amplamente tratado. De resto, todos os casos que citou deram origem a investigações judiciais. Admito que haja diferenças de tratamento, o que é normal, mas rejeito a ideia de cabala que está na cabeça de muita gente, assim como a observação de que o maior ou menor destaque dado a cada um dos processos tenha uma relação direta com as pessoas envolvidas, ou seja, consoante a sua ligação partidária é com o PSD ou com o PS. Creio, portanto, que há cabalas a mais na análise destes fenómenos e na análise de alguns dos seus analistas, como a Doutora Estrela Serrano.

A comunidade jornalística tem a preparação adequada para investigar processos desta natureza?
Áreas que exigem especialização, como Economia e Ciência, entre outras, começam a ter uma resposta à altura nos jovens jornalistas que chegam às redações. Porém, há muitas áreas em que todos continuam a ser demasiado generalistas e, para estes assuntos relacionados com a corrupção, não há nas redações pessoas com qualquer espécie de preparação prévia. No jornalismo de investigação começa-se a trabalhar por gosto, até pode haver formação jurídica, mas é um tipo de trabalho que se aprende na prática quando se tem interesse, sabendo-se que as hierarquias estão pouco interessadas em apostar nesse domínio. Das escolas, os jovens candidatos a jornalistas não trazem preparação nesta área como não trazem para nenhuma outra. Aliás, sou um crítico da formação que é dada aos alunos de Jornalismo, nas universidades.

Como se pode melhorar?
À partida, a experiência pode ultrapassar lacunas de base, mas jornalistas que trabalham com esta incumbência, teriam todo o interesse numa formação básica na área jurídica e no funcionamento do aparelho judicial e legislativo. E noutra área que tem a ver com os direitos de acesso às fontes de informação e aos documentos públicos.

Devia haver nas redações pessoas específicas para trabalhar estes temas?
Ao longo dos últimos 25, 30 anos houve tentativas de criar secções orientadas para estas coisas, mas nunca resultaram também porque as empresas não estão muito interessadas em que tenham sucesso.

Mas estas coisas vendem, como bem demonstra o *El País*, com o caso dos "papéis" do Barcenas.
São casos pontuais que representam uma mais-valia, é verdade, mas são pontuais, porque não conduzem a um maior investimento por parte das empresas. Quem faz as contas entende que o risco é maior. Claro que de vez em quando há um caso que tem efeitos positivos nas audiências, como o exemplo que referiu, mas são casos pontuais. Se se tornasse numa prática continuada, estou em crer que os impactos positivos superariam os negativos, mas a minha convicção é que as empresas não estão interessadas nisso. Não conheço, de resto, uma experiência a este nível que tivesse sido um sucesso. Por outro lado, as pessoas acomodam-se e tornam-se demasiado próximas de certas fontes, como nas áreas da Economia, em que muitos jornalistas especializados estão completamente "enrolados" com as fontes de informação e os interesse que se movem nos mundos que eles cobrem. Não sei se com a especialização não haveria o risco de aprofundar a promiscuidade com as fontes de informação.

Tem alguma sugestão a fazer?
Em termos práticos, era bom que as empresas e os jornalistas se interessassem mais pelo trabalho próprio, sendo de esperar que usassem as fontes, mas seguissem os seus caminhos, sem depender tanto das entidades que fazem a investigação formal.

A maior parte dessas investigações é feita apenas por um jornalista. Há vantagens em ter uma equipa?
Há casos em que não é fundamental nem aconselhável. O trabalho solitário, pelo domínio de alguns detalhes, é melhor e há gostos pessoais que contam. Há casos em que justifica, outros em que não.

6. JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA

32 anos de profissão. Licenciado em Arquitetura, foi diretor do *Expresso*, é fundador e diretor do semanário *Sol* (publicação autorizada).

"Criou-se a ideia de que os políticos são todos corruptos"

Qual é a sua primeira reação, quando um jornalista lhe aparece com um caso de corrupção?
O primeiro pensamento é ponderar a verosimilhança do caso, o investimento a fazer e se este terá retorno. Há casos de grande corrupção, como o *Freeport*, em que o jornalista me disse: «Este é um caso de fazer cair o governo». E eu respondi-lhe: «Se nós não cairmos primeiro...». Porém, também há casos de importância menor, como a corrupção numa Câmara Municipal... Eu diria, em síntese, que não deixamos nada por investigar, embora não esconda que há casos que, pela sua complexidade ou pelos meios que teríamos de investir face ao respetivo retorno, não vale a pena avançar. Em todo o caso, nunca intervêm nas decisões que tomamos juízos de natureza política ou extra-jornalística.

Quantos casos de corrupção política o *Sol já terá tratado?*
No *Expresso* tratei muitos, no *Sol* também. Importantes... uns dez. O caso dos *Submarinos*, o *Freeport*, *Face Oculta*, *Bragaparques*, *BPN*, *BES*, *Portucale*... Uns dez de grande dimensão. E na maior parte deles, foi do nosso jornal que surgiu o primeiro impulso para trazer esses casos a público.

Significa que o *Sol* tem boas fontes ou bons jornalistas dedicados à investigação?

As duas coisas. E ambas vão a par. Os bons jornalistas, com experiência, têm mais facilidade em ter (e manter) boas fontes de informação. E elas consolidam-se com o tempo, pois dependem da relação de confiança que se estabelece entre as duas partes.

Como descreve as etapas de investigação?

Normalmente uma investigação parte da iniciativa do jornalista. Num ou noutro caso pode partir da direção, como no caso *BES*, mas em geral parte do jornalista. A partir da decisão de avançar, há uma estratégia de *timing.* Não político, entenda-se, mas relacionado com o próprio processo. Se sabemos que vai haver uma detenção, temos de esperar, caso contrário estragaríamos tudo. E também há os meios. Quando são casos de grande importância, os jornalistas têm maior disponibilidade de meios. Depois, a certa altura, o jornalista tem de ponderar se vale a pena continuar a avançar e como, visto que é ele que tem a noção das hipóteses de sucesso ou insucesso da investigação em que está a trabalhar. As coisas vão sendo acertadas, mas o jornalista tem uma palavra decisiva a dizer.

O diretor não intervém?

Compete-lhe sempre dar o "ok" e fornecer, quando se mostre necessário, jornalistas de apoio. Se para a investigação de um determinado caso for necessário, por exemplo, apoio na área económica, é alocado um jornalista desta área. Depois, há o planeamento da investigação, feito em conjunto com o gabinete de investigação, dirigido pela Paula Azevedo. E há processos em que temos de avançar mais rapidamente do que outros, como no caso *Sócrates - Operação Marquês*, em que tínhamos muita informação e sentíamos que havia o perigo de outros jornais (especialmente o *Correio da Manhã*) terem acesso a ela. Aí, a decisão foi avançar com praticamente tudo de início e dar desenvolvimentos depois. No que respeita ao *Freeport* foi diferente. Dividimos o caso em vários compartimentos e planeámos jornalisticamente toda a nossa ação. Até fomos acusados de divulgar as notícias a conta-gotas...

Só que havia muita informação, o que a tornava difícil de digerir e tratar num único número. Por outro lado, convinha-nos separar o manancial da informação disponível, prolongando, assim, o caso por mais tempo.

Fazem isso para o jornal vender mais, ou para manter o assunto mais tempo na esfera pública?
Pelos dois motivos. É óbvio que temos interesse em que o jornal venda mais. Não sou hipócrita. Mas nunca prolongamos um caso artificialmente, ou repetindo informação já dada, como fazem muitas publicações e é prática normal nos tablóides. Só prolongamos um caso quando temos matéria e, jornalisticamente, tal se justifica.

Os casos de corrupção são, pela sua natureza, melindrosos e complexos. É necessário que haja uma direção capaz de suportar as repercussões que estes casos podem ter. Uma direção frágil ou receosa "tira o tapete" ao jornalista?
Admito que diretores com menos experiência ou receio o possam fazer... Pela nossa parte, temos tido a sorte de as administrações nos acompanharem. Mas pode haver momentos em que isso não aconteça. É importantíssimo que a administração esteja com a direção. No caso *Freeport*, como se sabe, o jornal pagou mais de meio milhão de euros a alguém que nos colocou um processo.

Foi um acordo extrajudicial, certo?
Sim. Mas o que eu quero sublinhar é que há certas decisões de risco em que temos de ter o respaldo da administração. Eu já tive a casa penhorada, por exemplo. Mas tenho muita confiança nos jornalistas que trabalham comigo, como a Paula Azevedo ou a Felícia Cabrita, para só citar dois casos. Por outro lado, temos uma advogada, Fátima Esteves, que consultamos sempre que temos dúvidas sobre como tratar um assunto. Apesar disso já fui julgado mais de 100 vezes mas nunca fui condenado. Isso dá alguma confiança e alguma coragem. A combinação da experiência com a coragem, com o apoio da administração e a confiança nos jornalistas que investigam, é determinante. Não me lembro de dizer sobre um caso: «temos receio, não

vamos fazer». Já atrasámos casos, mas suspender, não. No caso *Freeport*, esperámos por mais informação. No caso BES, tínhamos as escutas e não as colocámos na Internet, porque apresentá-las no jornal era um risco controlado, mas ter as pessoas a falar sobre o assunto na Internet poderia ser demais e aí já fugia ao nosso controle. E depois há sempre o risco da violação do segredo de justiça.

Já falaremos do segredo de justiça. Que dificuldades enfrentam os órgãos de comunicação na investigação destes temas?
Do ponto de vista interno, não tenho tido muitos problemas. E quando surgem, dizem respeito à alocação de meios necessários para trabalhar a matéria em causa e ao modo como a valorizamos, depois, no jornal. Do ponto de vista externo, sim. Designadamente no tempo do engenheiro Sócrates. Tivemos pressões muito fortes, que chegaram por várias vias: sobre um nosso subdiretor, sobre o BCP como acionista, sobre os acionistas angolanos da *Newshold* para não investirem no *Sol*, cortes de publicidade, etc, etc, etc. Tudo isto é objetivo. O próprio Presidente da República conhecia algumas destas pressões. Conversei com ele sobre isso. Houve pressões do género: «desbloqueamos uma dívida vossa se o jornal não publicar o tema X». No *Expresso*, isso não aconteceu, talvez achassem que aqui no *Sol* éramos mais frágeis. Não somos.

O que pensa sobre o estatuto de assistente num processo, por parte dos jornalistas?
É um truque sobre o qual tenho muitas dúvidas. A Paula poderá falar melhor sobre isto.

[Paula Azevedo]
Trata-se sem dúvida de um assunto complexo e que merece muita ponderação, porquanto está longe de ser consensual. Da nossa parte, só o fizemos uma vez, no caso *Face Oculta*. Porquê? Fomos acusados de violação do segredo de justiça, mas acabámos por ser absolvidos, porque a parte das certidões extraídas sobre o Primeiro-Ministro não estavam em

segredo de justiça, além de que o que publicámos foi em nossa defesa, dado suspeitarmos que a nossa luta pela sobrevivência estaria lá gravada. A nossa posição foi dada como válida em tribunal e em termos deontológicos. Porém, admito que outros órgãos pensem de forma diferente. Do que não há dúvida é que os jornalistas que se constituem assistentes têm vantagem, porque têm o mesmo acesso ao processo que os arguidos e a acusação. Trata-se, como se vê, de matéria complexa, longe de ser consensual, razão pela qual me parece que tem de ser bem ponderada a sua utilização pelos jornalistas.

Faz sentido o segredo de justiça? Há vantagens para o jornalista e a investigação?

[AS] Eu defendo o segredo de justiça, porque é evidente que um jornal que publica com regularidade notícias sobre um caso está a iniciar um julgamento na praça pública. Quando Sócrates se queixa disso, é verdade. Em termos gerais e teóricos é evidente que defendo o segredo de justiça. Mas como jornalista, a minha ponderação não é se a lei está bem ou mal. O que intervém na minha decisão é a apreciação sobre a consistência e relevância pública da informação que possuo. Se concluo que sim, não posso deixar de publicar.

O que pensa das fugas de informação?

Até com o caso do engenheiro Sócrates se discute se não há "fugas cirúrgicas" omitindo umas coisas, divulgando outras, com o objetivo de produzir um determinado efeito na opinião pública. A única maneira de obviar a isso é a confiança que existe entre o jornalista e a fonte. Nestes trabalhos de investigação, a relação de confiança entre os jornalistas e as fontes é absolutamente essencial, para que o jornalista tenha a segurança de não se sentir instrumentalizado e a fonte sentir que terá tudo a perder se o tentar instrumentalizar. Os jornalistas que trabalham há muito tempo nesta área conseguem estabelecer relações que lhes permitem trabalhar com mais confiança. E repare que já houve até casos em que a investigação judicial beneficiou da investigação jornalística.

Que semelhanças e diferenças vê entre esses dois tipos de investigação?
[Paula Azevedo]
Nós não temos acesso a dados bancários e não podemos fazer escutas... Temos é uma relação com as pessoas, que eles não têm. Sobre o segredo de justiça, este existe para proteger uma investigação, não para proteger o bom nome das pessoas ou evitar o julgamento mediático. O julgamento mediático do engenheiro Sócrates é tão inevitável como o do senhor Palito, que assassinou duas mulheres. O bom nome tem mais a ver com o tratamento jornalístico, que com o facto de o noticiar, relatando o que se passou. O problema está no facto, não na notícia. Agora, se alguém no Ministério Público diz «vamos fazer uma busca às tantas horas», não serei idiota para o noticiar nesse dia. No caso do engenheiro Sócrates, quando a Polícia faz buscas em várias empresas do Grupo Lena, em casa dos arguidos para detê-los, e nas de familiares e amigos, não se pode esperar que não se noticie até serem julgados. Isso salta cá para fora. E salta também outra coisa: há relatórios e autos que são entregues às pessoas, pelo que é impossível conter essa informação, porque a missão dos jornalistas é informar, fazer perguntas e explicar.
Por outro lado, não se pode esperar que, no âmbito do caso BES, entrem cinco magistrados, 20 polícias e 30 técnicos tributários na sede do Banco, na Rua Alexandre Herculano, e não se saiba!...

Quando o segredo de justiça é violado, isso favorece a acusação?
[Paula Azevedo]
Não sei. Não dou notícias sobre a detenção de José Sócrates para ser favorável, apenas explico as razões. E ele pode escrever não sei quantas cartas cá para fora...

[José António Saraiva]
Uma coisa que se liga a isto é a denúncia anónima. Recebemos muitas e nunca publicámos uma. Investigamos em silêncio. E muitas vezes, a investigação chega a nada. Nunca publicamos uma notícia sobre o ponto de partida, mas sobre o ponto de chegada. E por aqui também chegamos ao segredo de justiça. A partir do momento em que há uma denúncia anónima

numa instituição, há uma investigação policial. E quando um jornal publica isso, a denúncia ganha credibilidade quando muitas vezes não é coisa alguma. Aqui é que entra a deontologia. Foi o caso de Passos Coelho e o processo *Tecnoforma*.

[Paula Azevedo]
Aí, houve uma denúncia anónima: uma revista noticiou e foi perguntar ao Ministério Público e este abre um inquérito. Então, a revista faz uma notícia sobre isso, contendo o teor da denúncia anónima, que continha uma coisa gravíssima, que o Primeiro-ministro, anos antes de o ser, tinha fugido ao fisco. Ficou a notícia da denúncia de que Passos recebera milhares de euros e não os tinha declarado ao fisco.

[José António Saraiva]
No caso *Freeport* aconteceu algo semelhante antes das eleições de 2005. Houve uma denúncia anónima. Nós decidimos não publicar a notícia. Mas houve jornais que publicaram. No limite até pode ser um jornalista que faz uma queixa para publicar a denúncia anónima. Não se pode fazer. Se não conseguimos chegar a uma conclusão, não publicamos.

O que pensa da justiça em Portugal na investigação de casos de corrupção?
Depende muito do Procurador. Na investigação policial, depende dele porque cada um tem uma estratégia diferente. Cunha Rodrigues, por exemplo, fazia uma gestão um bocadinho política dos processos. Souto Moura era bastante mais independente, ponderando questões de justiça e não de oportunidade política. Pinto Monteiro, a partir de uma certa altura, fazia uma certa proteção do Primeiro-Ministro, não sei se por convicção, se para defender a estabilidade política. O desmentido que faz sobre a informação que teria recebido das autoridades inglesas (ao qual teve de dar o dito por não dito, quando se soube que afinal era verdade) é um exemplo bem caraterístico da sua atuação. Também não sei se era objeto de pressões políticas. A atual Procuradora, Joana Marques Vidal, parece não se reger nem por critérios políticos nem de oportunidade. O escândalo dos *Vistos Gold* atinge o governo,

o caso *Sócrates*, o PS, o caso *Duarte Lima*, o PSD. E a questão dos *Vistos Gold* e a prisão de Sócrates acontecem quase em simultâneo. Não é possível falar da justiça em termos gerais.

Nos últimos anos houve quatro casos muito mediatizados: *BPN*, *Face Oculta*, *Freeport* e *Submarinos*. A cobertura jornalística contribuiu para uma eventual descoberta da verdade?
Desses quatro, o *BPN* e o *Face Oculta* foram os únicos que tiveram penas. Dois não tiveram consequências. No caso *Freeport* demos tudo o que podíamos ter dado e se o processo não chegou a tribunal, não tem a ver connosco. E a minha convicção é que estavam disponíveis todos os dados. O caso dos *Submarinos* é o que me provoca mais frustração, porque demos quatro semanas seguidas notícias de primeira página e a sensação que tínhamos era a de um manto de silêncio, com muita gente interessada em que o processo não tivesse sequência. O eco que teve foi seis anos depois. E havia muitos elementos que permitiriam avançar muito mais, como aconteceu na Alemanha. Contudo, houve um bloqueio que o impediu. Mesmo na comunicação social. O *BES* foi também alvo de muitos silêncios, dadas as suas ramificações políticas e, daí, algumas investigações não terem avançado antes. A própria PT sobre a qual o BES tinha ascendente cortou-nos publicidade nessa altura. O BES era financiador da Ongoing. E era importante credor da Controlinveste, dona do *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias* e *TSF*. Há uma série de ligações que, se investigadas, podem revelar-se interessantes.

Quer dizer que o facto de importantes órgãos de comunicação dependerem de grandes grupos económicos limita-os na sua investigação jornalística?
É quase inevitável. O *Expresso* era (agora não sei) um dos poucos meios que, pela sua importância (e pela personalidade de Balsemão), não tinha limitações à investigação. O *Sol* tem a vantagem de ter acionistas estrangeiros, pelo que não está envolvido nas nossas guerras internas.

Qual o efeito dos *media* na perceção das pessoas sobre a corrupção política?
Criou-se a ideia — e as redes sociais têm importante quota parte nisso — de que os políticos são todos corruptos. A nossa perceção é bastante diferente. Não é verdade. Só podemos fazer uma boa aproximação ao fenómeno com uma postura atenta e responsável. Também na política, os cidadãos têm de ser responsáveis para separar o trigo do joio. Mas a condenação dos corruptos, como ultimamente tem acontecido, ajuda à "absolvição" e respeito pelos não corruptos. Quando se começar a ter essa perceção de que os culpados são punidos, tudo melhorará. A impunidade é que ajuda à generalização.

A justiça está a mudar?
Mudou. Vamos ver se assim continua... Esperamos que sim.

E quanto à preparação dos jornalistas para tratar destas matérias. Algo a dizer?
Há um lado primacial de vocação. Há aqueles que têm mais vocação para reportagem, outros para a notícia e outros para trabalhos a prazo, ler e estudar papéis... A investigação exige paciência e perseverança. Depois há uma parte que exige mais formação, como seja o domínio das questões jurídicas, ao mesmo tempo que se deve investir na criação de climas de confiança junto das fontes de informação. Há jornalistas que escrevem relativamente mal, mas criam uma importante — e por vezes insubstituível — relação de confiança com as fontes. Aí, o jornal tem de dar-lhes apoio na escrita. Trata-se de colocar e apresentar a matéria final de forma mais coerente, mais apelativa. Expurgar coisas que têm menos importância e valorizar outras...

[Paula Azevedo]
Quanto ao acesso à informação, é necessário saber onde a procurar. E convencer as pessoas de que temos direito àquela informação. Isto não é como nos EUA, em que até documentos da CIA estão online.

7. JOSÉ MANUEL FERNANDES

57 anos, 39 de profissão, tem frequência de Biologia na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, é publisher do *Observador*. (Publicação autorizada)

> "A fuga de informação é como a lei da gravidade: temos de viver com ela!"

Como *publisher* do *Observador*, qual é o primeiro pensamento que lhe ocorre quando ouve falar num caso de corrupção política?
Não é muito fácil. Lembro-me basicamente de alguns casos e de alguns jornalistas, como José António Cerejo e o Ricardo Dias Felner, que fizeram trabalhos de investigação e os quais acompanhei mais diretamente quando estava no *Público*. Lembro-me também de outros casos mais antigos... Em Portugal, talvez o primeiro a ter criado muito impacto tenha sido o do Ministro Cadilhe. Mas depois houve muitos outros — lembro-me deles por bons e maus motivos.

Apelando um pouco à sua memória e experiência, entende que há hoje mais condições para o jornalismo tratar esses assuntos?
Que condições é que são necessárias para tratar esses assuntos? Eu diria que são necessários dois ou três tipos de condições. Por um lado, é necessário que nos órgãos de informação haja preocupação com este tipo de matérias. Isso varia um pouco ao longo do tempo e também, infelizmente no meu ponto de vista, varia um bocadinho em função do ambiente mediático ser mais ou menos favorável aos políticos em funções, digamos assim. Quando há mais hostilidade há mais probabilidade de haver investigação. Depois há outro fator: a disponibilidade de meios. Os meios aqui são sobretudo tempo. E o terceiro fator, que vai e vem, é o próprio ambiente político que existe em torno da comunicação social. Houve momentos em que não havia qualquer tipo de restrições, houve outros momentos em que a pressão exercida sobre

os meios de informação limitou um pouco, sob o meu ponto de vista, a sua liberdade editorial. Basta recordar que a primeira notícia sobre a licenciatura do Sócrates saiu no *Público* e durante uma semana ninguém se lhe referiu.

A que é que se deve esse silêncio? Medo?
Não penso que tenha sido medo. Bem, depois apurou-se que houve algumas ameaças e uma barragem, no dia seguinte, para que não se pegasse no assunto. Só quando o *Expresso* rompeu essa barragem, uma semana e um dia depois da notícia publicada pelo *Público*, é que o assunto foi assumido pelos outros órgãos de comunicação. Hoje, parece-me difícil repetir uma experiência destas.

Porquê essa certeza?
O ambiente é outro, a informação online e a comunicação através da Net inviabilizam esses silêncios e, ainda, devido à maior concorrência entre os canais de televisão. Aliás, não sei se haverá muitos países com quatro canais generalistas de informação, além dos especializados!... Mas generalistas temos quatro, sendo que a concorrência entre eles facilita a divulgação de assuntos mais sensíveis. Em todo o caso, não devemos, também, perder de vista outro aspeto que nos fragiliza: temos poucos grupos de comunicação. Ora, este é um fator limitativo, porque se de repente três grupos não tratam um assunto, o que sobra é muito pouco, porque dois dos grupos ocupam quase todo o espaço.

Esse é um aspeto limitativo da própria pluralidade de informação?
Às vezes é. Sobretudo em momentos em que haja uma clara dependência face a alguns anunciantes e estes, pelo modo como podem estar alinhados com o poder, poderem utilizar essa essa arma que é muito poderosa.

Quer referir um dos processos que seguiu ou coordenou e as diferentes etapas de investigação que foi feita? Como é que um diretor gere isso por dentro?

Eu talvez não seja um diretor típico..., mas aconteceu saber que algum dos meus jornalistas andaria a investigar algo, devido a certo tipo de perguntas e a algumas pressões que comecei a receber. Tenho, no entanto, um princípio que sempre apliquei e continuo a praticar: quando alguém me diz(ia), "veja lá, estão a fazer isto, a perguntar aquilo, e é uma injustiça", eu respondo: "não me esteja a explicar a mim, porque eu não estou dentro do assunto; se está tão confiante responda às perguntas, fale com os jornalistas e explique-lhes; se não houver nada, se a investigação for inútil, seguramente que ou ele não deverá prosseguir a investigação ou então o senhor terá lá o seu ponto de vista". E assim nunca impedi que uma investigação prosseguisse o seu caminho. Muitas vezes, os jornalistas nem sabiam dos telefonemas que eu recebia. Depois, quando as coisas começavam a chegar à fase final, aí havia já um maior acompanhamento, porque é necessário precavermo-nos contra a hipótese de nos colocarem processos judiciais. Por outro lado, é preciso também garantir que há equilíbrio na forma como a peça está feita e vai ser publicada, isto é, que se ouviram todas as partes, enfim, que todo o trabalho está defendido e realizado segundo os parâmetros deontológicos.

Quer dar um exemplo?

O caso da licenciatura do Sócrates. O jornalista esteve a trabalhar durante muito tempo nele, antes de eu saber alguma coisa. Só muito mais tarde, quando li a peça e a partilhei com as outras pessoas da direção, é que analisei todos os seus detalhes e contornos. Insistimos, então, para que houvesse respostas sobre alguns pontos. Chegamos a adiar, inclusivamente, por um dia a publicação da notícia, tendo havido, até, um contacto do então Primeiro-ministro, José Sócrates, comigo. Penso que foi o último e único nos anos todos em que foi Primeiro-ministro.

Mas houve outras situações em que eu acabei por intervir, quer envolvessem Sócrates, Isaltino de Morais ou até as propriedades da família de Mário Soares no Campo Grande, que foi um assunto que o Cerejo tratou muitas

vezes. Neste contexto, cabia-me, por vezes, o papel de mediador, dado que ao longo do processo de investigação jornalística ele vinha dar-me conta de perguntas que tinha feito e enviado, mas cujas respostas não havia maneira de chegarem. Nestas situações eu procurava pressionar para que as pessoas respondessem... Admito que nem toda a gente atue assim, mas esta é a minha maneira de trabalhar.

Sem fontes disponíveis o trabalho do jornalista fica sempre mais difícil...
Num noticiário sobre casos de corrupção eu diria que há, no essencial, duas grandes famílias: aquilo que parte da investigação original de um jornalista e aquilo que decorre em sede da investigação da polícia e que depois chega aos jornais. Portanto, são duas situações, apesar de tudo, bastante diferentes. E depois há aquelas alturas em que as coisas se misturam... Todavia, lida-se com elas de forma muito diferente. Enquanto na primeira, apesar de tudo, nós controlamos o processo, na segunda é muito mais difícil, porque os diretores por regra não têm acesso às fontes — a fonte é do jornalista.

Sempre?
Criámos uma regra no *Público*, segundo a qual o diretor, uma vez estar também obrigado ao sigilo profissional, o jornalista teria de o informar sobre a identidade de uma determinada fonte, caso fosse questionado sobre isso. Foi, aliás, uma novidade que introduzimos na segunda versão do Livro de Estilo do jornal, na linha, de resto, do que fazem alguns grandes títulos norte-americanos.
A prática mostra-nos que quando há um caso grande são "sete cães a um osso" e há menos tendência a ter cuidado com a publicação das matérias. Não direi que os casos que correram pior foram casos de corrupção. Lembro-me, por exemplo, dos casos *Maddie* e *Casa Pia*, em que houve fugas por todo o lado. Nessa altura percebia-se se era da defesa ou se era da acusação, percebia-se tudo, mas era muito, muito difícil de controlar, até porque às vezes os órgãos de comunicação acabaram por tomar partido, consoante a tese em que alinhavam e assumiam.

Esse alinhamento, como lhe chama, é o resultado da influência das fontes?
Evidentemente que sim. E da convicção que se vai ganhando. Um caso clássico, porque é público e porque foi assumido, está na forma como o *Correio da Manhã*, na circunstância, alinhou com o Gonçalo Amaral, da Polícia Judiciária de Faro, em que a certa altura até ele escrevia no jornal. Deixou de haver disfarce. E havia uma confiança enorme com o Gonçalo Amaral, no trabalho que ele tinha feito. Ainda hoje — enfim, não sei se ele tinha razão se não — não consigo ter opinião sobre aquele caso. Mas que é um caso em que houve obviamente uma tomada de posição, isso é absolutamente claro e óbvio.

Voltando à corrupção política, digamos que o diretor serve para respaldar o próprio jornalista. Isto é importante? Qual é o seu pensamento sobre isso?
É importante o jornalista ter confiança em algumas coisas. Primeiro, que tem o apoio do diretor, que não o vai deixar cair e que lhe dá tempo para fazer o seu trabalho; depois, que a própria empresa o defenderá se houver processos judiciais. Eu acho que isso faz imensa diferença. Se os jornalistas perceberem que estão a fazer aquilo e o diretor não gosta e que a empresa está desconfortável e que vão mudar isto ou aquilo, e que vão pôr aquilo no rodapé e não sei que mais, não investe, não faz.

Esta é a sua forma de atuar?
Vou dizer-lhe uma coisa que também foi um princípio que eu segui e que, às vezes, implica algum risco: nos casos em que o trabalho jornalístico não me dava segurança absoluta de que houvesse ali um grande assunto, a minha opção foi sempre, desde que as regras fossem cumpridas, publicar. E depois que fosse o escrutínio público que ajudasse a esclarecer se aquilo era ou não um caso. Portanto, eu acho que quando as coisas entram no debate público, no espaço público, é mais fácil e torna-se tudo mais transparente. E é mais democrático.

Normalmente são casos que deixam marcas também...

É verdade, são casos que muitas vezes deixam marcas. Contudo, se nós, jornalistas (falo por mim), temos tendência a esquecer aquilo que escrevemos sobre as figuras públicas, elas tendem a não esquecer nada.

Nós escrevemos tanta coisa todos os dias, que às vezes nem nos lembramos de uma determinada coisa que fizemos. Já me aconteceu inúmeras vezes estar com pessoas e dizerem-me "você escreveu não sei o quê e tal", e eu não tenho a mínima ideia de alguma vez ter feito aquilo...

Também é verdade que houve casos que deixaram marcam porque as fontes importantes cortaram as relações. Às vezes não tem a ver com a corrupção política mas com corrupção no desporto. Eu vou-lhe contar uma pequena história que tem de ser vista com cuidado, mas eu conto na mesma. Os jornais desportivos não fazem investigação sobre os clubes. Porquê? A minha perceção é que eles dependem dos clubes. Se estes não os deixam entrar nos seus espaços, se fazem black out... , esses jornais desaparecem. Eles não podem viver sem terem esses meios abertos. Vem isto a propósito do seguinte: demos um dia uma notícia sobre as dívidas fiscais do Sporting e, como consequência, estivemos 10 anos sem poder entrevistar alguém do clube. Isto é uma coisa que um jornal desportivo dificilmente aguenta.

Qual é o julgamento que faz do segredo de justiça: acha que faz sentido? Prejudica a investigação jornalística?

O segredo de justiça não pode deixar de existir. Todos os países o têm, portanto, não é uma invenção portuguesa, embora o nosso regime até seja relativamente rigoroso em relação ao segredo de justiça.

A maior parte das pessoas esquece-se, mas, no fundo, ele existe não só para proteger o bom nome do acusado, mas também para proteger a investigação. Ora, aquilo que tenho defendido é que — posição que não é consensual entre os jornalistas — quando um jornalista tem acesso ao segredo de justiça deve avaliar se aquilo que tem na mão é ou não de interesse público. Se for de interesse público deve publicar. Se puder publicar, digamos, disfarçando que está a ter acesso ao segredo de justiça deve fazê-lo. Porém, não sou daqueles que acham que o jornalista não tem nada a ver com o crime de segredo

de justiça. O jornalista é, aquilo que nós diríamos em relação a material roubado, um recetador. No entanto, acho que o jornalista deve seguir o princípio do interesse público e, se for o caso, defender isso em tribunal.

Como é que lida com as fugas de informação? Como é que entende isso, do ponto de vista da intenção da instrumentalização?
A fuga de informação é o "pão nosso de cada dia" e é como a lei da gravidade, temos de viver com ela. O problema das fugas de informação é o facto de que nós não controlamos o processo e, portanto, nunca sabemos se o que nos estão a passar é, digamos, a frase fora do contexto ou se é a frase que dá o contexto, justamente porque não controlamos o processo. Por isso, quando nos dão uma frase fora do contexto ou nos dão uma parte do processo fora do processo podemos estar de facto a ser instrumentalizados, porque não temos o retrato todo, não conseguimos fazer o nosso juízo. Mas muitas vezes é um risco que tem de se correr, porque não há outra forma. Contudo, há que ser muito cuidadoso...

Se houver um apelo à ética e à deontologia jornalística os riscos podem diminuir?
Sim e porquê? Porque a ética tem a ver primeiro com dar o direito de defesa, logo, não fazer acusações que não sejam sustentadas. Agora dizer que, de repente, eu não posso dar isso, é um bocado... Eu por exemplo não sei, com toda a franqueza, se há coisas que estão ou não estão em segredo de justiça. Não sei se o recurso de Sócrates para a Relação está em segredo de justiça ou não. Agora, o *Público* ao fazê-lo hoje põe frases entre aspas e não há dúvida que teve acesso a um papel e, portanto, se estiver em segredo de justiça expôs-se. Habitualmente, o que se procura é tentar evitar isso.

O que pensa do jornalista constituir-se assistente de um processo?
Pessoalmente não vejo nenhum problema nisso. Acho até que isso tem vantagens ao nível da transparência. O assistente não passa de uma pessoa que é apenas parte interessada e, no fundo, se for um processo em que há pessoas públicas envolvidas é fácil compreender que o jornalista é parte

interessada, porque está interessado em conhecer o desenvolvimento do processo. Tem vantagem, primeiro, porque ele a partir do momento em que é assistente tem acesso ao teor do processo e fica, se quisermos, mais exposto às exigências do segredo de justiça. Desse ponto de vista fica mais responsabilizado, o que é bom. Pode ter o problema de que perde a informação que os outros dão, porque dão em segredo de justiça, mas depois tem a vantagem de, no momento em que acaba o segredo de justiça, estar numa posição privilegiada para poder fazer isso.
Um dos bons exemplos é o caso do processo *Freeport* em que o José António Cerejo se constituiu como assistente. Quando o processo acabou — e com ele o segredo de justiça —, a Cândida Almeida deu seis horas por dia, numa sala onde cabiam duas pessoas, a quem quisesse consultar o processo. Resultado: toda a gente pediu para consultar o processo (havia 300 pedidos), mas como nós já conhecíamos tudo começamos logo a publicar. Portanto, houve aqui uma vantagem brutal sobre os outros.

***BPN*, *Freeport*, *Face Oculta* e *Submarinos* foram quatro dos casos mais mediatizados nos últimos anos. Como é que viu o tratamento jornalístico destes processos?**
O *BPN* não começou muito bem. Há um jornalista que se queixa muito de que foi despedido por causa do *BPN*, que é o Camilo Lourenço, que era nessa altura diretor da *Exame* e fez uma capa sobre o *BPN*. Não conheço o caso em detalhe. Ele acusa muito o Balsemão — eu não tenho essa imagem de Pinto Balsemão..., enfim, a verdade é que o caso não começou muito bem e revelou ser muito complicado.
O caso *Freeport* também começou mal, porque começou com aquela fuga de informação para o *Independente* em pleno momento de campanha eleitoral, e ainda por cima não era verdadeira. Mas depois não. Pode ter havido uma ou outra notícia exagerada, num tom um bocadinho excessivo mas, no essencial, o caso foi bem tratado.
Quanto ao *Face Oculta*, foi um caso muito interessante porque não houve fugas até ao momento em que as pessoas foram apanhadas. Portanto, foi um caso em que a polícia atuou tão bem que conseguiu uma coordenação de esforços notável. Bom trabalho, sem dúvida. Continua a ser, no entanto,

um caso muito controverso, sobretudo no que toca à questão das escutas que não foram validadas. Que, de resto, julgo que nunca ninguém publicou, apesar de me terem dito que houve pessoas que as ouviram. Portanto, houve partes do processo que nunca vieram a público, mas eu acho que, como se provou pelo próprio julgamento, o trabalho que os jornalistas fizeram foi, no essencial, um trabalho bem feito. Começaram muito tarde, porque só se soube do processo quando as pessoas foram detidas.

Os *Submarinos* acho que foi um dos casos não investigados pela comunicação social. Há muito pouca coisa. Todos os trabalhos que existem têm mais a ver com contrapartidas, com deficiências do negócio, do que propriamente com o que se passou. A investigação que foi feita também não foi muito bem conseguida, porque não havia nada. A maior parte da comunicação social veio atrás. E eu diria até que veio atrás demasiado tarde e consoante os momentos de maior ou menor oportunidade política. Não me recordo de alguma coisa, relativamente a este caso, que se tenha provado pelos órgãos de informação e não pelo processo de justiça.

Quer dizer que o jornalismo acabou por seguir a investigação judicial ou a investigação judicial aproveitou a investigação jornalística?

No caso do *Freeport* houve coisas que foram feitas para além da investigação judicial. Recordo-me, por exemplo, de um trabalho, salvo erro do Ricardo Felner, que foi além da investigação judicial. No *Face Oculta*, penso que o essencial de todo o processo tem a ver com o julgamento..., não tenho memória de alguma coisa se ter passado com a investigação jornalística. Já na parte de um outro caso — *Taguspark* — aí já houve alguma investigação jornalística. Não sou capaz de dizer se ajudou ou não a investigação.

No caso dos *Submarinos*, como disse, não houve nada de novo.

No caso *BPN*, para ser sincero, acho que a história ainda não está contada. Há uma parte do *BPN* que é um buraco negro que é o que se passa depois da nacionalização. Porque o buraco duplicou de tamanho. Como é que duplicou de tamanho? Como já estava encontrado o culpado, essa parte nunca foi bem trabalhada. Não sei se foi trabalhada pelas autoridades, se foi trabalhada pelo Ministério Público. Há um trabalho do Pedro Coelho [*SIC*], mas não me parece que ele tenha conseguido saber muito.

Qual é a opinião que tem sobre a perceção que os portugueses fazem da corrupção? Voltando um pouco ao início, se hoje há mais notícias sobre corrupção isso induz de alguma forma a perceção que os cidadãos têm sobre esse fenómeno?

Primeiro ponto: os portugueses não têm a perceção de que Portugal seja um país muito corrupto. Têm a perceção que há compadrio e que há pessoas que beneficiam umas com as outras. Isso têm. Depois acho que toda a gente, de alguma forma, ao longo das suas vidas, já lidou com a pequena corrupção. Às vezes sem se aperceberem... O fiscal da obra, a cunha que se meteu a alguém..., quase toda a gente fez isso, pela simples razão de que, em Portugal, a cunha não é uma coisa vista como sendo negativa. Arranjar um emprego para um familiar é quase uma obrigação, não é um abuso de posição. Agora há é a ideia de que há gente a ganhar muito dinheiro, mas em Portugal, como apesar de tudo houve pouca gente condenada por corrupção evidente, o mal é mais difuso, o que quer dizer que às vezes é pior. Portanto, é do género "são sempre os mesmos a ganhar" ou "estão todos feitos". Esse tipo de coisa é mais corrosiva do sistema político do que, de repente, apanhar um corrupto e prendê-lo. Porque isso é isolar a ferida, é isolar o mal. Agora quando a ideia é um bocadinho difusa significa que todos participam. Para algumas coisas não será totalmente falso, mas para outras é totalmente falso.

Em segundo lugar, há uma certa tolerância. Custa a entender, mas existe. O melhor exemplo é o que se passou em Oeiras. Toda a gente por lá sabe que o Isaltino Morais beneficiou, à margem da lei, do lugar que exerceu. Toda a gente sabe isso. No entanto, como era bom presidente, como é o concelho do país com rendimento médio mais elevado e nível de educação escolar mais elevada... Isto diz tudo. É o sítio onde há mais pessoas licenciadas, mais pessoas com o secundário, pessoas a ganhar mais dinheiro! Conheço pessoas que não sendo capaz de votar no Isaltino, abstêm-se.

Mas os *media* têm responsabilidade nessas perceções que as pessoas vão fazendo.

Eu acho que no caso de Isaltino não tiveram muita responsabilidade. Aquilo é uma Câmara relativamente pequena, logo, é um território pequenino e as pessoas percebiam o que o Isaltino fazia e que era eficaz. Mais do que isso, quando Isaltino saiu e foi substituído por um vereador, dizem-me que ele controlava as coisas a partir da cadeia. De tal modo, que criou um ambiente para ganhar novamente as eleições contra o seu partido, contrariando a fidelidade partidária. E foi bem sucedido. Quer dizer, nós não queremos admitir que há essa tolerância na corrupção, mas a verdade é que ela existe.

Que opinião tem sobre o nível de formação e de competência dos jornalistas, de forma genérica, para tratar casos de corrupção política?

Varia muito. Há jornalistas que questionam e há, inclusivamente, muita gente que volta hoje a estudar e a complementar a sua formação-base, seja em cursos especializados, seja em licenciaturas ou pós-graduações e áreas do seu interesse profissional. Entendo, no entanto, que a formação-base dos jornalistas tem bastantes deficiências. Mas essa é uma tese que eu tenho há muito tempo. Eu preferia que os nossos cursos de jornalismo fossem organizados de outra forma.

Quer especificar?

Creio que seriam melhores se fossem basicamente mestrados, em que os três primeiros anos seriam de um curso qualquer. As vantagens seriam evidentes: davam uma mundividência diferente, além de não achar que sejam necessários tantos anos para formar um jornalista. E por isso preferia que as redações tivessem pessoas com três anos de Relações Internacionais, três anos de Medicina, três anos de Direito, três anos de Engenharia, como antigamente havia. Quer dizer, antigamente as pessoas não tinham formação em jornalismo, mas agora podiam ter. Penso que é o sistema da Universidade de Columbia, nos EUA. Era o ideal. E depois há uma coisa que é terrível. Há muita redação que não tem possibilidade de especializar ninguém. A pessoa está de manhã no tribunal, à tarde está a fazer um

atropelamento, à noite vai para a inundação... Há muitas redações que têm que trabalhar assim, não há outra forma, não têm outra possibilidade. Claro que há coisas em que se melhorou muito. Eu lembro-me do tempo em que haver um jornalista de Economia numa redação era um luxo! Hoje, as redações não só têm jornalistas de Economia, como os têm especializados por áreas. Não estou a dizer que o cenário hoje está pior do que estava antes, mas apenas a referir que há muitos órgãos de informação que têm realmente esta dificuldade — a dificuldade do tempo e dos recursos humanos.

8. LUÍS ROSA

40 anos, 15 de profissão, licenciado em Ciências da Comunicação, diretor do jornal [illegible] blicação autorizada).

> "O escrutínio jornalístico está melhor e mais agressivo mas os obstáculos também vão aumentando"

Além das funções de diretor que atualmente exerce, tem a vantagem de ter já acompanhado casos de corrupção. São diferentes os papéis do jornalista e do diretor no tratamento de casos de corrupção?
Na minha opinião, não. Pelo menos, desde que faço parte da direção do *i* (entrei como diretor-adjunto em Março de 2012), tenho feito tudo para que não seja, independentemente das especificidades de cada função. O trabalho de jornalista é, essencialmente, a recolha da informação no terreno, o contacto com fontes, verificação da documentação de instituições públicas, seja através da consulta dos processos administrativos, seja através da consulta dos processos judiciais, cabendo-lhe, ainda, tratar e avaliar a relevância e veracidade desse manancial de informação. O trabalho do diretor passa, em primeiro lugar, por perceber se essa informação se enquadra na linha editorial do jornal e pela promoção de um *fact-check* da informação. Isto é, passa pelo escrutínio interno — que é muito importante — para perceber a veracidade e validade da informação recolhida pelos redatores.

Haverá casos de corrupção — sobretudo política — que não se enquadrem na linha editorial de um jornal?

Na minha opinião, e de acordo com a linha editorial que imprimi no *i*, não. A linha editorial do *i* passa por uma grande aposta na investigação jornalística, em que o combate à corrupção é um combate jornalístico também. O combate à corrupção é um valor social e um valor jornalístico, sem sombra de dúvida, e, desde o início, enquadrei-o no projeto e na linha editorial do *i*. Portanto, respondendo à sua pergunta, não há nenhum caso de corrupção que não interesse ao *i*. Pode é ter maior ou menor relevância, consoante o caso. Suspeitas de corrupção relacionas com um fiscal da câmara não têm a mesma relevância de um caso que envolva um Primeiro-Ministro, um Ministro ou um Secretário de Estado.

Os casos de corrupção implicam uma grande sensibilidade e são, por norma, de grande melindre. Colocam também problemas acrescidos ao nível da decisão?

Evidentemente que sim, porque muitos dos trabalhos jornalísticos relativos a eventuais casos de corrupção podem envolver processos judiciais contra a publicação, contra o jornalista e contra o diretor. De acordo com a Lei da Imprensa, o diretor é sempre responsável por todas as linhas que saem no jornal e, portanto, pode ser responsabilizado criminalmente por essa matéria. Confesso que não analiso essas coisas de ânimo leve. Devo dizer-lhe, aliás, que tenho sempre em consideração a hipótese de a notícia, a ser publicada, dar azo a um processo judicial. Não significa que, por haver essa possibilidade, não publique a notícia. Não, não é isso. Refiro-me ao escrutínio do trabalho, no sentido do reforço da qualidade do mesmo, e que isso permita que a publicação esteja defendida face a uma hipotética situação judicial. Portanto, esse escrutínio visa tornar o trabalho mais forte, mais consistente, mais credível — e que seja defensável em tribunal.

Há nas suas palavras uma insistência sobre a prática do escrutínio da informação. Concretamente como é que ele é feito no seu jornal?

Parece-me que os jornalistas portugueses, genericamente falando, têm alguma inconsciência sobre as consequências exatas do seu trabalho e deste tipo de notícias — e falo pela minha experiência em diferentes redações que conheci: *Euronotícias, Independente, Expresso, Sol* e agora no *i*. Ora, o trabalho jornalístico não é um trabalho científico e, além do mais, há sempre a hipótese de a informação estar errada. Publicar uma informação errada que possa colocar em causa a imagem de alguém é um facto grave e pode ter consequências judiciais. Parece-me que isso, muitas vezes, não está presente nas redações. E é por isso que, numa prática que trouxe do *Sol*, introduzi um grau de escrutínio, presente nas redações norte-americanas e britânicas, que é o seguinte: todo o trabalho que, eventualmente, numa primeira avaliação, possa dar azo a esses processos judiciais, o texto final é sempre analisado pelo advogado do jornal, no sentido de perceber se, do ponto de vista jurídico, e não jornalístico, existe uma frase ou um título que sejam equívocos, que nos possa deixar numa posição frágil numa sala de audiências e num contexto judicial. Parece-me que é muito importante que exista este grau de escrutínio. Também me parece que esse grau de escrutínio é mal visto nas redações por razões corporativas. E não pode ser. Porque o mesmo é feito em defesa do jornal e do bom jornalismo.

Como se esse escrutínio pusesse em causa a notícia?

Exatamente. Mas o jornalista jamais deve esquecer que a notícia tem que ser dada de forma rigorosa. Se a essa certeza juntarmos a proteção jurídica, melhor.

Quais os principais casos que acompanhou?

Foram vários. Refiro os mais importantes. No caso Isaltino Morais, estava ainda no *Independente*, fiz as notícias que levaram à sua demissão. No *Expresso* segui vários casos ligados à corrupção urbanística e imobiliária, dos quais destaco o processo Portucale. No *Sol* o *Face Oculta* e os Amigos dos CTT de Coimbra. Aqui no *i* o caso do *BES*, a que nós demos muito destaque desde 2012, quando ainda ninguém escrevia sobre

o tema. Fomos os primeiros a dar muita informação relevante sobre o *BES*, nomeadamente sobre a questão da retificação fiscal de Ricardo Salgado. E sobre a licenciatura de Miguel Relvas, também foi o *i* que deu o exclusivo das equivalências.

Quer descrever-me, sucintamente, o processo e as etapas de investigação de um dos processos?

Vou escolher um que não deu lugar a nenhuma acusação. Era um caso de pura investigação jornalística, que acho que tem uma clara suspeita de corrupção. O nosso trabalho foi analisado pela Procuradoria-Geral da República, mas já tinha prescrito. É o caso da *Bragaparques*. Fiz um trabalho no Sol, na *Tabu*, a revista do jornal, que me levou seis meses. Com base em toda a documentação que li sobre a *Bragaparques* e os primeiros parques de estacionamento que a empresa construiu em Braga, conclui que ela foi favorecida nesses processos. Aliás, o concurso no qual a empresa foi beneficiada foi aberto à luz do Código da Estrada, porque não havia legislação na altura, nos anos 1990, sobre parques de estacionamento e, no seguimento desse concurso, a Câmara de Braga vendeu as duas principais praças da cidade à *Bragaparques*, que se tornou, assim, dona da Praça do Conde de Agrolongo e da Praça da República. Pelo registo predial é dona do subsolo e da superfície. O que é que eu fiz nesse trabalho? Pode dizer-se que são métodos que foram reproduzidos noutros processos, aqui no *i*. Pedi acesso aos processos administrativos do lançamento dos concursos dos dois parques. A Câmara de Braga impediu-me o acesso, invocando sigilo. Recorri à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), que me deu razão. As Câmaras geralmente seguem os pareceres da CADA e deram-me acesso. Consultei os documentos sobre os dois concursos, consultei os processos judiciais que a *Bragaparques* interpôs contra a câmara por causa daquelas duas obras alegando que não lhes tinham sido pagos os valores acordados...Falei com um número significativo de pessoas ligadas a esses processos, tive de contactar obviamente Domingos Névoa [dono da *Bragaparques*], através de entrevista. Contactei fontes da autarquia e de outros quadrantes para esclarecer documentos e produzi o trabalho ao fim de seis meses.

Como é que surgiu esse trabalho? Foi uma fonte?

Foi uma dica de uma fonte. Eu tinha feito vários trabalhos sobre os Amigos dos CTT, em Coimbra, que envolvia a *Bragaparques*; depois fiz um trabalho sobre Almada, em que também tinha sido adjudicada a exploração do estacionamento à superfície à *Bragaparques*, e deram-me a informação de que seria interessante consultar esse processo. E realmente foi. Não interessa estar aqui a esmiuçar, mas tinha coisas extraordinárias. Aquilo era tão amador... O concurso é de 1993. Comecei o trabalho em 2006/2007, 13 anos depois do processo se ter iniciado e, surpresa minha, verifiquei que havia inúmeras situações que estavam por regularizar. De tal modo, que enquanto estava a consultar o processo eles foram a correr, à pressa, legalizar o que carecia desse formalismo. Verdade: grosso modo, havia um acordo entre a Câmara e a *Bragaparques* para a construção dos parques que não implicou qualquer pagamento à edilidade. Apenas foi feita uma permuta. Ou seja, a Câmara autorizava o direito a construir e a exploração de parques de estacionamento, e a *Bragaparques*, como contrapartida, dava lugares de estacionamento, que depois deviam ir para o Sporting Clube de Braga, para o clube de andebol, etc.... O que por si só deixa muitas dúvidas, tendo em conta o valor económico da exploração de dois parques de estacionamento de grande dimensão no centro de Braga. Só que quando eu consultei o processo nem isso estava feito e os lugares de estacionamento continuavam em nome da *Bragaparques*. Então a Câmara foi à pressa legalizar...

Que meios é que teve para fazer esse trabalho? Durante esse tempo não fez mais nada?

O jornal permitiu-me que eu trabalhasse algumas semanas em exclusivo. Tive de ir cinco ou seis vezes a Braga, algumas delas estive quatro ou cinco dias lá. O jornal financiou-me as viagens, mas tive que fazer outros trabalhos. Durante seis meses não estive só a fazer isso. Portanto, não se pode dizer que eu estivesse em exclusividade. É muito difícil isso acontecer em Portugal. Eu só conheço mesmo uma jornalista a quem são dadas essas condições, que é a minha colega Felícia Cabrita, do *Sol*.

Olhando para os casos de corrupção que foi trabalhando ao longo dos anos, encontram-se, em regra, dois tipos de dificuldades: internas e externas. Pode falar um pouco sobre isso?
Posso falar a dois níveis: ao nível do redator, do jornalista, que está a fazer o trabalho, e ao nível do diretor. Aí há uma clara distinção. A pressão sobre o jornalista faz-se em primeiro lugar no acesso aos processos. Há – e continua a haver – uma regra de secretismo na Administração Pública e na classe política em relação a decisões públicas e políticas.

E porque é que isso acontece?
Acontece sempre. É raro o órgão de comunicação da Administração Pública que não age assim.

Mas porque é que isso acontece? Consegue encontrar uma razão?
Tem a ver com o fator cultural. A nossa democracia tem 40 anos. É pouco tempo. As democracias nórdicas têm 80, 90, 100 anos. Nós temos uma democracia jovem. A minha geração, que nasceu depois do 25 de Abril, é a primeira que não tem resquícios do Estado Novo, do salazarismo... Ora, o jornalismo e a liberdade de informação estão intimamente ligados à democracia. Portanto, a minha geração é a primeira que foi educada não no contexto de um Portugal isolado e pluricontinental, mas de um Portugal membro da União Europeia. Daí afirmar que há um fator cultural, em primeiro lugar, que tem a ver com o facto de o nosso povo, nas gerações mais velhas, não estar imbuído dos valores democráticos ou pelo menos dos valores da democracia representativa — e o escrutínio jornalístico é um fator essencial na democracia representativa — da mesma forma que está a minha geração e as mais novas.

E do ponto de vista interno?
Há as habituais dificuldades relacionadas com a escassez dos meios humanos e também económicos. Contudo, existe outro tipo de pressões exercidas a partir de fora que podem ter repercussões internas.

Quer especificar?

O grupo BES conseguiu dominar a comunicação social durante anos, sem ter tido qualquer participação acionista. Bastou-lhe ter uma forte presença publicitária, pois foi um dos principais anunciantes nos últimos 20 anos. Essa é uma forma escolhida pelas empresas e por titulares de cargos políticos — porque o Estado também é um anunciante — para pressionar as empresas jornalísticas, através da ameaça de retirada de publicidade, o que pode colocar problemas e entraves no funcionamento da empresa visada. No caso do BES, posso dizer que recebi muitas pressões nesse sentido. Iniciámos o nosso escrutínio sobre o BES há dois anos e o primeiro grande trabalho tinha a ver com o envolvimento do Dr. Ricardo Salgado e do Dr. *José Maria Ricciardi* em investigações judiciais relativas ao processo Monte Branco. Contactámos os visados como sempre fazemos, enviámos perguntas por escrito e demos um *deadline* generoso para responderem, porque as perguntas eram muito extensas. O que aconteceu foi que o BES colocou publicidade no jornal, o que não fazia antes. Depois de publicadas as notícias retirou a publicidade. Isto é uma forma de pressão clássica e no caso não resultou, mas houve muitas vezes em que resultou com outros jornais.

Que tipo de fontes é que procura e que tipo de restrições é que elas colocam?

Nos casos de corrupção temos uma regra que eu já seguia como redator e que trouxe para a redação do *i*: tentamos trabalhar essencialmente a documentação e reduzir os *offs* ao mínimo possível. Obviamente que num trabalho de investigação jornalística é fundamental, obrigatório ter documentação vasta sobre o trabalho. Numa peça sobre jornalismo judiciário — e é importante fazer uma distinção entre trabalho de investigação jornalística e trabalho de jornalismo judiciário — tentamos ter documentação também. Tal não impede, por outro lado, que façamos acordos com as fontes, no sentido de não dizermos que temos a documentação, não revelarmos a documentação ou só revelarmos a documentação passado X tempo. As fontes, regra geral, solicitam o anonimato em termos de jornalismo judiciário. É normal. Nós tentamos cruzar a informação fornecida por elas com outras fontes.

De que tipo de fontes está a falar?

Sejam quais forem, uma coisa é certa: todas elas têm motivações. Sejam políticas, judiciárias, todas têm interesses. Que fique claro: não há nenhuma notícia sobre um caso de corrupção, em Portugal, em que a fonte não tenha um interesse. Em segundo, a origem dos casos é muito diversa, não vêm só de um determinado lado. Às vezes, as informações até têm uma origem familiar ou conjugal. Há vários casos conhecidos de mulheres ou ex-mulheres que enviaram informação relevante para os jornais. No jornalismo judiciário, por exemplo, não há uma classe profissional que possa dizer que está imune a fugas de informação. A minha experiência mostra-me, pois, que o tipo de fontes é muito vasta e diversa.

Qual é o seu entendimento sobre o estatuto de assistente no processo? Já foi assistente?

Já. Antes de mais, defendo que o jornalista tem o direito de ter acesso a qualquer informação por meios legítimos e legais. Ser assistente num processo é um meio legal de ter acesso à informação. Outra questão é a consequência judicial dessa atitude do jornalista. O assistente tem uma condição processual de ajudar o Ministério Público a descobrir a verdade e fica obrigado a respeitar o segredo de justiça. Deixando de lado a situação de assistente, não penso que um jornalista viole o segredo de justiça quando produz notícias sobre um processo em segredo. Do ponto de vista jurídico e do ponto de vista jornalístico, não acho que isso aconteça. Quem poderá estar a violar o segredo de justiça será a pessoa que fornece a informação. O jornalista tem o dever e o direito constitucional de dar essa notícia, mesmo estando sujeita ao segredo de justiça. Voltando à questão do assistente, o jornalista pode ser assistente para ter acesso legítimo à informação, mas isso pode ter consequências no caso de uma acusação de violação do segredo de justiça. Se o jornalista for assistente está vinculado ao segredo de justiça, se não for assistente não acho que esteja.

Lembra-se do caso em que foi assistente?
Fui assistente no processo *Portucale* porque tinha interesse jornalístico em consultar escutas telefónicas que não estavam transcritas. No *Sol* tínhamos um grupo de investigação de quatro pessoas, eu era uma delas, e acompanhávamos o *Face Oculta*. Defendi que nos devíamos constituir assistentes no processo, mas não fui eu o assistente.

Já aflorou antes, mas peço que especifique um pouco mais: o que pensa do segredo de justiça? Que vantagens e desvantagens para a investigação jornalística?
É importante contextualizar isso. Aquela questão geracional que estava a referir há pouco tem uma grande presença na comunidade jurídica. O Procurador-Geral Pinto Monteiro produziu uma circular em 2009, se não estou em erro, em que mudou as regras no acesso dos jornalistas a processos judiciais. Por exemplo, obrigou os procuradores a retirar todo o tipo de informação pessoal a que o Ministério Público necessariamente tem acesso, como declarações fiscais, contas bancárias, etc. Antes dessa circular, era de uma enorme utilidade ter acesso a processos judiciais, no sentido de procurar informação que não tinha nenhuma relevância penal, mas tinha muita relevância jornalística e nos ajudava imenso nas nossas investigações. Em 2009 essa restrição no acesso às fontes prejudicou imenso o benefício jornalístico de ter acesso aos processos judiciais para investigação jornalística, porque muita da informação deixou de estar disponível.
Dito isto, considero que o segredo de justiça tem obviamente vantagens para a investigação judicial. Aliás, o segredo de justiça existe para proteger a investigação, não existe para proteger o arguido. Em casos de pedofilia ou em casos de crimes muito específicos, sim, existe para proteger a identidade do arguido — e das vítimas. Mas num caso de corrupção não existe para proteger o arguido. De resto, o arguido é constituído arguido para sua proteção. O segredo de justiça existe para proteger a investigação, para proteger e facilitar o trabalho do Ministério Público. Nessa medida acho que ele deve existir, porque a investigação tem de ter uma fase em que faz o seu trabalho sob segredo. É útil para o Estado e para o Ministério Público.

Mas o segredo de justiça é ou não um obstáculo à investigação jornalística?
Obviamente que o jornalismo, por princípio, não se dá bem com segredos. E gosta de informação, de transparência e de abertura. Não gosta de segredos. Daí que o segredo de justiça prejudique a investigação jornalística. Agora, dando-lhe uma resposta em que misture a minha condição de jornalista com a condição de cidadão acho que o segredo de justiça deve existir não, por regra, mas como exceção. Deve ser reservado para os casos mais sensíveis e importantes. No entanto, defendo que a circular que referi anteriormente deve ser revogada, porque tudo aquilo a que a justiça tem acesso deve estar acessível a todos os cidadãos. A justiça é feita em nome do povo, em nome dos cidadãos e, portanto, o trabalho do Ministério Público e dos tribunais deve ser escrutinado pelos jornalistas — e só pode ser escrutinado se toda a informação a que a justiça teve acesso estiver acessível. Essa circular do Procurador-Geral Pinto Monteiro é uma grave restrição ao direito que os jornalistas têm no acesso às fontes e portanto seria muito mais relevante que essa circular fosse revogada do que o segredo de justiça deixasse de existir.

O que pensa sobre as fugas de informação?
Como lhe disse há pouco todas as fontes têm os seus interesses e qualquer fonte quer sempre usar os jornalistas para qualquer fim. É obrigação dos jornalistas perceber se a informação que lhe está a ser passada é verdadeira, se tem relevância pública e se se enquadra na linha editorial do órgão de comunicação social para o qual trabalham. A avaliação destes três pontos faz com que a tentativa de instrumentalização não tenha sucesso. O jornalista deve fazer a sua análise independente e fazer o seu trabalho que é informar a opinião pública. Não acho que a instrumentalização seja eficaz em muitos dos casos.

Qual a diferença ou semelhanças que encontra entre as metodologias e processos de trabalho da investigação jornalística e da investigação judiciária?

São muito diferentes. Em primeiro lugar, a investigação judiciária é um trabalho feito em nome do Estado e da comunidade, com a ajuda e o instrumento da lei. Há uma obrigatoriedade legal de todos os cidadãos colaborarem com a justiça. No caso do jornalismo é uma atividade privada, não é feita em nome do Estado, é feita em nome da comunidade, mas é um trabalho essencialmente feito por empresas privadas. As pessoas não são obrigadas a falar connosco — mesmo quando o jornalismo é praticado por empresas públicas, essa regra mantém-se. Nem mesmo os visados. Os visados têm o direito a não responderem às nossas perguntas. Num processo judicial também têm o direito de se submeterem ao silêncio, mas não me parece que isso seja equiparável. Em segundo lugar, o trabalho judiciário tem sempre uma consequência legal, seja uma acusação por parte do Ministério Público, seja uma condenação com pena de prisão, por exemplo. O trabalho jornalístico obviamente não tem essa consequência e também não quer ter. O trabalho jornalístico não tem necessariamente que ter por base uma acusação, pode ser uma mera descrição de factos, sem estar implícita nenhuma acusação. O trabalho da justiça, nas suas diversas áreas, prende-se com a deteção de ilícitos criminais, fiscais, administrativos, etc. Já a essência do trabalho jornalístico visa dar um contributo importante para a formação da opinião dos cidadãos sobre os poderes públicos e privados mais relevantes e sobre os respetivos titulares.

O que pensa da justiça em Portugal na investigação de casos de corrupção?

Acho que existe uma grande discrepância. Desde logo uma muito visível e que eu direi que é geográfica. Os casos de corrupção investigados pelo DCIAP ou pelo DIAP de Lisboa têm consequências claramente diferentes dos que são investigados na Madeira ou no Porto, por exemplo. Há uma clara diferença e não há uma uniformização a esse nível.

Quem é que investiga melhor?

Acho que investigam melhor, para mal dos regionalistas, os procuradores e polícias que estão sedeados em Lisboa. Primeiro, porque o meio é maior, as pessoas não têm laços de proximidade e têm mais condições para fazer um trabalho independente, além de que, eventualmente, têm uma cultura democrática da sua função mais apurada. Apesar disso, o DIAP de Coimbra é uma exceção à regra, fruto, em que grande parte, do trabalho feito pelo procurador Euclides Dâmaso, que é o procurador distrital de Coimbra neste momento. O DIAP de Coimbra, comparado com o de Lisboa, tem menos processos, mas tem feito um trabalho que a nível de corrupção é impressionante pelo número e relevância dos casos. Lembro-me do caso dos Amigos dos CTT de Coimbra e também do processo do presidente da Académica, só para dar dois exemplos. Não vejo isso acontecer no Porto. Por exemplo, existe uma grande promiscuidade entre os diferentes poderes públicos da cidade e os órgãos judiciários da cidade. Até uma instituição como o FC Porto tem alguma proteção. Os únicos casos que se viram, por exemplo, a partir de processos como os do Apito Dourado, por exemplo, começaram a ser investigados em Gondomar, vieram para Lisboa e quando foram para o Porto "morreram" todos. Houve um caso extremamente relevante de suspeitas de corrupção no Metro do Porto, em que Valentim Loureiro, que era presidente do Metro, do Boavista e da Liga de Clubes é apanhado a falar ao telefone sobre obras e atitudes de favorecimento a um construtor que era financiador do Boavista. Foi extraída uma certidão, territorialmente a competência era do DIAP do Porto, e chegou ali e não houve uma diligência. Foi arquivado. O procurador de Gondomar fez um entendimento, perante a mesma prova, completamente diferente do entendimento do DIAP do Porto. Na Madeira a mesma coisa. No Alentejo também. Portanto, há aqui uma clara distinção geográfica.

Em segundo lugar acho que a justiça tem uma má imagem perante a população. Os cidadãos portugueses têm a perceção que existem dois pesos e duas medidas na aplicação da justiça e acho que é uma perceção correta. Os casos que têm a ver com titulares de cargos públicos relevantes — Primeiros-Ministros, Ministros, Secretários de Estado, gestores de empresas importantes — têm um tratamento que nem sempre é o mesmo

que é aplicado a pessoas com grau de influência social, política e económica muito menor. Contudo, tem ocorrido uma melhoria significativa nos últimos anos. Tem havido uma maior preocupação em aplicar a lei de uma forma equitativa e com maior atenção nos casos relacionados com titulares de cargos políticos, de que o caso *Sócrates* é o caso mais relevante. Por outro lado, verificou-se uma mudança geracional importante nas diferentes instâncias judiciais e isso está a contribuir para uma melhor justiça e uma mudança da perceção na aplicação da justiça. Porém, ainda vai demorar algum tempo até que a população portuguesa dê maior credibilidade à justiça ou a avalie de forma claramente positiva. Ainda há um trabalho muito longo nesse campo, e que dependerá também dos resultados apresentados.

***BPN*, *Freeport*, *Face Oculta* e *Submarinos*: o que pensa sobre a cobertura jornalística destes casos?**

Em todos os quatro casos a comunicação social contribuiu muito para que a opinião pública ficasse informada sobre esses processos. Em segundo lugar, com esses quatro casos, menos os *Submarinos* que talvez sejam a exceção à regra — porque é uma informação muito específica e em que o acesso a ela não é nada fácil, porque envolve segredo de Estado e também envolve empresas estrangeiras — houve uma grande contribuição da investigação jornalística para a descoberta da verdade.

Não se limitaram a seguir as pistas judiciais?

Houve jornalismo de investigação no *Freeport*, no *Face Oculta*, no *BPN*. Nos *Submarinos* menos. A justiça também fez um grande trabalho na descoberta da verdade e os jornalistas acompanharam isso de forma claramente livre. Deixe-me só referir uma coisa muito rápida. Em relação ao *Face Oculta* houve uma grande luta jornalística sobre um escrutínio muito difícil de fazer em Portugal: o escrutínio do poder judicial. No caso específico, as decisões polémicas do então Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, e do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Noronha Nascimento. Houve uma grande luta jornalística, encabeçada pelo *Sol*, pela descoberta material da verdade. Mas foi uma luta inglória, porque continuamos sem saber o que é que estava naquelas escutas telefónicas que foram destruídas. Essa

luta jornalística também produziu consequências judiciais graves para a democracia: alterações ao código penal feitas *ad hominem*, ou dirigidas especificamente aos jornalistas, como a proibição da divulgação de escutas telefónicas na comunicação social sem a autorização dos visados. É profundamente antidemocrática essa lei. Creio que não há nenhum país da União Europeia que tenha essa regra. Leio jornais espanhóis, franceses e ingleses e as escutas telefónicas estão lá divulgadas. Foi claramente uma lei antidemocrática promovida pelo poder político da altura, só por causa do acompanhamento jornalístico do processo *Face Oculta* e do processo *Casa Pia* também.

Qual a sua opinião sobre a perceção que os portugueses têm dos casos de corrupção?
Os cidadãos têm uma perceção de que existe mais corrupção do que aquela que existe na realidade.

Até qu nte essa responsabilidade cabe aos jornalistas, no sentido em que tal perceção é captada através dos *media*?
Não sou nada corporativista e não quero estar a desresponsabilizar o papel que a comunicação social eventualmente tenha nessa matéria. Falando de mim, em primeiro lugar, tenho um grande cuidado com a informação que escrevo, pelas consequências que essa informação pode ter para o bom nome das pessoas. Não faço generalizações nas minhas notícias. Agora, penso que nestes últimos 20-30 anos o escrutínio jornalístico sobre os detentores de cargos públicos e políticos não foi tão forte como poderia ter sido. Hoje em dia esse escrutínio é muito mais intenso do que era antes, porque realmente a corrupção é um problema do nosso Estado. Agora, eu não faço generalizações. Nas minhas peças não digo que todos os políticos são corruptos e mesmo em termos de artigos de opinião também não faço essa generalização. Assim como não vejo o *Correio da Manhã*, que é um jornal mais popular e que às vezes tem alguns problemas de rigor jornalístico, a fazer essa generalização. Agora, há uma série de casos que foram noticiados nestes anos — os que acabou de referir e muitos outros — que têm indícios de corrupção e que a comunicação social

revelou. A nível dos grandes negócios acho que há uma corrupção e que a perceção das pessoas está correta. Há casos, por exemplo, de parcerias público-privadas, que acompanhei de muito perto, nos quais eu acho que claramente houve favorecimentos que só podem ser explicados por atos de corrupção. Em termos legais, houve leis que foram feitas para favorecer determinados grupos, contratos que estão completamente blindados, e isso é uma corrupção muito difícil de combater. É a grande corrupção. Acho que a perceção das pessoas aí está correta, e cabe aos jornalistas combatê-la de forma eficaz. Em contrapartida, a pequena corrupção e até a corrupção ligada ao financiamento ilícito dos partidos, diminuiu.

Considera que os jornalistas possuem as competências e a formação adequada para cobrirem casos de corrupção?
Não.

O que é que é preciso fazer então?
Existe uma enorme falta de formação nas empresas jornalísticas. Em primeiro lugar porque os cursos de Ciências da Comunicação ou Comunicação Social são fracos. Têm uma fraca ligação à atividade jornalística, ao trabalho do jornalista. São cursos que têm uma forte componente teórica, que também é importante, mas uma fraca ligação aos aspetos práticos e diários do jornalismo. E, portanto, os jornalistas chegam a uma redação sem formação básica em Direito e Economia, áreas essenciais ao exercício do escrutínio jornalístico.

Mas quando se ouve o discurso empresarial defender que a formação é importante porque a realidade é dinâmica, não deveria caber às empresas de comunicação promover essa formação interna?
As empresas jornalísticas deviam fazer uma aposta nisso. Haverá também um problema cultural, da parte do tecido empresarial português, com a reciclagem de conhecimentos. Acho que há claramente uma lacuna cultural no tecido empresarial português no sentido de investir na formação, que é uma coisa habitual nos países do norte da Europa. As nossas empresas deviam apostar nessa matéria porque beneficiariam com isso e,

consequentemente, as empresas jornalísticas também. No entanto, o nosso negócio não está a passar por um período muito fácil. Mas deve haver essa aposta, claro.

Quer deixar alguma sugestão, alguma ideia?

Sublinhar a falta de cultura democrática e as dificuldades que continuam a existir no acesso às fontes. Essa falta de cultura democrática situa-se ao nível dos decisores políticos, da Administração, mas também ao nível da população. A população não tem a noção que o jornalismo pode ter uma influência muito positiva na sua vida, não só ao nível da informação, mas mudando leis que são injustas, hábitos que estão instalados. Combater a corrupção é contribuir para uma sociedade mais transparente, é contribuir para uma economia mais transparente e competitiva, para que a competitividade das empresas seja de facto uma regra — é fomentar o empreendedorismo e o crescimento económico. E parece-me que as pessoas não têm a perceção de que o jornalismo pode ter um papel importante nessa matéria. Para além dessa falta de cultura democrática da comunidade, há também a falta de cultura democrática da parte dos decisores que põem obstáculos, que muitas vezes são legais, como o caso da divulgação das escutas telefónicas, ao acesso à informação. É uma coisa que me preocupa porque, ao contrário do que se julgava, ao fim de 40 anos poderíamos estar a melhorar e parece que estamos a regredir. Todavia, o escrutínio jornalístico está a melhorar, está mais intenso, mais agressivo, mas os obstáculos também vão aumentando, e são cada vez maiores devido a uma luta cada vez mais intensa que o poder político promove contra comunicação social. As preocupações do poder político deviam ser claramente outras — as prioridades estão trocadas.

9. MIGUEL CARVALHO

45 anos. É grande repórter/ redator principal da *Visão*. Jornalista há 26 anos. Tem o 12º ano e o Curso Profissional de Radiojornalismo do antigo Centro de Formação de Jornalistas do Porto. (Publicação autorizada).

> "Mais do que uma frase, aquilo que me é dito por alguns silêncios é mais importante"

Em quantos casos de corrupção já trabalhou?
O primeiro de que me lembro é uma coisa de 1992, no *Diário de Notícias*, que tinha a ver com uma péssima utilização de fundos comunitários por parte de gente ligada ao Partido Socialista e à Câmara de Caminha. Foi das maiores fraudes com fundos comunitários. Depois, ao longo dos anos, fui trabalhando em vários outros casos.

Do *Diário de Notícias* passou para o *Independente*, que era um jornal conhecido por acompanhar casos ligados à corrupção.
É verdade, mas quando entrei para o *Independente,* em 1997, já se vivia um pouco a ressaca daqueles tempos heroicos do jornal. Todavia — e isto se calhar vai custar-me mais alguns amigos — o jornalismo de investigação do *Independente* é um bocadinho um mito.

Tem a noção de que o que afirma contraria o discurso dominante?
Claro que sim. Mas eu tenho a certeza que quem trabalhou no *Independente* saberá, e mente se disser o contrário, que muitas das coisas que o jornal divulgou nos seus tempos heroicos tinham que ver com guerras políticas e a informação chegava, às vezes, em "pacote", à redação.

Chama-se, muitas vezes, jornalismo de investigação a algo que não tem muito de investigação?
A questão é esta — e eu não gosto de generalizações — ao longo destes 26 anos que levo de profissão vi muito Portugal sentado a fazer "jornalismo de investigação". Portanto, essa é que é a questão: um tipo esperar que

as coisas lhe cheguem – e todos nós sabemos que as fontes têm os seus interesses —, e depois trabalhar um conjunto de informações que podem ser muito valiosas, mas de esforço concreto, de sujar os sapatos, de ir atrás das coisas e tentar correlacioná-las, zero, porque a papinha lhe chega toda feita...Não é a isso que se chama jornalismo de investigação.

Só falta o contraditório.
Exatamente, e não só no *Independente*. Eu acho que em todos os sítios em que eu trabalhei terá havido disso. Agora ali, quando eu chego ao *Independente*, já é a ressaca dos tempos heroicos, tempos heroicos esses que estarão assentes nesse suposto jornalismo de investigação, de que eu acho que havia muito pouco.

Sobre os casos em que trabalhou, é capaz de me descrever um dos processos, as etapas de investigação, desde que a informação lhe chegou e como foi desenrolando o novelo?
Vou falar-lhe da WeBrand e de como as coisas foram acontecendo. Eu tive uma conversa para outro trabalho e, a dada altura, uma das pessoas com quem falava diz-me que havia uma série de problemas com essa empresa. O nome, confesso, já me tinha feito soar uma companhia, mas eu não ligava aquilo a coisíssima alguma. Até porque, quando já estava a fazer investigação, percebi que havia várias empresas da área da comunicação com "Brand" no nome, e eu podia estar a fazer confusão com alguma coisa. Na primeira oportunidade que tive, comecei a ligar a uma data de amigos que tinham estado ou estavam ligados a empresas de comunicação; ao terceiro, quarto telefonema, dizem-me: "Eu trabalhei lá." – "Ai é? Então vamos tomar um café um dia destes". Essa empresa tinha tido outros nomes e ia mudando consoante as necessidades..., até que uma das fontes contactadas me diz: "Eu não sei exatamente o que é que se está a passar com a empresa mas aquilo é uma fraude do princípio ao fim". Depois, o trabalho foi tentar encontrar antigos e atuais funcionários, sabendo à partida que com os atuais, face ao que me era descrito, seria muito difícil chegar à fala com eles. Qual era o *filet mignon* da empresa desde a sua fundação, com outros nomes? Campanhas eleitorais. Eles faziam normalmente coisas

para o Bloco Central, digamos assim. Ou seja, PS e PSD. Na fase em que eu iniciei a investigação a inclinação em anos anteriores tinha sido mais PSD, quase 80 %.

Estamos a falar de que ano?

Eles fizeram as campanhas – e isto é o que é mais importante – das europeias, das autárquicas e das legislativas de 2009. Grande parte dos trabalhos, sobretudo de Coimbra para cima, foram assegurados por eles, do simples *outdoor* ao *press release*, tudo, tudo. Mas eles trabalham sobretudo com materiais de campanha. Depois, também fazem a parte do documento propriamente dito. Com a viragem política, eles perceberam "o que vai dar é PSD, logo temos que fazer mais amizades aqui, mais contactos ali", e isso era evidente até pela sua forma de trabalhar. Para minha surpresa, porque não estava propriamente à espera, atuais funcionários da empresa estiveram disponíveis para falar.

E o que disseram?

Posso dizer o que já escrevi sobre isso: a *Visão* falou com uma grande parte das pessoas que trabalhou lá ou que ainda trabalha, alguns deles com processos em tribunal contra a empresa, porque nada daquilo era legal. As pessoas recebiam os salários com atropelos à lei de toda a maneira e feitio, pagamentos por baixo, pagamentos ao lado... Era tudo assim. Ao analisar a documentação toda da empresa não se consegue perceber nada que seja minimamente legal naquilo. E o que eu fui percebendo nessas conversas, nessas entrevistas, em que fui tendo acesso a alguns fios soltos do modo de funcionar da empresa, é, justamente, o que interessa a alguns partidos. Ou seja, é aquilo poder ser ocultado, poder ser desviado por outras bandas, é poder ser maquilhado em termos de faturação, é perceber que muitos dos dinheiros que são entregues aos partidos para campanhas eleitorais são dinheiros que depois se escapam por diversos *passe-vites*, é perceber o que foi parar aos bolsos de alguns dirigentes que autorizam aquelas campanhas eleitorais. E toda a WeBrand estava montada assim, montada para servir estes propósitos.

Têm nomes os donos dessa empresa?

Têm. Cristina Ferreira e o marido, Renato Guerra... É uma figura que já tinha aparecido também no caso de *Felgueiras*, do *Saco Azul*.

Não confundir com a Cristina Ferreira, da *TVI*.

Não, não é essa. Não tem direito a revista. Esta Cristina Ferreira é uma pessoa do lado "In" do Porto, que trabalhou em publicidade, em várias empresas, mas sempre ligada a esta questão dos partidos. Sempre com aquele propósito: como é que isto interessa a todos? Como é que financiar uma campanha eleitoral chega e sobra para toda a gente? Eu estive vários meses a investigar a empresa, a tentar ter acesso a todo o tipo de dados fiscais sobre ela. Fui consultar diversos processos em tribunal, anteriores à própria existência da WeBrand, porque a prática já vinha de longe. A prática era a mesma, mas feita noutras ocasiões, e aí mais ligada ao Partido Socialista a nível autárquico. Desde fraudes à Segurança Social, penhoras de toda a espécie e feitio, confusão permanente entre vida pessoal e os gastos da empresa. Portanto, o dinheiro da empresa é usado para gastos pessoais. Há políticos que são definidos como alvo, porque mesmo que não sejam conhecidos são políticos que podem interessar na estratégia para chegar a X. E há vários casos. Eu citei vários exemplos de deputados que eram quase avençados da empresa, aos quais se faziam determinados favores.

Quer dar exemplos?

O senhor que precisava de mais contatos para ter mais visibilidade, e a WeBrand tratava disso de borla desde que o senhor depois, como moeda de troca, os fizesse chegar a uma pessoa mais importante que lhe arranjasse campanhas. Tudo funcionava assim. Eu tive acesso a cerca de 700 documentos da empresa. Acho que devo ter neste momento mais documentos do que a própria investigação judicial tem, desde faturas a registos de contabilidade, emails trocados, etc. E tive acesso ao relatório da Autoridade Tributária que investigou as antecessoras da WeBrand nos anos de grande lucro das campanhas eleitorais, em que está lá escrito preto no branco "a esmagadora maioria dos proveitos desta empresa são provenientes de campanhas eleitorais". O relatório descreve tudo aquilo a que, curiosamente, eu já

tinha chegado, mas o relatório confirma-o. Incluindo empresas-fachada em Espanha, em que se faturavam coisas que não existiam a uma empresa espanhola. Empresas que são autênticas caixas de correio, mais nada, não há mais nada lá, não há funcionários.

Nessa fase da investigação jornalística já havia processos judiciais a correr?

Quando eu começo a investigar a WeBrand já estava algo a correr nos tribunais e também nas finanças, porque havia a suspeita – e nós também escrevemos isso – da WeBrand ter beneficiado de uma espécie de perdão fiscal, já no governo de Passos [Coelho]. Ou seja, na sequência dessa investigação da Autoridade Tributária foram apuradas uma série de ilegalidades. Aquilo é fraude fiscal qualificada, que é assim uma coisa já de outro nível, e eles já estavam a ser investigados por isso. Depois vinha à baila também o perdão fiscal. Tinham que pagar, creio, um milhão de euros e aquilo ficou reduzido a *peanuts*. Os tempos áureos da WeBrand foram na transição Manuela Ferreira Leite/ Passos Coelho — e faço a ressalva, que também fiz nos meus textos, que pelo facto de a dada altura haver uma grande cumplicidade com o PSD não significa que os próprios candidatos, que em muitos casos são beneficiários deste tipo de esquemas, os conheçam. A WeBrand fez coisas para o Pedro Passos Coelho que eu imagino que ele possa não saber. Agora, ao nível das camadas intermédias do partido está mais do que provado que sabiam — sabem como é que se faz. Os diretores de campanha, os tipos que coordenam a secretaria-geral do partido, os líderes distritais, os líderes de campanha distrital... Muitos deles são deputados, são vice-presidentes disto, vice-presidentes daquilo. Chegam a altos cargos a nível parlamentar, são líderes de bancada. Portanto, nessa camada é difícil não se saber.

Os candidatos desconhecem estes mecanismos?

Paulo Rangel por exemplo. A WeBrand fez-lhe os cartazes, fez algum material de campanha. Eu tenho sérias dúvidas, por aquilo que investiguei, que o Paulo Rangel, um candidato ao Parlamento Europeu, soubesse. Tudo

aquilo se passava nas costas dele. E, portanto, isto envolve uma grande metodologia no sentido de perceber que subsídios do Estado é que, na pior das hipóteses, vão ser recebidos, porque eles preparam-se para a derrota.

Como?

Eu vi documentos em várias cores: "se perdermos dá isto, se a vitória for uma vitória pequenina dá isto, se for vitória grande dá isto"; tudo devidamente assinalado. E para meu espanto (essa foi talvez a minha grande surpresa, porque eu já há muitos anos ouvia falar de esquemas idênticos), encontrei combinações para estes esquemas: como circula o dinheiro, para onde vai, quem ganha, é preciso dar a este, etc, tudo escrito e combinado em emails. Às vezes em meias palavras, mas está lá, uma pessoa com dois dedos na testa percebe. Com dirigentes nacionais a combinaram com os responsáveis pela empresa coisas do género: "para esse [indivíduo] tanto, porque é preciso que ele depois...". Portanto, isto está tudo documentado, e o meu maior espanto foi ver esta "pornografia" exposta. Ou seja, isto eram coisas que eu ouvia dizer, num ou noutro caso tinha encontrado este ou aquele documento, mas assim exposto, à larga, com um sentimento de impunidade..., nunca tinha visto nada assim. Sendo que estamos a falar de uma empresa que tinha visitas frequentes nas suas instalações de deputados e dirigentes partidários, que iam lá combinar as coisas, tranquilamente.

Abertamente?

Completamente. E depois eu percebi que aquilo ainda tinha dois níveis. Tem um nível de ligações aos PALOP com muita intensidade. Os contatos, nomeadamente com o PSD, permitiram-lhes abrir portas em África, designadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Cabo Verde, com campanhas feitas no mesmo esquema. Eu vou falar de África para não falar em Portugal. Por exemplo, empresas de telecomunicações em Cabo Verde a pagarem campanhas eleitorais do partido X e depois o dinheiro circula. A WeBrand teve e tem essa empresa ...

Empresas em Cabo Verde mas com sede em Lisboa?

Não, não, com sede em Cabo Verde, a pagarem campanhas locais. Daí tire as suas conclusões para Portugal. E além dessa componente, quando a empresa precisava de ajudas do tipo CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), que tem uma série de subsídios no âmbito de um programa comunitário X, facilmente esses apoios são desbloqueados para a WeBrand, sem precisarem de grandes justificações. Curiosamente, eu a dada altura passei mais tempo a obter respostas às minhas perguntas por parte de entidades públicas sobre a WeBrand do que propriamente a investigar a WeBrand. Foi mais difícil, tive de fazer perguntas continuadas: "Não, desculpe lá, vocês não me responderam a todas as perguntas. O que eu quero saber é isto, porque este valor não bate certo". E depois a resposta vinha duas semanas depois. Desta investigação, que ainda tem algumas partes por contar, o primeiro texto é publicado em setembro com o nome "A Face Oculta do PSD".

Estamos em 2009/2010?

Não, não, 2013. Toda a dimensão que envolvia a WeBrand é que era relativa a esse ano.

nvestigação posterior.

O ano de ouro é mesmo 2009, porque eles fizeram as três eleições. Aliás, não me lembro de haver um ano em que as três estivessem concentradas. E aí ganharam muito dinheiro, aliás alguns ex-funcionários dizem que receberam prémios em *cash*, por causa dos lucros que a WeBrand tinha. Lucros digo eu, porque eles não aparecem, são dissimulados numa série de coisas. Ou seja, há esta componente. Descobre-se uma data de falcatruas a nível fiscal e isso é, de alguma maneira, abafado; eles não pagam aquilo que devem; há alguma cumplicidade ao nível de apoios do Estado para eles investirem em África e na expansão da empresa, que depois vais dar às tais campanhas eleitorais de que eu falei. Tudo isto envolvendo, digamos assim, as camadas intermédias e, num ou outro caso, gente mais de topo dos dois principais partidos.

Referiu há pouco ter analisado cerca de 700 documentos. Como é que foi (des)construindo o puzzle?

Eu nunca tinha tido documentação a este nível e, sobretudo, tanta documentação acumulada na minha mão. Passei várias noites sem dormir. Pedi uma sala na *Visão* para poder pôr os documentos em pilhas e separá-los: contabilidade, faturas, mails, etc. Gostaria ainda de dizer que estou longe de ser uma pessoa ligada às matemáticas ou, sequer, de me entender facilmente com números...Como é que eu fui fazendo? Recorri à ajuda de algumas fontes nas quais confio cegamente até ao fim dos meus dias. Pessoas que têm outros cargos, que nada têm a ver com política, mas que me vão ajudando ao longo do tempo a desmontar determinadas coisas que eu não percebo, a traduzir pormenores em várias áreas que eu não entendo, desde o fisco à banca; pessoas que são ainda especialistas na área policial em lidar com corrupção. Estou a falar, portanto, de pessoas que foram durante a madrugada, ter comigo para me explicarem o que eu não entendia. Uma delas, da Faculdade de Economia, a certa altura até chegou a exclamar perante alguns dos documentos: "Isto é muito bom, a gente nunca estudou isto. Este esquema..., se houvesse mais malta a fazer isto nós estávamos tramados". Chamei também uma pessoa em quem eu confio que está habituada a fazer campanhas eleitorais, de uma forma séria, mas sabe como é que se faz mal. E que me ajudou a perceber ouros detalhes da documentação: "isto é assim, isto quer dizer que o dinheiro foi para X"!... Foram noites e noites disto.

Entretanto o seu editor e o diretor deveriam querer o trabalho pronto para publicação.

Gostaria, a este respeito, de fazer uma justa homenagem ao Pedro Camacho que foi diretor da *Visão* até há pouco tempo e um dos melhores diretores com que trabalhei. No dia em que eu tenho que entregar o texto à *Visão*, dia de fecho, terça-feira, 10-12 páginas, já não me lembro, chego a meio do texto e não consigo escrever. Tinha andado meses a fazer isto e naquele momento bloqueio por completo, eram umas cinco da tarde. Ligo ao Pedro Camacho e ele, com a calma que sempre teve, pressionado por todos os lados, com horários de fecho, a revista a ter que entrar na gráfica, diz-me:

"Miguel, descansa, vai tomar um café, vai ler outras coisas, conversa com os teus colegas, vai arejar um bocado e quando achares que estás pronto para voltar ao texto telefona-me, que eu estou aqui para aguentar tudo o que for necessário. Estamos aqui até de madrugada se for preciso". Do ponto de vista humano é do melhor que eu já encontrei na minha vida

É decisivo para um jornalista sentir que tem a confiança e o apoio da sua direção...

Até me emociono a falar disto porque aquele momento foi decisivo para que o texto terminasse e depois eu fizesse o resto nos meses seguintes. A importância de ter um chefe, um diretor assim, hoje em dia, quando estamos a lidar com coisas em catadupa, com uma dimensão que nunca encontramos antes, para que os leitores possam ler...É uma coisa muito importante. Ou seja, poder fazer livre, autonomamente, com responsabilidade, uma investigação deste género e ter alguém que, na direção, aguenta tudo e que te diz "força, continua!", ou então "vai arejar, que eu cá estou para aguentar o que for necessário", é absolutamente decisivo. E eu já não duvidava de nada em relação ao Pedro, mas isto é o que te faz ter a "pica" de continuar, de voltar ao tema, de pensar "esta revista e este diretor merecem, os leitores merecem que eu me esfalfe".

É bom sentir esse apoio. E como foi ao nível da exigência?

Aí está outro aspeto importante. Eu não gosto, nunca gostei – e o Filipe Luís e o Pedro Camacho sabem disso, toda a direção da *Visão* sabe disso – de ter editores e diretores suaves, quando tenho que, digamos assim, "vender" o meu trabalho. Nunca gostei que me dissessem: "Ah, isto é tudo fantástico, está uma maravilha". Não. Eu gosto de ter – e o Pedro ouviu-me dizer isso muitas vezes – editores e diretores céticos, que olhem para o meu trabalho e digam assim: "E porque é que isto está assim? Mas porque é que dizes isto? E porque é que não ouviste X? E porque é que não ouviste Y?"

Voltando ao início da nossa conversa, essa é uma das etapas cruciais quando falamos de jornalismo de investigação.

Sim, mas eu conheço muita malta que quando apresenta os seus trabalhos quer que eles fiquem completamente imaculados. Ai de alguém que mexa num título! "Eu não falei porque não falei". A resposta é dita assim. O Pedro e o Filipe Luís, muitas vezes, verdade seja dita, disseram-me: "Aqui não achas que falta não sei o quê?" E, muitas vezes, acertadamente. Eu disse isto muitas vezes: "Eu quero que vocês escrutinem isto. Abram-me o cadáver e vejam tudo".

Essa é a função dos editores e dos diretores.

Exatamente. Só que vivemos um tempo em que o que se ouve dizer é exatamente o contrário: "É fantástico, publique-se." Mas naquele momento que descrevi da investigação sobre a Webrand, cheguei ao fim de uma frase e bloqueei. Estava rodeado de papéis e de caixotes e não sabia o que havia de escrever a seguir. Eu nunca senti isto na vida. E haver um diretor que te diz: "Isto vai ser capa, seja a que horas for, vai jantar, faz o que tu entenderes, que eu cá estarei para aguentar a dose", e sem aqueles rodeios, do género, "cuidado com o que escreves"... Não, isto é um trabalho que passou por várias fases de discussão – porque é que interessa? Porque é vai ser publicado? –, e quando chega à fase da produção da "coisa", já toda a gente está a funcionar como uma equipa**.** Ponto final. Agora o que ninguém contava, nem eu contava, era que eu chegasse àquela fase e bloqueasse. Estava há várias noites sem dormir. Finalmente, cheguei à conclusão "isto tem de sair esta semana". E assim foi. E na semana seguinte foi capa outra vez, e passados uns meses voltou a ser capa.

Muitas vezes ouvimos falar de constrangimentos enfrentados nestes processos de investigação. Há algum aspeto que queira destacar, mas que tenha diretamente a ver com a sua experiência?

Há um constrangimento que se acentua cada vez mais que é a ditadura do espaço. Confesso que, ao fim de vinte e tal anos, ainda não sei lidar com este trabalho na *Visão*. Não sei lidar muito bem ainda com a forma equilibrada de contar uma história. Havia uma antiga diretora que eu prezo muito, a Áurea

Sampaio, que está no *Público,* que quando eu lhe dizia "tenho este trabalho, isto precisa de algumas páginas", ela dizia "ok, quanto é que a vaquinha parideira quer?", e eu dizia "10 páginas" - "oh Miguel, só te posso dar 8." Era sempre assim, era uma negociação permanente. Mas aqui, confesso, sou eu que tenho que equilibrar a coisa. Concordo, no entanto, que as coisas precisam de um espaço que hoje as revistas e os jornais já não podem dar. A *Visão*, neste caso, permitiu-me fazer o que eu queria, tal como no caso da "Lista VIP", porque havia informação sempre em catadupa para poder fazer o trabalho em várias etapas. Porém, há momentos em que não é possível. Nesses momentos, há muita coisa que fica de fora e a luta por esse espaço é tremenda. As revistas e os jornais estão cada vez com menos páginas, e esse é talvez o maior constrangimento. Constrangimento de outra ordem nunca...

E exteriormente? Acesso às fontes?

Exteriormente... sim, mas aqui até foi melhor do que eu imaginava. A dada altura quando eu defini isto quase como uma missão, e me pude dedicar a 100% a este trabalho, foi relativamente fácil. Claro que surgem depois muitos pedidos para não divulgar os nomes das fontes. A dada altura até foi constrangedor conseguir obter de entidades públicas resposta para coisas que eram óbvias, e que podiam ser respondidas em 24 horas. Foi constrangedor ver a tentativa de "encostar com a barriga". E depois, ainda antes da publicação do primeiro texto, algumas das pessoas com quem eu falei, e que não estão identificadas, foram ameaçadas. Houve nomeadamente uma que foi ameaçada por dirigentes do PSD. Combinaram com essa fonte o local de encontro no Porto, que mudaram à última da hora, tipo máfia, levaram-na para uma rua esconsa da cidade e encostaram-na à parede para tentar saber o que é que ela tinha dito à *Visão*. Curiosamente, não tinha dito nada. Tinha-me ajudado a chegar a determinadas pessoas, mas não me tinha dito nada. Portanto, isto ainda existe. E obviamente que, sabendo desta história, algumas pessoas, momentaneamente, tiveram algum receio em falar comigo. A partir do momento em que sai a primeira reportagem, a primeira investigação, nos dias a seguir houve gente que não me atendia o telefone, que ponderou muito bem se falava comigo, mas depois as coisas

acabaram por se resolver. Eu quero crer que também confiaram na forma como eu lido com as fontes. Eu sou daqueles que prefere ir preso a divulgar uma fonte em tribunal.

Neste tipo de casos são também fundamentais fontes documentais, certo?
Sim, claro. Numa primeira fase andei um bocado a navegar, mas depois foi relativamente fácil chegar a elas. E depois, após a saída da primeira reportagem, recebi telefonemas anónimos, dois ou três: "vê lá se te lixas", coisas assim. Mas também não é por aí.

O que pensa sobre o estatuto de assistente num processo judicial? Já foi assistente de algum processo? Concorda com essa figura?
Nunca fui e não concordo. Confesso que ainda não tenho isto muito elaborado na minha cabeça, mas os últimos episódios que me levaram a refletir sobre essa questão, foram os casos *Sócrates* e *Face Oculta*... É tentador, é muito tentador, e eu percebo, sobretudo quando penso nas dificuldades que, muitas vezes, temos em chegar a determinada informação. Mas é uma questão pessoal: acho que não devo. Esta frase resume tudo. Estão-me a dar privilégio no acesso a determinadas coisas que eu devo tentar, até à última instância, saber por outras vias. Não quero dizer que outros camaradas não o devam fazer, não estou aqui a analisar. É uma posição pessoal. Acho que devo tentar, por todas as vias e mais algumas que estejam ao meu alcance, chegar àquela informação. Não podendo, acho que não devo usar dessa prerrogativa para investigar.

Sobre o segredo de justiça: que vantagens e desvantagens para a cobertura jornalística?
Eu aplico o mesmo princípio. Para mim é mais fácil falar de casos concretos. É óbvio que eu já tive acesso a muita informação que está em segredo de justiça. A questão para mim é como se trata aquilo, é definitivo ou não?... Eu vejo muitas coisas a serem publicadas, documentos que estão em segredo de justiça que são publicados quase *ipsis verbis* e, para mim, o ter acesso a um documento que está em segredo de justiça é o princípio, não é o fim. Mesmo nesta questão da WeBrand eu tive acesso a uma ou outra coisa que,

eventualmente, estava em segredo de justiça e a minha forma de atuar foi olhar para aquele documento como outro qualquer: é apenas parte de um processo. Eu tenho que olhar para aquilo como se estivesse a olhar para um cadáver, ou seja, eu tenho que fazer uma autópsia. Eu não tenho que tornar aquilo definitivo. Uma informação judicial para mim é igual a tantas outras: tem de ser descodificada, tem de ser contrastada e não é definitiva. E até houve casos, estou agora a lembrar-me de situações, nomeadamente ao nível de investigações relacionadas com Câmaras Municipais, em que eu tive possibilidade de ter acesso a documentos que estavam em segredo de justiça e os rejeitei. Sabendo mais ou menos o que é que poderia lá estar e tentando chegar à informação que estava naqueles documentos que me eram dados de mão beijada, disse "Não. Vai demorar mais tempo mas eu vou chegar lá". A minha relação é esta, não a sei explicar de outra forma. Eu não vejo tanto como vantagem ou desvantagem, eu vejo como parte de um processo. Não é do tipo: "Porreiro, tive acesso a isto, sem grande escrutínio. Como sei que isto está a ser investigado, aqui vai disto!" Não, nunca agi assim. É uma coisa a escrutinar como qualquer outra coisa.

E o que pensa sobre as chamadas fugas de informação?
Eu já tive, não propriamente ligado a este âmbito da corrupção política, mas perante muitas coisas que investiguei. Obviamente que essas fugas de informação foram essenciais. Mas mesmo da parte de pessoas em que eu confio muito e que estão em determinadas instituições, o meu escrutínio é imprescindível. Eu quase que lhes bato, às vezes, para tentar perceber o interesse. Eu tenho que perceber em que medida aquilo pode estar a interessar a quem me está a passar a informação. E chega a uma altura em que estou quase a digladiar-me com aquela pessoa. Tenho um escrutínio...

Mas a informação pode ser boa, relevante e interessar à pessoa que a está a dar.
Sim, pode, e quanto a isso nada a fazer.

A ninguém interessa mais uma boa informação do que ao próprio jornalista.
Exatamente. Agora o que eu faço é um escrutínio brutal, às vezes quase masoquista, em relação àquilo que me está a ser oferecido. E depois faço um autêntico massacre a quem me passa a informação; na melhor das intenções, evidentemente.

Ou seja, o seu mecanismo é no sentido de perceb[illegible]tá a ser usado.
Exato. E posso dizer que, em 26 anos, tive dois casos. Num caso cortei mesmo relações com a fonte. Não cheguei ao ponto de a denunciar porque a informação que me foi dada não pôs totalmente em causa o trabalho. Se tivesse posto a fonte teria sido denunciada, isso posso garantir. Normalmente não me tenho dado mal com este escrutínio, que é uma coisa que me tira mesmo do sério.

Que diferenças vê entre a investigação jornalística e a investigação judicial?
Todas.

As principais?
Para mim são coisas que correm em rios completamente diferentes. Eu posso dizer que no caso do "Apito Dourado", por exemplo — que acompanhei em conjunto com outra jornalista — havia pistas para eventual financiamento partidário relacionado com Câmaras Municipais, porque havia lá matéria lateral ao futebol, que tinha dado para isso. E, a dada altura, foi muito engraçado, porque nós publicámos uma série de coisas a que tivemos acesso e só mais tarde é que soubemos que a investigação policial também tinha alguns desses dados, mas que não os tinha usado da mesma maneira, ou não tinha dado a relevância que nós demos. Na investigação jornalística, até me seria útil um maior contato com a investigação policial, mas fujo dela para poder, precisamente, chegar às informações por outras vias. Confesso que nos últimos anos, especialmente com as investigações que apareceram ligadas aos processos *Face Oculta* e a *Operação Marquês*, quanto mais longe da investigação policial puder estar, melhor. Porque eu não gostei

de algumas coisas que li, não gostei do que percebi sobre a forma como algumas informações vieram a público; ora, eu acho que elas podiam ter vindo, provavelmente demorando mais algum tempo, mas podiam ter vindo na mesma. Acho que o jornalismo, assim feito, de uma forma geral...
É contaminado pelo processo judicial?
Evidente. Chocou-me ver alguns órgãos de informação guiados pela informação policial. Se calhar até estou a ser injusto, mas foi o que me foi dado a ver. E nisso eu prefiro guardar distância. Não quer dizer que eu, em determinada altura, não tenha que ir bater às mesmas portas, mas gosto de, tanto quanto eu julgo saber, controlar a forma como vou gerir aquilo. Porque, a dada altura, sentimo-nos tão inebriados pelas coisas a que temos acesso – também já me aconteceu isso – que deixamos de ter agenda própria, de ter o nosso método e, se assim for, fica-se completamente dependente daquilo que nos dão. Eu tento escapar a isso. Às vezes, obviamente, sentindo-me prejudicado pelo tempo, das coisas a que tenho acesso, por sentir do outro lado uma reação do tipo "neste gajo não se pode confiar tanto porque ele não publicou algo"...

Mas o facto de trabalhar num semanário é uma vantagem. Se estivesse num diário a pressão era muito diferente...ou não?
Não sei. Eu trabalhei num diário, o *Diário de Notícias*, até 1997, numa altura em que estas coisas, apesar de tudo, não eram tão mediatizadas. Não havia a internet, nem redes sociais. Eu lembro-me de ter contactado com algumas fontes policiais de investigação, em que, não estou a dizer se era pior ou melhor, mas em que o contacto pessoal era mais obrigatório, ou pelo menos as pessoas com quem eu aprendi julgavam que era importante olharmos nos olhos das pessoas. Encontrarmo-nos com elas, porque às vezes os silêncios dizem muito. Eu continuo a acreditar que, mais do que uma frase que me é dita ao telefone, aquilo que me é "dito" por alguns silêncios é mais importante. E podia dar três ou quatro exemplos. Agora isto está demasiado promíscuo para o meu gosto, e vejo alguns colegas a serem, ingenuamente, manipulados, a servirem uma agenda que devia ser só a agenda jornalística.

O que pensa da justiça em Portugal na investigação dos casos de corrupção?
Vou-me resumir a uma virtude e a um defeito. Eu acho que apesar de tudo – apesar dos meios serem escassos, apesar de dentro da própria investigação na área da justiça haver ainda muita promiscuidade com os meios políticos e com os meios económicos, muitos condicionamentos e gente que se deixa condicionar por isso – se tem chegado a algumas coisas interessantes. E algumas coisas interessantes não é "ai que bom, este político foi condenado". Não! Eu acho que, no durante, houve gente que não quebrou, houve gente que não cedeu (e seria fácil ceder), e foi possível levar até ao fim. Se depois houve condenação ou não já são outros caminhos. O grande defeito para mim continua a ser a forma como a justiça lida com o espaço mediático: é um absoluto desastre. Não me perguntem como é que se faz, mas que a justiça tem que permitir um escrutínio maior, tem. O processo judicial em si tem que se abrir a um ponto em que seja possível um escrutínio, com todas as desvantagens que isso tem, mas é preciso encontrar um equilíbrio entre aquilo que tem que ser preservado e aquilo que é dito. Não é para servir melhor o jornalismo, é também para servir melhor a cidadania e o esclarecimento do cidadão comum sobre a forma como se faz a justiça e o jornalismo. Porque se eu considero que, hoje, há uma promiscuidade muito grande entre aquilo que é o jornalismo e a justiça, considero que essa abertura permitiria melhor escrutinar o jornalismo e escrutinar a justiça. E enquanto isso não for feito vai permitir que, por exemplo, alguns políticos se defendam com armas que não lhes deviam ser dadas. Além de que uma abertura maior do processo, provavelmente, esclarecia muito mais rapidamente, ao mesmo tempo que vai dar também ao cidadão um escrutínio maior e a possibilidade de fazer uma triagem entre aquilo que são — para ser muito favorável na apreciação — os simpatizantes do jornalismo e os jornalistas.

Como aprecia a forma como foram tratados jornalisticamente os processos *BPN*, *Freeport*, *Face Oculta* e *Submarinos*?
Jornalisticamente?

Sim. O que pensa da cobertura jornalística deles?

O caso *BPN* foi tratado bem, mas tarde e a más horas. Acho que se não andássemos demasiado ocupados com a espuma dos dias, o caso *BPN* tinha sido tratado e escrutinado de uma forma mais cuidada, mais metódica, e muito tempo antes de estoirar. Ou seja, teríamos todos percebido os sinais muito mais depressa, sobretudo se não houvesse também da parte de grupos de comunicação um receio maior em lidar com o poder económico naquela época. Teria permitido que os jornalistas estivessem um bocadinho mais atentos aos sinais... Ou seja, se tivéssemos tido disponibilidade para estarmos mais atentos, e se dentro dos próprios grupos de comunicação a margem fosse maior, provavelmente o caso *BPN* teria sido conhecido em toda a sua dimensão muito tempo antes.

O caso dos *Submarinos* parece-me ter sido mal tratado. Também chegámos tarde e a más horas, mas aí penso que a justiça se portou muito pior. As generalizações são perigosas, mas eu creio que, do nosso lado, primeiro houve a dificuldade em perceber toda a dimensão daquilo; em segundo lugar foi a dificuldade em escrutiná-lo, sendo que era uma matéria que envolvia mais do que um país. Quando, finalmente, pudemos chegar a algumas informações, por razões diversas, houve culpa da nossa parte em não chegar a fundo à investigação em relação a algumas personagens envolvidas naquela matéria. Mas aí foi o jornalismo e a justiça não estiveram bem.

O *Freeport* foi um autêntico desastre. Até posso estar enganado, mas penso que estivemos, em determinada altura, a servir propósitos que nada têm a ver com o jornalismo. Fomos completamente manietados e influenciados por uma estratégia política que, ainda que houvesse determinados sinais que estão por explicar, levou a que tivéssemos estado ao serviço da eliminação pública de uma personagem política. Dos quatro, será o pior exemplo em relação ao jornalismo.

O *Face Oculta* foi o melhor do ponto de vista da investigação judicial. O jornalismo aí esteve um bocadinho intermitente. Teve fases muito boas da investigação, mesmo que em alguns momentos tenha passado dos limites,

digamos assim, mas creio que houve picos muito bons em relação ao escrutínio jornalístico que era preciso ser feito. O que não invalida que tenha, infelizmente, havido também algumas fases muito más, sensacionalistas.

A cobertura jornalística que foi feita contribuiu de alguma forma para descoberta da verdade, ou os trabalhos andaram quase sempre a reboque ou muito colados à investigação judicial?

Nestes casos, sim, parece-me evidente que demos contributos. Nos casos *Submarinos, Face Oculta* e *BPN*, apesar de todas as condicionantes, demos contributos. No caso do *Freeport*, penso que não. Aí, o nosso contributo foi involuntário. Foi perceber como é que também devemos ser peças de um jogo político. E se isso for pedagógico para percebermos que num próximo caso idêntico não devemos atuar da mesma maneira, então esse é o único contributo involuntário que a gente pode dar. Por tudo o que venho dizendo, considero o *Freeport* uma mancha no jornalismo português.

Que importância atribui à comunicação social na perceção que os portugueses têm sobre fenómenos de corrupção?

Toda. Ou seja, nos tempos que correm, em que há, como já disse, a ditadura do espaço, existe um condicionamento face ao tempo (e espaço) que dedicamos a coisas que verdadeiramente podem mudar a vida das pessoas; que podem consciencializá-las mais para as suas escolhas. O *Banif* é um excelente exemplo, que está na ordem do dia, e ao qual, nós, jornalistas, vamos chegar tarde à investigação. E se assim acontecer será por vários motivos. Um deles tem a ver com o facto de que nós fazemos todos, hoje em dia, um jornalismo mais precário que, no fim da linha, vai influenciar aquilo que damos aos cidadãos. Portanto, cada vez mais é quase um milagre poder fazer luz sobre uma série de sombras que se passam na nossa sociedade, nomeadamente nos meios políticos, económicos e financeiros. Poder levar isso aos cidadãos, no meio destes constrangimentos, é de uma importância superlativa, sobretudo quando anda toda a gente, e nós próprios, distraídos com a espuma dos dias e a enfrentar constrangimentos que eu não imaginava quando comecei nesta profissão. Como é que isto se resolve? Não tenho resposta.

Os jornalistas mais jovens, quando chegam às redações, estão preparados para lidar com estes casos, com trabalhos desta natureza? O que é que deve ser feito?

Eu diria não. Para já, eu não quero ser injusto, mas na maioria dos casos as pessoas quando dizem que querem fazer jornalismo e chegam a uma revista ou a um jornal, na sua maior parte não sabem o que é que isso quer dizer. E sobretudo, até porque têm que tratar de outras sobrevivências no seu dia-a-dia, não estão muito dispostas a meter-se em alhadas. "Eu quero é fazer o que me mandam", é uma coisa que eu oiço muitas vezes. "Eu quero é fazer o que me mandam, não quero chatices, quero poder escrever sobre estes temas que não criem muitas ondas, coisas giras".

Também haverá quem não pense nem atue assim...

Claro que há exceções. E eu não sou nada daquela coisa de "no meu tempo é que era bom". Há muitos jornalistas a ganhar o salário mínimo e a fazer grandes investigações. Gente que luta todos os dias pela sua sobrevivência laboral e mesmo assim não desiste, porque considera que tem uma missão para com o interesse público!...E não estão no Porto ou em Lisboa muitos deles. Estão a enfrentar coisas piores. Estão em Vila Real a enfrentar a instituição local X ou Y, onde a pressão diária é muito maior do que no Porto e em Lisboa, e enfrentam isso tudo, mesmo tendo salários em atraso. Ou, ainda, na Rádio X, onde lhes dizem "se investigas isso lá se vai o nosso subsídio"... Portanto, é isso que eles estão a enfrentar e eu valorizo-os muito. Há gente desta ainda. Há gente de vinte e poucos anos, trinta e poucos anos que está a enfrentar situações destas todos os dias. Dizer que a generalidade é assim, estaria a mentir. A minha convicção, no entanto, é que há gente — e isso é o pior — que ainda hoje procura o jornalismo por uma questão de estatuto. Porque acham que entrar numa redação é o caminho mais rápido para chegarem a uma televisão, depois a pivô de telejornal, serem famosos, terem cartão de crédito, viajarem muito, chegarem a uma assessoria, nomeadamente governamental. Isso é que dá imenso jeito, porque é isso

que depois vai permitir grandes contactos. Ainda há muita gente que pensa assim. Depois, nas conversas com elas percebe-se que até não têm bem consciência do quão ilusório isso é...

Há alguma questão que julgue pertinente e pretend[illegible]eira acrescenta?
Sim, mas digo-o contando uma estória. Enquanto fui editor da *Visão*, no Porto, durante dez anos, duas ou três vezes por mês recebia muitas pessoas das faculdades que tinham um trabalho para apresentar. Então iam ouvir dez, quinze pessoas sobre diversas matérias que tinham que apresentar em aula. E, uma vez, apareceu-me uma aluna da Universidade Fernando Pessoa cujo objetivo era fazer um trabalho que consistia em ouvir vários responsáveis da cidade do Porto dizer quais eram as qualidades que o jornalista, no entender deles, deveria ter para o exercício da profissão, nomeadamente nas áreas de investigação. Aquilo era daqueles inquéritos em que se põe uma cruz: Sim/Não. E eram para aí umas 15 características ou qualidades que a pauta tinha. Eu não olhei para a pauta, a pessoa foi-me descrevendo e lembro-me que, a dada altura, disse: "Olhe, vamos parar. Quantas qualidades e caraterísticas é que tem aí? - "Tenho 15 ou 20". Perguntei: "Está aí vocação?" - "Não". Expliquei: "Isso é o que eu mais valorizo. Vocação".

Mas como é que se tem vocação para uma coisa?
Vocação é perceber se alguém chega aqui com curiosidade sobre tudo e mais alguma coisa, mesmo com aquilo que não merece curiosidade nenhuma. Se é alguém que percebe que esta profissão tem determinados valores e está disposta a abdicar de uma série de coisas em nome deles. O resto trabalha-se. Isto para mim é vocação. A técnica é uma coisa que se aprende, que se trabalha. Ainda hoje, já não sei quantos anos depois, eu tenho tudo a aprender, e estas coisas estão a mudar cada vez mais. Tudo se aprende. Não é uma caneta, um bloco, um gravador, a internet ou as redes sociais que definem um jornalista. É isto que eu estou a dizer. É isto que eu aprendi e que eu tento ensinar às pessoas que estão aqui: Vocação. O resto virá. Se as pessoas tiverem dentro delas esta alma de perceberem que aquilo que fazem é importante para que haja cidadãos cada vez mais esclarecidos e

possam escrutinar melhor as suas opções. Alguém que perceba isso, que chegue a uma redação e que, mesmo não sabendo escrever bom português, venha com essa noção, então é disto que se faz um grande jornalista e este fará bem, ao fim de alguns anos de carreira, uma grande investigação. E fará bem uma grande reportagem. Porque isto já estará lá. Não sei se isto responde à sua pergunta, mas é essencialmente isto que eu penso.

10. PAULO PENA

41 anos, 20 de profissão, frequência universitária, trabalha atualmente no jornal *Públi*[illegible]ublicação autorizada)

> "O segredo de justiça é um obstáculo e uma traficância à investigação jornalística"

Em números redondos: sobre quantos casos relacionados com a corrupção política já escreveu?
Um número exato não tenho. Provavelmente o primeiro terá sido o caso Moderna, sobretudo, na sua fase de conclusão. Tinha entrado há pouco tempo para a *Visão* e foi por essa altura que o caso Moderna deu origem a uma comissão na Polícia Judiciária no topo do combate ao crime económico da Dr.ª Maria José Morgado.

E o mais melindroso?
As atuais investigações bancárias [BES] sem dúvida. Melindroso sob vários pontos de vista porque são poderes económicos muito fortes, com muitas ligações.

Quer descrever-me as etapas de investigação de um dos casos em que trabalhou? Como é que ele surgiu, como é que teve conhecimento dele, como é que foi desfiando o novelo?

Em regra estes temas de investigação acontecem por uma de duas vias. Ou por uma curiosidade despertada por alguma coisa que não pareça estar a ser exatamente correta, portanto, uma curiosidade nossa, jornalística — e se é bom mantermos essa curiosidade! A outra são as pequenas denúncias (que surgem geralmente de forma anónima) ou através de alertas de fontes que podem ter ou não algum interesse. (Já agora, para desmistificar um bocadinho o papel das fontes, é bom que as pessoas saibam que o jornalismo de investigação precisa de fontes como todo o tipo de jornalismo; porém, essa ideia mirífica de que há uma "garganta funda" que vai dirigindo uma investigação jornalística..., enfim, devo dizer que, se calhar por azar meu, comigo nunca aconteceu. Insistência, "sola de sapato" gasta e regras jornalísticas básicas, isso sim.)

Mas, dizia, houve um caso que tinha muito pouco a ver com o *BPN* mas derivava do *BPN*, que era a história da casa do Presidente da República na Aldeia da Coelha, e que tem todos estes passos de investigação jornalística. Houve alguém que sugeriu à *Visão* que havia uma "aldeia BPN" no Algarve — era o título da denúncia —, na qual Dias Loureiro, Cavaco Silva, Oliveira e Costa tinham casa. Esta era a denúncia, não tinha nada de concreto, nem sequer o sítio em que as casas estariam.

Como procedeu, então?

O que nós fizemos foi, precisamente, o que acabei de afirmar: gastar "sola do sapato", calcorrear uma zona inteira de Albufeira à procura daquela aldeia, para depois chegar à conclusão que a denúncia não estava certa. De facto, havia uma série de pessoas mencionadas na denúncia que não tinham casa nenhuma lá e nunca tiveram. Dava-se, todavia, o caso de o Presidente da República e Oliveira e Costa terem. Portanto, estas coisas são sempre mais complexas do que parecem; pelo menos, vistas de fora, e era isso que eu queria frisar. Ou seja, geralmente não há uma fonte que indique um caminho.

E depois descobrem-se muitos buracos nessas informações...
Há casos que duram anos a investigar, porque não conseguimos obter as informações necessárias. Eu acho que o jornalismo de investigação, como qualquer outro tipo de jornalismo, não serve apenas para levantar questões, tem que responder às questões que levanta. Eu posso achar muito suspeito um determinado facto, mas não é por eu publicar e dizer que acho suspeito que vou estar a contribuir para que a opinião pública forme uma opinião sobre uma coisa que eu próprio não sei. E, portanto, estas coisas demoram muito tempo e há coisas que, pura e simplesmente, não se conseguem publicar.

Retomando o caso que estava a explicar, isso deu origem a vários textos.
Sim, claro.

Como é que decorreram todas essas fases até chegar à publicação?
É um caso engraçado porque as coisas foram-se alterando muito rapidamente e, já após a publicação, tivemos que escrever mais quatro ou cinco textos. Porquê? Simples: as grandes investigações jornalísticas na História foram sempre um work in progress, não são um trabalho acabado. As coisas têm desenvolvimentos e neste caso tiveram vários.

Surgiram novos dados?
Exatamente. Descobrimos que havia a tal aldeia porque fomos lá, levámos as fotografias de todas as pessoas mencionadas na denúncia original impressas em A4 e perguntamos às pessoas de idade que lá vivem se conheciam alguém. Depois, fomos à procura de documentos. Lembrar-se-á que o Presidente da República recusou-se na altura a fornecer a indicação sequer do notário onde tinha feito a escritura da casa, tendo afirmado, inclusivamente, que já não se lembrava!... Fomos à Conservatória do Registo Predial de Albufeira, fomos a notários privados e viemos a descobrir que, afinal, a escritura estava em Lisboa, tinha sido feita num notário da Avenida da República, no gabinete do Dr. Eduardo Catroga.
Aí que começa a reconstituição do processo?

Evidentemente. E só o processo urbanístico era uma história, porque configurava um caso típico de corrupção autárquica, em que há um loteamento de terrenos que estão em reserva e portanto não podem ser usados, mas depois o presidente da Câmara que é da mesma cor política autoriza e aquilo vai parar às mãos de um especulador imobiliário que, no caso, era o chefe de gabinete do Presidente da República quando ele era Primeiro-Ministro. Depois de reconstituir o processo burocrático autárquico tivemos de reconstituir também o processo judicial — que neste caso havia porque havia uma queixa sobre os terrenos e portanto tivemos que fazer essa reconstituição toda —, com muitas horas de consulta do processo em tribunal; falamos com advogados e falamos com profissionais do ramo imobiliário, num total de cerca de 20 pessoas, antes de confrontar os visados. Só que no primeiro texto nós não conseguimos responder à pergunta mais importante: porque é que o Presidente da República tinha ali uma casa, de que forma a comprou? E percebemos que havia alguma coisa de estranho aí também, porque ele não tinha chegado lá apenas com o cheque para comprar a casa. A casa tinha sido trocada por uma outra que ele possuía a uns quilómetros adiante, no centro de Albufeira. E a permuta, geralmente, ou é feita por casas de idêntico valor ou é uma forma de fugir ao fisco, porque as permutas diretas estão isentas do pagamento de SISA, que era o imposto devido na altura e que depois foi substituído por outros. Tivemos que reconstituir o processo da permuta e aí, sim, conseguimos ter acesso à escritura. Descobrimos, então, que no processo de permuta as casas estavam avaliadas pelo mesmo valor. Acontece que uma tinha 200 m2 e a outra 600 m2; uma estava no centro da vila, no meio dos bares, a outra estava em cima de uma falésia em frente ao mar; uma tinha piscina, outra não tinha. Enfim, ambas tinham custado menos do que a minha casa de duas assoalhadas, no bairro da Graça... A partir daqui começámos a perceber que não só havia toda aquela história que eu já descrevi antes, como havia toda uma história de favorecimento de um político, o Presidente da República, e havia uma operação imobiliária e financeira pouco normal.

O relacionamento com as fontes, pelo que diz, é não só complexo como difícil...

No caso que acabo de referir o acesso até foi relativamente simples, porque todas as pessoas envolvidas — o construtor que fez a permuta e que era amigo de infância do Presidente da República, o construtor do loteamento e que era o chefe de gabinete — ambos falaram comigo. Telefonei-lhes, atenderam-me, insultaram-me de várias maneiras, mas responderam basicamente ao que eu queria saber. Noutros casos não é assim. Se antes quisesse fazer um trabalho sobre o BES, não teria acesso fácil a Ricardo Salgado e à informação necessária concentrada em uma ou duas pessoas.

O mundo da Economia e das Finanças é mais difícil de investigar que o da Política?

Sem dúvida. A finança conseguiu produzir, sobretudo nos últimos 15/20 anos, uma "novilíngua" própria, e um conjunto de valores que são propagados na sociedade sem qualquer tipo de discurso crítico. A política, mal ou bem, é escrutinável. Os políticos são, também, os "suspeitos" óbvios, porque são aqueles que a sociedade elege para resolver problemas, e estão na primeira linha do descontentamento. Isto não quer dizer que não haja demasiadas zonas opacas na política. Há. É inadmissível, por exemplo, que não haja registos públicos de reuniões, telefonemas, agendas de eleitos (nem que seja só do Presidente e do primeiro-ministro). Mas isto não é comparável com o grau de opacidade do mundo financeiro. A ideia de que o "segredo é a alma do negócio" é uma ideia perigosa, mas totalmente aceite. Que faz com que o segredo se tenha tornado não na alma, mas na razão de ser dos negócios.

O que releva a importância dos meios e do tempo, no trabalho jornalístico. Quais as principais dificuldades que enfrentou nestas duas áreas?

Tive sempre a sorte, primeiro na *Visão*, e agora no *Público*, de poder dispor do tempo que considero necessário para fazer este tipo de trabalhos. Nunca tive constrangimentos a esse nível. Aliás, na altura o debate não era para antecipar a publicação das coisas, mas se não devíamos aguardar mais um tempo ou publicar em várias fases. Portanto, desse ponto de vista podia

perfeitamente ir gerindo uma matéria de longo prazo com outras mais pequenas que ia fazendo semanalmente. E no *Público* a mesma coisa. Sendo um jornal diário é diferente essa cultura da temporalidade longa, mas não tenho esses constrangimentos.

E externamente?
É a pressão externa que prejudica o trabalho. Ela evidencia-se de variadíssimas formas: na dificuldade de acesso à documentação e à informação primária, quer depois no tipo de pressões que se fazem para não se publicarem histórias, para se ter cuidado com o que se publica, vindas de escritórios de advogados representantes de interesses económicos partilhados de muitos sítios.

Alguma vez deixou publicar um texto por causa dessas pressões?
Não. Mas já deixei de publicar trabalhos em que eu próprio não estava convencido da utilidade pública da informação, ou do juízo que eu próprio fazia sobre os danos que a informação causaria em comparação com as vantagens da sua publicação. É sempre uma escolha difícil, mas é sempre uma escolha.

Como será a de um jornalista se constituir como assistente num processo. Que pensa sobre isso?
Eu nunca fui assistente em nenhum processo e não creio que alguma vez venha a sê-lo. Há vários sistemas judiciais em que isso é mais comum, mas o sistema português tem uma característica que acho que impossibilita isso, muito embora eu tenha amigos meus que respeito muito e que já fizeram isso. Pessoalmente, considero que um jornalista ao constituir-se assistente está jurídica e legalmente a constituir-se como adversário ou como litigante num processo. Eu percebo que fazer isso significa poder ter acesso à informação antecipadamente, ter acesso a informação que eventualmente pode vir a ser destruída, como no caso de escutas, por exemplo. Em todo o caso, entendo que é essa fronteira que eu não devo ultrapassar. Por muito que tenha convicções e juízos morais sobre os factos que relato acho que

não devo litigar com as pessoas sobre as quais escrevo, porque isso abre a possibilidade de, do outro lado, dizerem que eu sou parte daquele processo e isso eu não sou, nem devo ser.

Sem prejuízo de ter uma posição sobre esse mesmo processo...
Eu não acredito em observadores neutros — o meu método é que tem de ser neutro, isto é, o meu método jornalístico é que tem de ser objetivo. É o método do empirismo científico: observar as coisas, relatá-las, prová-las, verificá-las, saber se são verdadeiras ou falsas. E ao entrar como assistente de um processo eu estou a curto-circuitar isso. Ou seja, estou a seguir o método de investigação judiciária que eu não controlo, que não é decidido por mim, mas por outras pessoas que têm outros métodos. A polícia procura confissões, procura obter resultados rápidos, muitas vezes há um tom cinzento que à polícia não interessa e que a mim jornalisticamente me interessa.

O segredo de justiça é um obstáculo à investigação jornalística?
É um obstáculo e é uma traficância. É um negócio, é uma forma de tornar quase impossível a tarefa de alguém que procura explicar ao público, aos leitores, o que é que se está a passar num determinado processo. Há sempre alguém, sabe-se lá como, que consegue ter acesso a mais uma coisa que vai fazer barulho. Dito isto, é evidente que eu já violei o segredo de justiça, já fui acusado por causa disso, já tive acesso a documentos que estavam sob segredo de justiça. Há, creio eu, uma análise jornalística a fazer sobre o que é que é ou não importante divulgar e se a divulgação de uma coisa que está coberta pelo segredo de justiça se justifica ou não. Essa é uma ponderação que cada um deve fazer. Outro aspeto do problema — perverso? — é que os tempos do segredo de justiça impossibilitam toda esta coisa horrorosa, que é ter um processo que dura um ano de investigação com pessoas presas e com grande comoção social, em que os jornalistas procuram saber coisas sobre esse processo e a única forma que têm de saber é através da acusação ou das defesas violando o segredo de justiça.

Isso conduz frequentemente às fugas cirúrgicas de informação. Até que ponto é que elas são também uma forma de instrumentalização do jornalista e de condicionamento da informação que ele dá?
É seguramente tudo isso, se o jornalista se resumir a publicar aquilo que ele obtém das fontes. Por isso é que eu dizia no início que o mito da "garganta funda", que está muito enraizado no jornalismo português e no jornalismo de outros países, desajuda mais do que ajuda, porque tudo o que as fontes nos dizem tem de ser verificado por nós. Ou seja, mesmo que uma fonte nos apresente documentação — já há casos em que se alega que há documentos falsos, como no caso das eleições americanas em que houve um célebre documento que incriminava George Bush a propósito da sua juventude e que era objetivamente falso — temos de ter cuidado e verificar se a informação é verdadeira ou falsa. Mais ainda num processo judicial.

Que tem especificidades e responsabilidades próprias.
Um processo judicial é um assunto sobre o qual não existe muita consciência, tendo em conta os jornalistas com quem falo. É algo que tem regras próprias que não são as regras jornalísticas. Veja o caso Casa Pia, por exemplo. Há uma testemunha que incrimina determinadas figuras públicas ao fim de vinte e quatro testemunhos da Polícia Judiciária. O que é que isto significa? Pode significar só que aquela pessoa incriminou umas quantas figuras públicas, mas pode levar-nos também — e eu creio que é isso que é a curiosidade jornalística — a perguntar porque é que foram feitos vinte e quatro autos de inquirição de testemunha? Porquê? Isto não leva a que a testemunha mude de comportamento ao fim de vinte e quatro vezes a ser inquirida sobre as mesmas coisas? Será que a testemunha não quer libertar informação que ela própria pode julgar que é falsa, apenas para se defender daquilo? Não é uma violência vinte e quatro interrogatórios? É este tipo de coisas que num processo judicial nós nunca entendemos. E estamos cheios de erros judiciários básicos, como a célebre escuta da senhora que tinha uma voz grossa e que o Ministério Público achava que era um homem, o que levou a uma série de justificações sobre o teor daquela escuta. Ou, ainda, escutas que pura e simplesmente são irrelevantes para os processos em causa, mas

que por alguma razão estavam juntas a processos que não tinham nada a ver. E, portanto, nós temos casos infindáveis que são insolúveis porque há indícios fortíssimos que depois não se vêm a comprovar.

Quais as diferenças e semelhanças entre a investigação jornalística e a investigação judicial?

Uma investigação jornalística tem que ter como finalidade a descoberta da verdade jornalística, ou seja, o que é que aconteceu num determinado assunto, enquanto que nós sabemos que para a justiça é mais importante a culpa e procurar enquadrar os culpados à luz do Código Penal. A função do jornalismo não é estritamente acusatória, é dar às pessoas a informação para que elas próprias formem a sua convicção e portanto aqui creio que há uma diferença básica e essencial. E depois há uma diferença de método: enquanto para um jornalista é importante verificar a informação, ter a certeza daquilo que afirma, não publicar nada que apenas esteja em suspeita, para a justiça é importante formar num juízo, através do Ministério Público ou da Polícia que está a investigar, a convicção de culpa. Portanto, são métodos completamente diferentes, formas completamente diferentes de encarar o trabalho. Gosto de pensar ao contrário. Em vez de pensar em termos acusatórios como a Polícia, gosto de pensar no intervalo disso tudo. O meu ídolo destas coisas é professor de jornalismo — ele próprio jornalista durante muitos anos — na Northwestern University, em Chicago, chamado David Protess. Como professor de uma cadeira prática pega na turma e divide-a em grupos, atribuindo a cada um a tarefa de acompanhar, do início ao fim, o processo de condenados à morte, no Estado de Illinois. Fruto das suas investigações, aqueles alunos de jornalismo já conseguiram libertar do corredor da morte umas 14 pessoas. Entre estas havia condenações que resultavam de testemunhos falsos, de pessoas que eram inquiridas pela polícia em interrogatórios muito duros e violentos, com ameaças. Creio que não há coisa mais bonita que se possa fazer em jornalismo. Em vez de estarmos tão preocupados em ser os executores ou os carrascos de A, B ou C, deveríamos procurar a verdade, porque a verdade é sempre muito mais interessante do que aquilo que se prova num determinado tribunal através de meios que nós não controlamos. Entendo que o jornalismo, desse

ponto de vista, deve almejar ser ainda mais importante socialmente do que o sistema de justiça. O sistema de justiça tem um papel fundamental, mas o jornalismo tem outro. São diferentes e por isso acho que não se devem misturar.

Às vezes há também a sensação de que existe um jornalismo que tem uma convicção apriorística sobre um caso e que toda a matéria publicada tem que confirmar aquela convicção.

Eu leio muitos jornais, como é evidente, e há coisas que pura e simplesmente eu já não leio, porque já sei o que vão dizer e por isso já não tenho curiosidade em ler, nem sequer por dever profissional. E creio que se isso acontece comigo acontece mais depressa com alguns leitores. Nós temos que ter presente que os nossos juízos valem para nós, para o nosso círculo de amigos, para a nossa família, para quem gosta de nos ouvir, mas muito mais importante do que aquilo que nós pensamos sobre um assunto é a forma como esse assunto influi socialmente, como esse assunto tem interesse para os nossos cidadãos e para a forma como eles vão tomar decisões que acabam por nos afetar a nós. Mas a sua pergunta tem implícita outras noções, que gostaria de aproveitar. Por exemplo — e agora sem falar de casos judiciais — na altura da vinda da troika houve peças jornalísticas que eram quase panegíricos da intervenção da troika. Isso teve uma influência direta na forma como as pessoas depois escolheram em eleições [Legislativas de 2011] a forma como iríamos resolver o nosso problema do endividamento; e foram consequências tão tangíveis como nós vermos a quantidade de sem-abrigo que Lisboa hoje tem. Portanto, é bom que nós tenhamos a humildade de perceber que as nossas convicções, às vezes, têm desenlaces complicados e poderosos.

Isso remete-nos para a função que o jornalismo deve ter.

Nem mais. A função de um jornalista não é tentar convencer os outros de nada, é tentar mostrar com o máximo de transparência e qualidade aquilo que pode ser visto, deve ser visto e deve ser conhecido. O nosso método é muito simples e, ao mesmo tempo, parece tão complicado que se vê tão pouco, que é o método da verificação dos factos. Ou seja, nós temos a convicção de que isto é um porta-guardanapos e temos que provar às

pessoas que estão a ler e não estão a ver como nós, que isto é um porta-guardanapos. Temos que provar. Como dizem uns autores americanos de que eu gosto muito — Kovach e o Rosenstiel — temos que ter o fardo da prova, temos de saber que esse é o nosso fardo. Provar aquilo que dizemos, não é só uma questão de apresentar uma série de coisas que numa leitura global façam um determinado sentido. Temos que ser tão rigorosos quanto possível para provar que aquilo sobre que falamos, aconteceu. Os níveis de ceticismo podem variar, mas eu tento pôr-me na pele de um leitor cético e pensar que tenho de explicar de uma maneira que não restem dúvidas, e citar o documento A que tenho aqui ou procurar o documento B que ainda não tenho, mas que prova o que eu quero dizer. Ou seja, não estar a escrever algo que eu apenas suponho que existe. E isto vale para o jornalismo de investigação como vale para o jornalismo económico. Por exemplo, quando um jornalista económico escreve que a flexibilização das leis laborais provoca um aumento do emprego e a diminuição do desemprego, é preciso provar isto, porque eu, como leitor cético que sou desse tipo de textos, não encontro nenhuma verdade empírica de que flexibilizando o mercado de trabalho há mais empregos disponíveis. Mas isto é escrito diariamente.

Como é que vê em Portugal a investigação de casos de corrupção? Está a melhorar? Está a piorar?

Está mais ambiciosa, provavelmente, mas isto não quer dizer nada só por si. Eu creio que ainda é cedo para fazer uma análise. Temos tido casos de perfil mais alto nitidamente, com banqueiros, políticos, um ex-Primeiro-Ministro... Agora vamos ver a que é que nos levam essas investigações e se essas investigações são suficientes para em tribunal resultarem sólidas. Aquilo a que muitas vezes assistimos é a investigações que por não terem meios ou não serem suficientemente competentes, nunca chegaram a provar nada em tribunal.

***BPN*, *Freeport*, *Face Oculta* e os *Submarinos*: O que pensa da cobertura jornalística destes casos?**

São casos muito diferentes. Por exemplo, o *Face Oculta* começa com a investigação jornalística finíssima de um camarada muito minucioso e especialista numa coisa que os jornais agora já não têm que é a ferrovia. Se bem me lembro, não quero aqui cometer nenhuma injustiça, mas foi o Paulo Vila, de Barcelos, que começou a investigar as transações entre a CP e o sucateiro que deram origem ao que depois se veio a verificar. Era uma coisa pequenina, que tinha a ver com o cobre dos carris, e que depois chegou às suspeitas de crime sobre atentado ao Estado de Direito.

O *Freeport* foi uma investigação que nasceu muito torta, com uma colaboração muito estranha entre políticos, jornalistas e investigadores, e que contaminou tudo o resto; depois, o tempo inusitado que aquilo demorou torna impossível qualquer conclusão muito lógica sobre o que é que se passou. Eu ainda hoje tenho dúvidas sérias sobre o processo de tramitação autárquica, governativa, os licenciamentos, etc, mas creio eu que não vamos conseguir provar. Quanto aos *Submarinos* não me parece que estejamos perto de conseguir provar que houve pagamento de luvas a políticos. São dois casos, desse ponto de vista, muito semelhantes. O caso dos *Submarinos* tem outra graça. Nós andámos anos e anos a tentar perceber o que é que tinha acontecido àquele dinheiro até que, por artes mágicas, um banco suíço ou a autoridade bancária suíça resolveu libertar a informação de que boa parte daquelas comissões tinham sido pagas às pessoas do próprio BES. Portanto, são casos em que, creio eu, se tivesse havido investigação jornalística do início, autónoma, e desligada da investigação judicial isso tinha sido bom para as duas partes.

O *BPN* é um caso em que, mais até do que a investigação judicial, o que foi importante e funcionou muito bem com a investigação jornalística foi a comissão de inquérito parlamentar, em que iam sendo relatados em tempo real muitos factos que eram conhecidos porque havia pessoas que libertavam documentos, pelas mais variadas razões. Daí, acredito que do ponto de vista jornalístico esse é, de todos, o que correu melhor, porque

se conseguiu provar que aquelas pessoas cometeram algumas ilegalidades, que aquele banco servia para aquilo que servia. E continuamos a ter dúvidas sobre quem é que recebeu dinheiro do *Freeport* ou dos *Submarinos*.

Quer dizer, então, que só em metade destes casos o jornalismo contribuiu para a descoberta da verdade?
No *BPN* sem dúvida, e creio que no caso do *Face Oculta*, também. Se não fosse essa inicial investigação jornalística creio que não teríamos tido sequer o caso. No caso dos *Submarinos* e no caso do *Freeport* creio que em muita medida sim, mas no que é fundamental, repare que mais de 10 anos depois ainda não conseguimos contar a história toda.

Qual é a perceção dos portugueses relativamente às questões de corrupção política?
Creio que é muito aguda e se calhar, de algum modo, a perceção da corrupção, por haver casos destes que não têm respostas cabais, até pode ser maior do que a própria corrupção vivida. Eu creio que nenhum cidadão tem aquela experiência que provavelmente tinha há trinta ou quarenta anos ou que existe noutros países onde tenho de pagar a um polícia de trânsito para não me autuar. A pequena corrupção creio que não é um problema muito forte em Portugal. Agora, nós sabemos que temos um sistema legislativo e jurídico que promove a corrupção económica, o crime económico. Ou seja, o que nós temos é uma perceção de injustiça económica muito grande, que é essa sim é real.

E de que forma é que os *media* contribuem para essa perceção?
Creio que podiam contribuir ainda mais. Por exemplo, quando é aprovado o regime de regularização extraordinária de dívidas fiscais, os *media* geralmente usam eufemismos. É o repatriamento de capitais, quando o que devíamos dizer é que estas pessoas fugiram ao fisco e agora estão a trazer o dinheiro de volta e a pagar muito menos do que qualquer cidadão paga de IRS. São taxas absolutamente incríveis de saldo fiscal. Eu creio que este nível é que contamina a perceção geral sobre a corrupção. Quando um autarca com uma assinatura tem o poder de transformar um terreno

que vale 5 tostões num terreno que vale 5 milhões, está a protagonizar um incentivo legal à corrupção. Aquela pessoa até pode não receber nenhum benefício direto e imediato por aquilo que fez, pode estar convencidíssima que ao passar aquele terreno de reserva agrícola para urbanizável está a criar postos de trabalho e que é tudo muito bom para a economia local, mas este ato que permite ao autarca passar um terreno que tem um valor para outro que multiplica por 1 milhão é um ato que a lei não devia permitir, ou que devia possibilitar em circunstâncias muito especiais e verificadas. Nós, jornalistas, sabemos que quando há um terreno de reserva agrícola que passa para um grande construtor com ligações políticas há aqui uma história e há histórias destas quase diariamente.

Mas a forma e insistência como a corrupção é mostrada dá ou não uma ideia de que...

...Que o país está submerso por isto? Sim. E de uma certa forma essa perceção não é completamente errada, porque este mecanismo existe em vários níveis da Administração Pública. Se o Estado português tiver uma atenção especial à fuga aos impostos, se o Estado português impossibilitar o "repatriamento de capitais" estamos a criar melhores condições do que condenando A ou B por suspeitas de corrupção, mesmo que haja muitas dúvidas sobre se o caso tem ou não contornos de corrupção.

Os jornalistas de uma forma geral estão preparados para tratar este tipo de questões?

Acho que há pessoas que têm mais gosto por fazer trabalhos de investigação e outras que não têm gosto nenhum.

Pondo a questão noutros termos: é preciso uma preparação especial para tratar este tipo de matérias?

Sem dúvida. Acho que seria bom que os currículos universitários tivessem cadeiras de técnicas de investigação jornalística. Creio que com Bolonha as coisas estão mais compactas... Mas seria uma vantagem competitiva alguns cursos poderem facilitar isso ou terem seminários. Mas creio que isso deve partir das redações. As redações têm que fomentar, até porque

o trabalho de investigação é um trabalho de equipa. Há pessoas que têm mais facilidade em lidar com informação económica do que outras. Muitas vezes isto é um trabalho de equipa. Eu não posso ter a pretensão de saber lidar com balanços de bancos e com regras de urbanização, tudo ao mesmo tempo. Tenho umas luzes, mas não sou especialista em nenhuma daquelas duas áreas, por exemplo. É importante, pois, que haja essa cultura da complementaridade, assim como é importante que as pessoas que fazem trabalhos de investigação percebam bem a diferença que há entre uma investigação jornalística e uma reportagem sobre outras investigações, que é o que me parece, como leitor, que há muitos jornalistas, em Portugal, que fazem e confundem ainda as duas coisas.

Que sugestões ou reflexões quer deixar?

Este é um tema que tem muito a ver com outro tema grande que é o futuro do jornalismo tal como o entendemos e que nos deixa algumas vezes com algum ânimo e outras vezes completamente desanimados. Tem a ver com o seguinte: há aqui uma conversa entre as empresas jornalísticas, os jornalistas, o público, a justiça e o poder político que é importante termos, para vermos qual é o espaço de cada um e a maneira como cada um deve atuar, o que é que o público espera de nós e o que é que nós podemos oferecer ao público. Ora, eu acho que esse desfasamento corre o risco de pôr em crise ainda mais o modelo de negócio e uma atividade que está já em crise por outras razões. Não sei se, quer nós jornalistas, quer o público, estamos muito preparados para ter essa discussão de uma forma proveitosa, mas era bom que estivéssemos. E as universidades podiam ter um papel importante que era o de serem as mediadoras nesse processo. Pôr leitores e jornalistas a discutir o que é que estamos a fazer bem e o que é que estamos a fazer mal. Às vezes parece que há um desfasamento tão grande que não estamos a falar uns com os outros e que há quase níveis de linguagem diferentes entre leitores e jornalistas. Preencher esse vazio seria muito importante.

11. PEDRO COELHO

48 anos, com 27 anos de profissão, professor auxiliar na Universidade Nova de Lisboa. Doutorado em Ciências da Comunicação. Jornalista na *SIC* (Publicação autorizada).

"O jornalismo pode ser um ato de justiça mas não tem ser justicialista"

Quantos casos de corrupção investigou ou acompanhou?
Há dois tipos de trabalho que fiz. Se falarmos das peças mais pequeninas, não consigo contar. Surgem muitas, no dia-a-dia. Se falarmos no período desde 2008, em que comecei a trabalhar mais intensamente na grande reportagem, houve um conjunto de histórias, cerca de oito, nos últimos seis anos.

Consegue descrever as etapas de investigação de um desses casos?
Há um trabalho em concreto, relacionado com uma empresa da área de Coimbra, que surge na sequência de um trabalho que fiz sobre o *BPN*. (O do *BPN* demorou muito tempo a ser feito, e não é possível fazer muitas vezes rabalhos dessa envergadura.) ...Dizia eu, há uma fonte relacionada com este caso, que me envia um e-mail: «talvez isto lhe interesse», li a escassa informação e reuni com ele. A história começa com uma conversa num café. Depois, foram quatro meses de trabalho continuado, até à emissão da reportagem. Tive todas as condições: um repórter de imagem sempre disponível, um editor de imagem e um gabinete jurídico, que tem só uma pessoa, mas que subcontratou muitos advogados de fora, para ajudar.
Esse é um tipo de apoio imprescindível...
É essencial porque, no terreno, eu e o repórter de imagem, estamos sozinhos. Mas depois há a necessidade de me rodear de meios para conseguir fazer um trabalho consistente. Isto acontece especialmente quando os visados pelos trabalhos começam a fazer ameaças. Nessa altura, há dois caminhos: ou avanço, ou sucumbo à ameaça. Para avançar tenho de o fazer com os pés bem assentes na terra e há questões que são tão sensíveis do ponto de vista jornalístico que obviamente são sensíveis do ponto de vista jurídico. Trata-

se da imagem de uma empresa que uma reportagem pode, se não destruir, pelo menos abalar. Um jornalista não é o dono da empresa. Não sabe quando o patrão vai dizer: «acabou». Porque as pressões do visado eram de tal modo inacreditáveis e intensas que eu pensei: «algum dia vou ser bloqueado» e que aquilo me "rebentaria nas mãos".

Pode saber-se de que empresa se trata?
Não creio que seja útil.

Trabalhou esse caso em exclusividade durante os quatro meses?
Sim, durante quatro meses e meio só fiz aquilo. Houve um período anterior em que fiz outras coisas, mas depois estive todo o tempo dedicado a esse caso até à emissão.

Quanto às pressões que referiu, sentiu isso como dificuldade concreta?
Sim e é a mais difícil de ultrapassar. Houve uma altura em que o dono da empresa, com três advogados e um diretor de comunicação, entrou na SIC com um conjunto de informação que não tinha trabalhado nem conhecia, convencido de que a história morreria ali. Chamei a advogada da SIC, que ficou comigo. Gente muito preparada. E alguém me diz: «não sabem com quem estão a falar porque conheço este e aquele e o outro». Essa foi a chave para que não bloqueasse. Estava seguro de que o que tinha era muito forte mas a reação, também muito forte, mostrava o receio, porque eles sabiam tudo o que eu tinha. Eu mostrei-lhes. Tentaram destruir pela pressão... e, sim, foi difícil de suportar.

A hierarquia do canal apoiou-o?
Fiz a história de forma solitária. Os meus diretores tinham conhecimento mas não sabiam os detalhes. A partir de aquela reunião senti necessidade de lhes contar e tive a solidariedade do meu diretor de informação que criou uma barreira à minha volta; uma barreira que eu reclamei e ele criou. Mas uma semana antes de ir para o ar, os tipos inundam o grupo Impresa com publicidade. Nunca tinham feito publicidade em nenhum órgão do grupo, mas desde a *SIC*, ao *Expresso* e à *Visão*, foi uma «overdose» de publicidade

até a reportagem ser emitida. Como que a dizer: estes tipos fazem uma reportagem, sobre nós mas também recebem o nosso dinheiro. E aí teve de se envolver a direção comercial, que não queria abdicar daquelas receitas. Situações complexas e inovadoras para mim, mas o jornalismo venceu. O universo Impresa abdicou da continuidade da receita, mas a campanha cessou.

As dificuldades são só externas?
Trabalho numa empresa comercial e estou consciente dessa situação. Já tive dificuldades internas e não conheço nenhum jornalista que trabalhe em áreas sensíveis, como é a investigação, e que possa dizer, "de peito cheio", nunca tive dificuldades internas.

Há contornos políticos?
Admito claramente que estejam associadas porque uma das pessoas da reunião foi por esse caminho, mas essencialmente do lado comercial. A empresa tinha muito a perder se a história fosse emitida.

Há diferenças entre o comportamento dos visados nessa reportagem e os visados no caso *BPN*?
A história do *BPN* é curiosa porque não tive nenhuma reação de alguém do *BPN*, apesar de já ter feito três histórias muito grandes, com muito tempo de investigação. A primeira foi essencialmente uma sínteses, mas as duas últimas eram uma novidade da cabeça aos pés. Foram emitidas, tiveram uma audiência extraordinária, mas não tive nenhuma reação, pressão dos advogados ou de alguém ligado aos visados. Não conheço qualquer pressão no sentido de não serem emitidas e algumas pessoas terão sido muito lesadas no seu nome.

Que tipos de fontes procura e que restrições solicitam?
As fontes que procuro nesta área e nas estórias sobre o *BPN* são fontes institucionais. Tenho que lidar com advogados deles, como no caso dos devedores do *BPN*, que nunca quiseram falar comigo. No Ministério Público, leio as acusações mas não tenho mais fontes. As fontes foram funcionários

da empresa, num dos casos. São fontes diretas. E muitas vezes estou a fazer investigação paralela ao Ministério Público: só seis meses depois de a história ter sido emitida [caso da empresa da região de Coimbra que investiu numa"overdose" de publicidade] o inquérito começou. Não me refugio nas fontes do Ministério Público, que, de resto, não tenho.

O que pensa sobre um jornalista constituir-se como assistente num processo?

Muitos colegas não gostarão do que vou dizer. Mas acho que o MP tem um papel e os jornalistas outro. Não são sequer complementares. A investigação jornalística que se faz em Portugal é muito refém do Ministério Público: umas coisas estão em segredo de justiça, depois há uma fonte que dá, outra que não dá... As fontes privilegiam uns em detrimento de outros. Não entro nessas guerras. Não tenho fontes no Ministério Público porque não quero ter, além de que não ando atrás das histórias mais mediáticas. Aliás, fui atrás do *BPN* muitos anos depois de sair das primeiras páginas. Faço um trabalho de sapa, faço as histórias de raíz. Admito que algumas das estórias sobre a empresa estariam nas mãos do Ministério Público e ninguém lhes pegou. Ainda bem para mim, porque muitas das coisas que fiz, não teria conseguido fazer. Porque uma fonte que fala com o Ministério Público teria mais reservas em falar com o jornalista. Prefiro assim e prefiro não ficar refém da investigação do Ministério Público nem das restrições que ele impõe. E ficarmos reféns de fontes é sujeitarmo-nos à instrumentalização por parte dela. Se puder afastar-me, faço-o.

Correndo o risco de não dar a notícia?

Porque é que a notícia tem de estar do lado do Ministério Público? Tenho acesso à documentação que a fonte me der. O esforço do jornalista está sempre dependente de um dos lados da história.

Nunca foi assistente num processo?

Nunca fui e para o trabalho que faço e da forma como o faço não vejo vantagem absolutamente nenhuma.

Vê vantagens na existência do Segredo de justiça?

Os casos mediáticos mais recentes estão a dar-nos alguns ensinamentos nesta matéria. E a conclusão a que podemos ir chegando é que a situação, como está, não favorece ninguém. Não favorece a investigação do jornalista e duvido que favoreça a investigação policial — certamente não favorece os arguidos. Considero, por isso, que tanto os jornalistas como os magistrados devem refletir sobre este segredo de justiça, que é tão facilmente violável. Todos os inquéritos feitos pela PGR nunca chegaram a nenhuma conclusão ou, então, a responsabilidade é atribuída ao mensageiro...; quando se sabe que são as guerras que há no interior do Ministério Público, guerras na Polícia Judiciária e guerras entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público que estão na base da maior parte das violações do segredo de justiça. Ora, isto tem de ser analisado e questionado. Não basta matar o mensageiro. O Segredo de justiça tem razão de ser. É necessário que haja condições para investigar. Quem o faz não pode andar a dizer aos quatro ventos o que anda a fazer, sob pena de as provas pura e simplesmente desaparecerem. É como eu dizer aos meus colegas tudo o que ando a fazer. Rapidamente a história é queimada. Por melhores intenções que haja, há sempre alguém que conhece alguém e a história acaba por sucumbir. As violações não favorecem ninguém.

E em matéria de credibilidade do jornalista?

Não é por ser um magistrado que fornece uma informação que a fonte é idónea. Pode ter algum interesse. Quem é que me garante que o jornalista que está a receber a informação de um dos lados — do MP, por exemplo — não está a ser instrumentalizado, porque essa fonte tem um propósito concreto a atingir? Isto é válido parta todas as fontes. Fazer "copy and paste" da informação é absurdo. Telefona um magistrado do Ministério Público com uma informação e pergunta: «quer?». Passados 10 minutos, a informação está online. Este jornalismo preguiçoso tem de ser questionado. É necessário fazer o exercício de verificação a que estamos obrigados por método e por ação. Se o não fizermos, estamos a falhar.

Quais as diferenças entre a investigação jornalística e a investigação judicial?

Nós não somos polícias, justicialistas ou justiceiros. Por princípio, o jornalismo pode ser um ato de justiça, mas não tem ser justicialista. Não tenho qualquer complexo a falar com uma fonte e não a trato de forma diferente por estar do lado "errado" ou do lado "certo". Se fosse uma autoridade policial, tratá-la-ia de uma maneira. Se fosse o magistrado, também. Como jornalist, não tenho de ter esse comportamento. Não é pelo facto de uma pessoa ter porventura cometido um crime, que é menos idónea na informação que me transmite, face à que foi a vítima desse mesmo crime. O que queremos é chegar à informação e isso tem de acontecer de acordo com a nossa ética profissional.

O jornalista é mais empenhado a analisar a ética alheia do que a sua?

É humano. Provavelmente já falhei muitas vezes do ponto de vista ético e só o reconheci mais tarde. O círculo restrito com que trabalho: operador de imagem, editor de imagem, a minha chefe direta, a advogada que nos ajuda, são pessoas com quem discuto e que me estão permanentemente a questionar. Isso é necessário e, mesmo assim, surgem falhas. Porque fazer investigação em televisão é mais que complexo que em qualquer outra plataforma.

O que pensa da justiça portuguesa, em relação à investigação de casos de corrupção?

Acho que também tem de ser questionada. É interessante o que está a ser feito. A justiça está a tornar-se mediática pelo esforço que tem feito para trazer à luz do dia o chamado crime de colarinho branco. Contudo, é curioso que sejam sempre os mesmos protagonistas: o Procurador Rosário Teixeira e o juiz Carlos Alexandre. É estranho que esta dupla tenha uma força extraordinariamente elevada na sociedade portuguesa e no campo da justiça portuguesa. Já li muitas acusações feitas pelo Procurador Rosário Teixeira e o que eu acho interessante naqueles trabalhos é que têm todos o mesmo padrão: chega a muitas conclusões, mas resta saber como lá chegou. Com que recursos é que ele trabalha? São de tal forma elaboradas e

detalhadas as conclusões a que chega, que pergunto: este homem tem uma equipa extraordinária a trabalhar com ele. O grau de minúcia e detalhe são extraordinários. Se calhar digo-o com alguma ironia, mas não posso dizer mais porque não acompanho o seu trabalho no terreno.

O que pensa da cobertura dos casos mais emblemáticos: *BPN*, *Freeport*, *Face Oculta*, *Submarinos*?

Em todos esses casos, houve uma grande dependência dos jornalistas em relação à Polícia Judiciária e ao Ministério Público. E nós, jornalistas, andamos sempre a reboque da investigação policial, o que é extraordinariamente limitador. E todos esses processos, exceto o *BPN*, foram arquivados. Os casos foram arquivados e não se deu ou soube mais nada além das conclusões a que a justiça chegou. A comissão de inquérito dos submarinos foi profundamente política. Como leitor gostaria de saber mais de qualquer um dos casos: *Submarinos*, *Freeport*...

A investigação jornalista não acrescenta grande coisa à judicial ou funciona como pressão?

Quando se está dependente da investigação judicial não se chega mais longe. Quando se consegue um caminho paralelo, consegue-se até servir de pressão. No caso do *BPN*, eventualmente surgiram algumas coisas. Nos outros casos, nenhum deixou de ser dependente da investigação policial.

Que pensa da perceção dos portugueses sobre a corrupção tratada pelo jornalismo?

Os cidadãos estão a romper com o senso comum. Passámos do oito para o oitenta. De uma fase em que nenhum caso de corrupção era julgado para um em que a justiça já está a agir e afinal confirma-se — dir-se-ia ironicamente — que todos os políticos são corruptos. E acho que sobre este quadro hermético que nos é apresentado, os meios de comunicação social não estão a fazer nada para o descodificar, para o enquadrar ou para o explicar. Estamos a navegar em cima de uma onda e ninguém consegue parar para pensar. Isso perturba-me. Até admito que a justiça esteja influenciada pelos meios de comunicação social, pela opinião pública, por isto tudo e aumentem a onda.

Que as redes sociais tornam hoje ainda maior...

Exato: o fenómeno das redes sociais aumenta essa vaga. Creio que Portugal ainda não atingiu a maturidade no uso das redes sociais, penso que tem de haver uma literacia mediática, em que as pessoas percebam melhor os *media* que estão ao seu alcance e de que forma podem ajudar no seu exercício quotidiano de cidadania. Porque o que encontramos nas rede sociais são intrigas, informação não qualificada, pelo que o selo distintivo do jornalismo, neste aspeto, tem forçosamente de se distanciar desta loucura. O jornalismo só consegue ser distinto se parar para pensar.

Nunca houve tantas notícias sobre corrupção nos últimos anos.

Estamos todos a navegar em cima disso. O que temos feito para demonstrar que os políticos afinal são homens com virtudes e defeitos? Nós jornalistas não estamos a fazer isso. E há um equilíbrio negativo entre todos os órgãos de comunicação social. Das televisões aos jornais de referência não há quem saia dessa onda. Estamos a mostrar aquilo que as pessoas querem ver, ouvir, ler. Nós jornalistas temos a obrigação de colaborar no exercício de reflexão, ou pelo menos promovê-lo.

Porque não o fazem?

Por preguiça, na maior parte dos casos. Porque estamos todos demasiado formatados. Porque nos habituámos a uma dieta informativa cozinhada por fontes oficiais e agências de comunicação, que nos é servida pronta a comer. Porque não estamos a pensar fora da caixa nem entrevistamos as vozes marginais que rompem a falsa harmonia que nos rodeia. Porque é mais fácil acreditarmos que não temos tempos. Porque é mais fácil acreditarmos que investigar custa caro.

Considera que a formação e as competências dos jornalistas que trabalham esta área é adequada?

Esta área implica um estudo por parte do jornalista. Nos últimos anos, tenho-me confrontado com conceitos que eram para mim totalmente desconhecidos. É impossível tratar determinadas áreas sem perceber os conceitos. Para informar, devo estar informado. Vejo por colegas que

dominam os conceitos, que fizeram exercícios de estudo. Mas não é preciso ir à Faculdade de Direito fazer uma pós-graduação ou um mestrado para trabalhar um caso de corrupção. É uma ideia que me tem atormentado ao longo dos anos: estou a ficar cada vez mais contra a ideia do jornalista especializado. Eu fui especialista da área de poder local e ambiente e, por via disso, até tive um secretário de estado a ligar-me todos os dias, a dar-me pistas sobre determinadas matérias. Levei algum tempo até perceber — porque era jovem e tudo aquilo me inebriava — que estava a falhar como jornalista especializado. Só tive essa noção depois. Ora, se sou especialista de uma determinada área é suposto fornecer a redação ou os meus editores com informação regular que me é dada, justamente, por essas fontes que, para não as perder, acabam muitas vezes por me instrumentalizar. Todavia, há colegas que defendem o contrário. Pessoalmente, sou contra as editorias, e já fui editor de Sociedade da *SIC*. Acredito, no entanto, na ideia de que o jornalista é um generalista que tem de estar permanentemente documentado sobre o que está a trabalhar.

Mas o jornalismo de investigação tem uma identidade própria...
Tem, no método. É o perfil da pessoa que nos diz se pode fazer investigação. Não é por ser especialista numa área que a pode investigar. É por ser persistente, pelo gosto pelo detalhe, por gostar de "colar" pontas, de perceber as coisas, por ter uma curiosidade absoluta.

Quer deixar alguma sugestão ou alerta?
Há uma tentação por parte da entidade patronal em não fazer investigação, porque é «demasiado caro». A história do *BPN* demorou oito meses e estive sozinho naquilo. A empresa pagou apenas o meu vencimento. Estava ao telefone, ou na redação. Há uma ideia que se cria sobre a investigação... ,os seus custos..., quando há tanta coisa perto de nós que pode e deve ser investigada. A maior parte das pessoas que conheço não gostam de fazer investigação. Gostam de ir para casa sem "dormir" com a mesma história. Eu e o repórter de imagem chegamos a passar horas a discutir acerca da parte estética (do como), sobre a melhor forma de contarmos a história.

12. RUI HORTELÃO

36 anos, 17 [illegible] profissão, licenciado em Comunicação Social e diretor da revista *Sábado* (publicação autorizada).

> "Os jornalistas deveriam reanalisar os seus filtros e aumentar um pouco mais o seu critério de exigência"

Qual é a sua primeira reação quando um jornalista chega com uma proposta de trabalho sobe um caso de corrupção política?
Um cuidado redobrado. Quando os temas são sensíveis — e a corrupção é um tema particularmente sensível — é preciso ter um cuidado redobrado relativamente à veracidade, à solidez da história, das fontes, às implicações que uma acusação desse género pode ter sobre o visado. Devo dizer, aliás, que na *Sábado* não há muitas pessoas a tratar essas matérias, precisamente pela sensibilidade que o tema exige. Por outro lado, quando o assunto me é apresentado, o jornalista em causa já fez, silenciosamente, algum trabalho, isto é, apresenta-me já alguns dados que indiciam haver uma estória que vale a pena aprofundar. É só nesse momento que eu entro para desempenhar o papel de advogado do diabo, questionando o mais possível os elementos e dados que se possuem, no sentido de verificar a solidez da matéria em causa. A partir do momento que se decide avançar tento contribuir também para a boa consistência do trabalho.

Independentemente da matéria em causa ser mais ou menos apelativa há, primeiro, um momento de reflexão para analisar a consistência da estória?
Claro que sim. Deve ser, de resto, uma prática normal em jornalismo. Bem sei, por experiência própria, que nos diários essa análise pode ser mais difícil em virtude de uma maior pressão do tempo. Acredito, no entanto, que essa reflexão exista na maioria das redações portuguesas. Nos últimos anos, nós, jornalistas, temos sido confrontados com muitas informações, umas que vieram a confirmar-se verdadeiras, outras não. Seja como for,

o apelo e a atração por assuntos de corrupção, designadamente política, é algo que tem estado na agenda dos *media*. Ora, quando há pouco lhe falava na necessidade de analisar bem tudo aquilo que nos é dito ou a que temos acesso, quero com isso salientar que ao jornalismo não basta publicar e veicular informação — é preciso estar em condições de provar o que se noticia. Por outro lado, experimento também um certo sentimento algo contraditório, uma vez que, se cabe ao jornalista cumprir o serviço público de noticiar o que é errado, ilegal e injusto, a verdade é que gostaria de não dar essa notícia, porque isso seria sinal de que viveríamos num País melhor e com menos corrupção.

Será porque o jornalismo está hoje mais atento aos casos da corrupção ou significa que há mais corrupção?

Creio que é um pouco de tudo. Porquê? Porque a democracia é um sistema que distribui e dispersa mais a responsabilidade. Como dispersa mais responsabilidade que outros regimes, os potenciais corrompidos e corruptores são mais. A isso juntamos um maior escrutínio, seja por parte da comunicação social ou da própria sociedade civil, que cada vez mais estão atentas ao desempenho dos titulares de cargos públicos. As próprias autoridades, por seu lado, nomeadamente, o Ministério Público e a Polícia Judiciária, têm também investigado mais e melhor nos últimos anos, em especial em áreas onde a corrupção se possa fazer sentir. Tudo isto, em conjunto, contribui para o aumento dos casos de corrupção nas páginas dos jornais e das revistas, razão pela qual eu entendo que não houve um momento em que os *media* definiram e montaram equipas para investigar corrupção. Houve, sim, uma conjugação de mudanças que contribuíram para isso e que, infelizmente, têm encontrado matéria para continuar a trabalhar.

Nessa continuidade do trabalho jornalístico, o papel do diretor é também o de respaldar a ação do seu repórter no terreno.

Eu diria que é o de conseguir a afirmação do respetivo órgão de comunicação, tarefa essa que implica o respaldo do próprio jornalista, que também precisa de sentir-se confortável.

É preciso haver uma boa relação de confiança...

Sem dúvida. Nestas situações em particular, então, a confiança é absolutamente fundamental. Em muitos casos, nem quero saber quem é a fonte ou as fontes das pessoas que trabalham comigo; quero obviamente descortinar essas fontes por via da confirmação ou não daquilo que lhes é dito e da sua própria intencionalidade..., agora se é A ou B, isso é uma coisa, do foro privado de cada jornalista. E por isso é que tem que haver uma confiança grande, porque muitas dessas histórias não são trazidas por mim, não são descobertas por mim, são os jornalistas que andam no terreno que as trazem. Claro que a confiança é sempre recíproca, porque o repórter sabe e sente que o diretor também está consigo, apoia-o e vai com ele até às últimas consequências, porque à luz da legislação portuguesa o diretor da publicação é sempre responsável por aquilo que é publicado.

Como equilibra essa relação de confiança com as exigências próprias de ser o primeiro julgador de um trabalho sobre corrupção — que implica distanciamento — com as pressões e interesses vários da revista e dos quais o diretor não pode alhear-se?

Em outras publicações onde estive anteriormente e ocupei cargos de direção —*Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* — muitas vezes, por trabalhar e por coordenar e dirigir as áreas sobre temas sensíveis, como a justiça ou o crime, habituei-me muito cedo a ter que responder em tribunal por trabalhos publicados, o que me deu uma responsabilidade acrescida. Digamos, portanto, que não é de hoje a responsabilidade que tenho e sinto pela equipa que dirijo e pelas funções que exerço. Comecemos pelas pressões. O diretor enfrenta um tipo de pressão diferente da do jornalista que está no terreno. Duvido, no entanto, que o diretor seja mais pressionado. O primeiro alvo das pressões é o jornalista, aquele investiga e publica o trabalho e sobre o qual podem ser exercidas ações tendentes a limitar ou condicionar o que ele vai dizer.

Mas o diretor tem de olhar a mais interesses: aos do jornalista e aos da empresa. Ou não?
Sim, é esse o seu dever. Mas não é preciso ser diretor para que um jornalista tenha o bom senso de olhar aos interesses da sua empresa ou pelo menos para não os colocar em causa sem um motivo que o indiscutivelmente o justifique.

...E depois, sim, há que olhar para o equilíbrio do trabalho, do maior ou menor envolvimento do jornalista...
O diretor deve atender sempre ao interesse coletivo, em primeiro lugar. Às vezes, pode até dar-se o caso de a sua perspetiva não corresponder à do repórter que está no terreno. O que é natural, porque quem está a trabalhar a matéria também pode, por vezes, envolver-se e criar ligações emocionais fortes com ela. É aqui que um diretor deve ter a equidistância e a capacidade de poder responder a isso de uma forma tão imparcial quanto possível, sendo que a imparcialidade, em jornalismo, é um conceito que deve ser sempre tratado de uma forma muito cautelosa e equilibrada, porque qualquer pessoa de bom senso sabe que a imparcialidade no seu todo é impossível de existir. Não deve confundir-se, todavia, imparcialidade com honestidade intelectual. São coisas muito diferentes. Porém, às vezes tende-se a confundir e os jornalistas tendem a advogar uma imparcialidade absoluta quando ela não existe — e quando nos atacam também nos atacam pela falta de imparcialidade. Ora, o meu dever é para com os leitores e para com a descoberta da verdade. Logo, o que o trabalho do jornalista tem de mostrar é que ele é consistente, leal e rigoroso.

Quer descrever-me um caso à sua escolha sobre um processo de investigação que a revista tenha feito? Como é que o trabalho foi proposto, que meios, que tempo é que foram gastos com ele?
O ponto de partida é sempre uma dica que o jornalista tem ou alguma pista que nós descobrimos e que a partir daí achamos que vale a pena investigar ou que haverá matéria que justifique uma investigação jornalística. A partir desse momento, pelo menos uma pessoa é destacada para fazer essa investigação, embora quase nunca em exclusividade. A pressão

sobre as fontes e a pressa de publicar potenciam o erro. Por isso há uma pessoa que, normalmente, fica mais dedicada a esse trabalho e desenvolve a sua investigação, ao mesmo tempo que vamos partilhando o que se vai descobrindo sobre aquilo que está a acontecer e tentar obviamente eliminar as dúvidas. Agora, estamos a falar de processos longos, que muitas vezes duram vários meses... No nosso caso, como há pouco lhe referi, não nos basta ter a certeza de que o que queremos publicar é verdadeiro — é preciso sermos capazes de o provar. Tal prova pode ser feita através de documentos ou por pessoas envolvidas no respetivo caso. Sendo que, insisto, para nós o interesse público é determinante. Ora, este aspeto leva a que tenhamos de distinguir muito bem todos os interesses em jogo, a começar pelas fontes.

As fontes, nos casos sobre corrupção, assumem uma importância vital...
Evidentemente. Daí eu chamar à investigação outros profissionais da *Sábado* que podem aportar algumas vantagens ao trabalho, porque se movimentam bem numa determinada área e porque está em causa a reconfirmação, da minha parte, de todos os elementos investigados. Às vezes — até com muito pouco informação sobre aquilo que eu pretendo como diretor que é cruzar informações de dois jornalistas — peço a um deles que me confirme determinada coisa mesmo que ele não saiba necessariamente para o que é inicialmente, de forma também a poder aumentar a segurança relativamente a todas as questões. Não é muito frequente acontecer, em Portugal, mas já sucederam casos em que são forjados documentos. E esta necessidade de segurança, a meu ver, é justificada não apenas por razões de rigor e de verdade que qualquer investigação implica, mas também para evitar que sejamos alvo de potenciais armadilhas que nós, enquanto área de negócio no setor dos *media*, podemos ser.

Como é que diminui esse risco da armadilha?
Não sei o que os meus colegas em outras publicações fazem; pela minha parte, posso dizer-lhe que já acompanhei (continuo a fazê-lo) muitos jornalistas meus no terreno, além do seguimento que faço do trabalho por

via das funções diretivas. Tenho que dizer que se sempre tive muito cuidado, hoje ainda tenho mais, justamente por ter a consciência de que o risco de desinformação nunca foi tão grande.

que pensa sobre o estatuto de assistente? Dos jornalistas constituírem-se assistentes num processo.

Eis uma questão que não pode ter um sim ou um não, porque aquilo que motiva a constituição de assistente, por parte de um jornalista num terminado processo deve ser visto à luz do interesse público do respetivo processo. Às vezes até o tipo de envolvimento, seja da publicação seja do jornalista, assim como a forma como o acusado, as instituições questionam, acusam, desmentem..., enfim há todo um conjunto de aspetos que podem legitimar, em certos casos, a constituição do jornalista como assistente. Nós na *Sábado* — e eu em particular como diretor — não nos constituímos como assistentes. Não digo que não o possamos fazer, porém não será para suprirmos uma dificuldade de informação num processo que o iremos fazer. Para além de que, a partir desse momento, a nossa equidistância no caso passaria também a estar em causa. Mas quando há pouco dizia que a resposta não pode ser dada de forma definitiva num só sentido, quero com isso afirmar que se um dia vier a ser confrontado com um caso que, face às suas circunstâncias, a *Sábado* tenha de vir a constituir-se como assistente, para poder pelo menos, competir ou lidar com o caso com mais igualdade, nós admitimos assumir esse papel sem problema.

Qual a sua opinião sobre o segredo de justiça?

É uma figura que tem sido usada para tudo e mais alguma coisa. É certo que dificulta o trabalho do jornalista, mas também dificulta em alguns casos o apuramento da verdade. Seja como for, nunca ninguém o questiona até ao dia em que o visado é um partido, uma figura pública ou algumas instituições. Subitamente, toda a gente desperta para essa questão como se ela fosse o verdadeiro problema. E não é. A questão, porém, está longe de ser simples e pacífica. O jornalista deve atuar de acordo com as lentes do seu código deontológico, o qual o aconselha a que tenha primeiramente em conta o interesse público, que deve prevalecer sobre o resto. Todavia, a violação

do segredo de justiça é muitas vezes apontado ao jornalista que investiga quando, na verdade, ele tem origem em outros profissionais com acesso aos processos e, por vezes, com interesses no próprio rumo do processo. Trata-se, portanto, de matéria onde não há inocentes, embora seja inegável que o jornalista beneficia com essa violação.

mo vê as chamadas de fugas de informação: considera que põem em causa a credibilidade do trabalho do jornalista e são uma forma de instrumentalização?

Não tenho muitas dúvidas de que assim seja. Isto é, o autor de uma fuga de informação tem um interesse concreto nessa fuga, independentemente das intenções que o movem. É bom termos presente, no entanto, a ideia de que a instrumentalização do jornalista está longe de se circunscrever a matérias relacionadas com o segredo de justiça. O que fazem os políticos, por exemplo, durante as campanhas, senão procurar instrumentalizar — pelo menos condicionam — o trabalho e ação dos jornalistas? Estamos, portanto, diante de algo que é mais complexo do que parece. No limite, eu direi que o resultado de tais condicionamentos depende das qualidades e capacidades de cada jornalista, da sua consciência. Os bons são mais difíceis de instrumentalizar.

Que opinião tem sobre a justiça na investigação de casos de corrupção?

Tem vindo a melhorar, isso parece-me óbvio, apesar de a corrupção ser um crime de difícil prova.

Refere-se à corrupção política?

Sobretudo a essa. Quando falamos de corrupção falamos sobretudo de corrupção política, na sua relação com os negócios, com as empresas e que pela sua tipologia é um crime de difícil prova. Desengane-se quem pensa que a dificuldade da prova está na incapacidade de quem investiga. Houve durante muito tempo falta de competência nessa matéria. Hoje não. Por outro lado, o intercâmbio internacional ao nível da troca de informações

beneficia a investigação. Paralelamente, o jornalismo também melhorou a sua especialização. Nada disso diminui, no entanto, a elevada complexidade desse tipo de crime e a dificuldade em o deslindar.

***BPN*, *Freeport*, *Face Oculta* e *Submarinos*. O que pensa da cobertura jornalística desses casos?**
Isso é uma pergunta muito aberta, não é?

Sim.
Daria, genericamente, uma nota positiva, não esquecendo, embora, algumas coisas menos positivas. Refiro-me em concreto à informação que depois não veio a ser confirmada e por uma certa insistência num determinado período, seguida da desistência, que é uma característica muito comum nos *media* portugueses: estarmos um, dois, três, quatro meses em cima de um caso e, depois, porque foi congelado juridicamente, surgiu um mais fresco ou por qualquer outro motivo ele é abandonado. Seja como for — e neste aspeto tenho a experiência de ter vivido e acompanhado alguns casos em redações diferentes — nota-se uma evolução do ponto de vista dos órgãos de comunicação, pelo menos naqueles em que trabalhei antes [*Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*] em que os casos referidos trouxeram novos desafios ao jornalismo português.

O trabalho jornalístico contribuiu, nestes casos, para a descoberta da verdade?
Ah, disso não tenho a menor dúvida. Não vou dizer que se não fosse ele não se teria chegado onde se chegou. Mas que o trabalho e ação dos jornalistas foi muito importante..., é inquestionável.

Que diferenças vê entre a investigação jornalística e a investigação judicial?
Muitas diferenças e interesses, quantas vezes completamente antagónicos. Se eu tenho uma informação que está confirmada, que tenho a certeza que é verdadeira e que tem interesse público, mas que, por outro lado, tenho a consciência de que a sua revelação pode por em causa a investigação na sua

matriz principal, é lógico que tem de haver algum bom senso de modo a que a vertigem pela notícia e pela mediatização do acontecimento não atropele outros interesses igualmente relevantes.

Referia-me a diferenças ao nível dos processos.
Os processos de investigação são logicamente bastante distintos.

Os tempos da justiça também não são os tempos do jornalismo.
Não, de todo. As diferenças entre os dois campos mantêm-se. Ao jornalismo compete informar com credibilidade, dentro do seu quadro ético e deontológico e trazer para a opinião pública as questões que é relevante saber. O jornalismo atua, ainda, num contexto de grande concorrência e competitividade e tem o seu ciclo noticioso a que não pode escapar. Enfrenta, por isso, uma pressão do tempo e do que outros órgãos de comunicação publicam sobre o mesmo assunto, bastante diferente do que se passa com a justiça, à qual, sobretudo, compete a responsabilidade da decisão final. Ao jornalismo exige-se-lhe que informe sobre o curso do processo, das investigações, se possível — e idealmente — que consiga fazer investigação própria e autónoma. Finalmente, embora não seja uma regra, a mediatização de um caso pode influir no seu ritmo e resultado final.

Que opinião tem sobre a formação das perceções dos portugueses relativamente a casos de corrupção?
Acho que a perceção neste momento terá passado do oito para o oitenta. Hoje há uma intolerância máxima — às vezes até excessiva — criada pela forma como estes casos se tornaram vulgares nos *media*. Quase automaticamente, criou-se também a ideia simplista e perigosa de que se a pessoa é um político, então é corrupto; se é empresário e se é rico, é corrupto. Quando, no fundo, aquilo que o cidadão, em conversa de café, aponta a um determinado titular de cargo público ou a um político é rigorosamente a mesma prática que ele tem na sua vida, seja no que toca ao pagamento dos impostos ou na relação com a sua empregada doméstica. Dito isto, penso que é bom haver hoje

uma maior consciência e alerta para as questões da corrupção. Contudo, é preciso bom senso e saber distinguir o trivial do excecional ou aquilo que é normal do que é anormal.

Mas essas perceções derivam do conhecimento dos casos que são transmitidos pelos *media* e, sobretudo, como eles são noticiados.
É verdade, embora saibamos que se fazem com alguma frequência juízos precipitados, muitas vezes sem ter lido toda a informação que é publicada. Por outro lado, também não escondo que os *media* são inconclusivos ou incompletos nas informações que veiculam e isso não ajuda muito ao esclarecimento do respetivo caso. O resultado é a criação de um campo propício à criação de analogias, associações e comentários que acabam no tal 80 de que falava há pouco.

As pessoas são mais severas no julgamento que fazem.
Claro que sim, embora a reflexão que fazem seja muito superficial. Quantas vezes ficam por aquilo que diz o título do jornal? Ou seja, o seu julgamento é feito imediatamente, sem o mínimo cuidado ou preocupação de saber os detalhes, a estória completa. Todos sabemos — e esse será um constrangimento do jornalismo — que um título não diz tudo. Visa chamar a atenção do leitor, mas ele não deve substituir-se à leitura integral do texto. Ora, quantas vezes o texto é bem mais cauteloso que o título...O mesmo se dirá das imagens. A fotografia de uma pessoa ligada a uma determinada notícia, mesmo que apenas na qualidade de suspeita ou alvo de investigação, é logo transformada em alguém que cometeu um crime. Admito que os *media* devem ter cuidado com a forma como publicam a informação, mas é evidente, para mim, que há todo um campo de responsabilidade que cabe por inteiro aos públicos que consomem notícia e que são os cidadãos.

E hoje as redes sociais ampliam o problema...
Sim, na medida em que facilitam, em larga escala, e sem controlo, a propagação de informação pouco credível, favorecendo a confusão entre o que é jornalismo e o que não é, entre o que é verdadeiro e falso.

Os jornalistas estão preparados para tratar os casos de corrupção política?
Pela sua complexidade e pela exigência que lhe impõe a quem os trata, não é possível dizer numa redação que todos estão habilitados ou que a maioria sequer está habilitada a investigar com eficácia esse tipo de matérias. Normalmente isso está circunscrito a um pequeno grupo de pessoas, até porque falamos de situações que carecem inevitavelmente de grande maturidade e experiência. Ou seja, antes de liderar uma investigação jornalística dessa natureza o que será aconselhável é que se acompanhe e que se participe, para que possa haver uma maior capacidade de questionamento e, depois, para que a memória também possa também contar.

Quer acrescentar algo que julgue importante, deixar uma sugestão, fazer um sublinhado?
Gostaria de chamar a atenção para algo que foi perpassando ao longo da entrevista e que me parece de extrema relevância: a responsabilidade dos *media* e dos jornalistas neste contexto da corrupção, mas também das entidades e responsáveis que contribuem para o trabalho jornalístico que é desenvolvido sobre esta matéria. Por último, quero sublinhar que, em minha opinião, uma denúncia anónima e a abertura de um inquérito por parte do Ministério Público não tem, por si só, necessariamente interesse mediático. Antigamente (não há muitos anos) o critério de publicação era a existência de um inquérito jurídico, judicial em curso. Hoje, a prática diz-nos que, por muito menos, já se faz notícia. Penso que os jornalistas deveriam reanalisar os seus filtros e aumentar um pouco mais o seu critério de exigência.

13. VALENTINA MARCELINO

46 anos, com quase 30 anos de profissão. Frequentou Antropologia e trabalhou no *Expresso*. Jornalista do *Diário de Notícias* (publicação autorizada).

"Ninguém vai investigar se alguém é inocente — apenas se é culpado"

Consegue descrever as etapas de investigação de um caso sobre corrupção política em que tenha trabalhado?

Posso falar no caso recente, que foi o da investigação aos *Vistos Dourados*, na *Operação Labirinto*. Acompanhei-o a partir do momento em que foi noticiado e foram noticiadas as suas "extensões". Ou seja, as ligações, por exemplo, desta rede no Ministério da Justiça.

O processo desenvolveu-se a partir do momento em que foi conhecido. Que meios teve para efetuar esse trabalho?

Todos os meios e toda a disponibilidade para começar a trabalhar e tentar ir mais a fundo. As primeiras notícias davam conta das detenções. Tentei ir o mais longe possível, quer através de fontes judiciais, quer através dos próprios meios. O meu objetivo foi tentar perceber como funcionava a "rede" no Ministério da justiça, pois como sabe foram detidos dois altos quadros: a pessoa que ocupava o cargo de secretário-geral e o presidente do Instituto de Registos e Notariado. Ora, as minhas fontes diziam-me que a rede envolvia gente que estava dentro do ministério e que o secretário-geral era a pessoa que tinha dado as melhores notas na avaliação a todos os dirigentes, razões que me levaram a pensar que podíamos ter uma boa história dos crimes conexos à corrupção.

Quais os passos que deu, como desenvolveu o trabalho?

Fui à CRESAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) e pedi os processos de todos os concursos; fiz comparações e à medida que ia chegando a algumas conclusões ia tentar ver quais as ligações a outras pessoas. Entretanto, deu-se a detenção do antigo Primeiro-ministro, José Sócrates, e o assunto foi completamente retirado da prioridade da agenda... Só assim se percebe que tenha estado duas semanas para conseguir publicar o artigo seguinte sobre o tema dos vistos, embora insistisse na argumentação de que nunca devíamos ter deixado de pegar no assunto.

Isso é frustrante.
Muito. Porque fiz imenso trabalho, investiguei outras pessoas que tinham ligações a altos quadros do Estado e não consegui publicar porque deixou de estar na agenda, foi uma frustração enorme.

O que pensarão os leitores sobre essa interrupção?
Tenho alguma dificuldade em colocar-me no lugar dos leitores — embora gostasse de ver estudos sobre os seus interesses — porque sou parcial: eu quereria saber tudo. Se me dissessem que havia altos quadros do Estado, com conhecimentos de alto nível, como noticiei, e que tinha havido um encontro-jantar em casa dessa senhora [Maria Antónia Anes, secretária-geral do Ministério da Justiça] com altos dirigentes dos Serviços de Informações, da Judiciária..., podia estar ali um "superestado" de amizades e interesses que se protegem uns aos outros e que estavam a funcionar sobre a "máquina" do Ministério da Justiça, com ligações aos setores da Segurança e Informações...
Só que, pelo meio, é detido um ex- Primeiro - ministro e tudo muda. Ou seja, um processo que tinha tudo para ser um grande caso é substituído, na agenda mediática, por um caso ainda maior. Claro que, idealmente, teria de haver capacidade para ir até ao fim nos dois casos. Contudo, há sempre outras coisas para fazer e dar atenção, além de que, depois, também deixou de haver espaço para tratar essa matéria dos *Vistos Gold*...

...Que não foi possível publicar. Mas falávamos sobre as habituais dificuldades na investigação.
Sobre este caso, em concreto. Há, tem havido, uma extrema dificuldade porque o caso está em segredo de justiça. O que nos vale a nós, jornalistas, é que no setor público ainda há pessoas com preocupações e que acham que estas coisas não podem acontecer da forma como se têm passado; e assim acabam por falar connosco e por se revelarem boas fontes de informação. Ainda a semana passada me ligaram porque aquilo era uma coisa que permitia revelar muitas conexões. Porém, são fontes não oficiais.

Que tipo de fontes procura?
Há fontes que me procuram. Neste caso, como acompanho há muitos anos a área de segurança interna, tenho muitas fontes nas polícias que, também por me conhecerem, recomendam a alguém que fale comigo porque entendem que sou de confiança.

O que é ser de confiança?
Ser de confiança é saber ouvir e saber publicar só o que é para publicar. Saber preservar o que for para preservar, porque 90% do que sabemos não é para contar. Mas os 10% que restam são importantes e podem render muito.

O que pensa sobre o estatuto de assistente?
Nunca fui assistente dos casos que aparecem. O que tenho visto é que ele é uma forma subtil e engenhosa de violar o segredo de justiça, sem que aconteça nada. Todos sabemos, no entanto, que é uma boa forma de se conhecer o processo.
É uma atitude ética?
Tenho dificuldade em responder de forma categórica, porque nunca tive essa experiencia. Não quero julgar ninguém.

Mas reconhece que há um certo jornalismo que tem essa vertente justicialista.
Sim. Todavia, o tema da corrupção e da sua cobertura jornalística é uma matéria de grande complexidade e que envolve todas as partes, não apenas os *media*. Começa, desde logo, por implicar o poder político, designadamente o Executivo, e por percebermos quais as suas prioridades neste domínio. Repare: o combate à corrupção era uma das prioridades deste governo [PSD/CDS], mas depois vamos ver os meios que atribuem às polícias para investigar e....onde estão? É preciso detetá-la, fazer as prisões e condenações que se impõem..., além do trabalho de prevenção de que raramente ou nunca se fala e que a meu ver é decisivo.

A prevenção não é um valor-notícia.
Aí é que está: há uma grande dificuldade em sensibilizar as redações em matéria de prevenção. É um desespero, aqui na redação, acompanhar as visitas pedagógicas — importantíssimas, acredito eu — que o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) faz junto das entidades públicas. É um pesadelo fazer peças sobre os planos de prevenção da corrupção que tem de haver em toda a administração pública. É complicado, mas como ainda não é crime, não é notícia, porém, é essencial à sociedade. Tenho fontes no Tribunal de Contas que desesperam com isto. Nos últimos anos, a corrupção, os negócios e os concursos pouco claros contribuíram para o estado a que chegou o País. E o que é que vemos? — um enorme investimento em medidas securitárias e nada, ou no mínimo, na mesma proporção, em atitudes e preventivas.

Há mais notícias que condenações?
Claro. Já fiz essas contas, o conselho de prevenção sobre corrupção recebe a maior parte desses números. Estamos a falar de 5, 6% de condenações de todos os casos que aparecem.

Muito pouco...
É um crime muito difícil de provar. Como me disse numa entrevista o secretário-geral do Conselho de Prevenção da Corrupção, os corruptos são muito inteligentes e conseguem sempre dar a volta. E os jornais não fazem o mínimo do que poderiam fazer..., há os crimes conexos, não só a corrupção.

O que é que os jornais podiam fazer, que não fazem?
Insistir mais com notícias sobre as ações de prevenção, verificar o cumprimento dos planos de prevenção, perguntar às entidades públicas como aplicam o plano e quais os resultados, promover as boas práticas. O combate à corrupção faz-se pela mudança de mentalidades, fazendo as pessoas perceberem o que está errado no sistema e a não tolerarem a "cunhazinha" ou o "favor".

Segredo de justiça: que vantagens e desvantagens?
É algo que protege as pessoas de serem acusadas antes de irem a julgamento. A desvantagem são as violações seletivas. Entendo que a partir do momento em que há uma violação, o processo deveria estar aberto para todas as partes envolvidas poderem contar a sua história. Não é a melhor das soluções, contudo todas as partes ficariam em igualdade de circunstâncias.

Quanto mais sigiloso é o processo, mais poder tem a respetiva fonte. Há o risco de ela instrumentalizar o jornalista?
Claro que sim. Pode, até, dirigi-lo para determinados caminhos ou induzi-lo a noticiar certos factos que, saber-se-á mais tarde, não eram tão exatos e verdadeiros como se pretendia fazer crer. Eu própria passei por essa experiência, no caso dos *Vistos Gold*. Falando com as pessoas da segurança e informações, fiquei a saber que vários aspetos do caso não eram bem como outras fontes de informação contavam a outros jornalistas.

Que diferenças existem entre a investigação jornalística e a judicial?
A investigação judicial tem meios que o jornalista não tem. Tem escutas, vigilância..., a investigação jornalística, por outro lado, consegue que outras pessoas falem mais abertamente.
A investigação judicial aproveita alguma coisa da jornalística?
Sim. Parte deste trabalho que fiz dos concursos para o Ministério da Justiça deu-lhes uma síntese. Também se sabe que há investigações judiciais que podem partir de notícias.

O que pensa da cobertura dos casos mais mediáticos de corrupção dos últimos anos: *Freeport*, *Face Oculta*, *BPN*, *Submarinos*?
De uma forma geral, foram bem tratados e não teriam a repercussão que tiveram se não fossem trabalhados jornalisticamente. Pena que as coisas comecem com um grande estrondo, mas, depois, gradualmente, vão perdendo força, porque surgem outras notícias..., uma comissão de inquérito...Enfim, passados alguns dias ninguém escreve nada sobre isso. É uma fatalidade ir-se volatilizando.

Depreendo das suas palavras uma certa incapacidade ou crítica face à atuação e papel do jornalismo. Quer explicitar melhor?
Os jornais foram tão longe quanto puderam ir. Cada um à sua maneira. Uns mais 'justiceiros', outros mais sóbrios. A única crítica que posso fazer é que, mais vezes do que seria desejável, a agenda de alguns jornais seja um pouco influenciada pela agenda política e do próprio interesse da investigação judicial. Como já se viu, muitas vezes aqueles que foram 'condenados' em certos jornais não o são em julgamento.

Há o risco de os cidadãos começarem a desvalorizar estas informações porque os casos dão em "nada", quando a atenção jornalística desvanece?
Claro que sim. Por isso deveria colocar-se a fasquia noutro nível, logo a partir do início, ou seja, com uma maior preocupação em termos de equilíbrio e de credibilidade. Pelo contrário, aquilo a que por norma assistimos é a um órgão de comunicação começar por noticiar uma coisa, seguido das televisões e das rádios que, apressadamente, vão pelo mesmo caminho; a informação repete-se, as noticias pouco esclarecem muitas vezes, não há nada com princípio, meio e fim. Com consistência. E assim, o que acontece são condenações públicas, porque falta consistência à dita estória. E a conclusão dos cidadãos é: safam-se sempre.,

Nestes casos que referia há pouco, pode dizer-se que tiveram um peso diferente. Essa diferença é da natureza dos processos?
Todos os processos tiveram figuras públicas a dar-lhes rosto. O do *BPN* aparecia ligado a rostos do PSD; o *Freeport*, do PS, *Submarinos*, do CDS. As notícias só interessam quando estão relacionadas com essas figuras públicas, depois perdem importância. Tirando o caso *Face Oculta*, em que houve a condenação de uma figura pública, os "cidadãos justiceiros" entendem que nos restantes casos as pessoas conseguiram safar-se. De resto, a sensação que dá, pela forma como as notícias foram inicialmente feitas, é que eles "safaram-se". Não podemos é dizer, "que espetáculo!" quando é condenado, e quando não é, "Não presta!""

A descoberta da verdade não acontece só quando há condenações. O trabalho jornalístico contribuiu para a descoberta da verdade?
A verdade jornalística acaba por ficar sempre dentro da judicial. Nunca se vai mais longe. No caso *Face Oculta,* por exemplo, alguém teve oportunidade de por em causa a condenação? Podia haver um trabalho de procura dessa verdade, mas ninguém vai investigar se alguém é inocente — apenas se é culpado. O nosso jornalismo é feito de *flashes* e de instantâneos.

O jornalismo limitou-se a seguir as pistas dos agentes judiciais?
Muito pouco jornalismo, tem ido mais longe. Mas contam-se pelos dedos os jornalistas que o fazem. O papel das fontes judiciais é sempre central, porque é muito difícil o acesso às informações, com o risco de que a fonte só diz o que lhe interessa dizer. O jornalista, por vezes, quando é mais novo, não faz ideia de como se pesquisa nas bases de dados de contratos. Até nas fontes abertas há muitas informações. Não há desculpa sobre não saber onde se pode ir buscar informação.

Que opinião tem sobre a perceção dos portugueses sobre a corrupção?
Atendendo ao que tem sido publicado somos levadas a dizer que há muita corrupção. Essa, penso, é a grande perceção. Contudo, se perguntamos diretamente a alguém se viu ou sabe, ninguém viu e ninguém conhece — e todos são capazes de colocar uma cunha a um familiar para marcar uma consulta mais cedo. O Conselho para a Prevenção da Corrupção trabalha isso na disciplina da cidadania que, entretanto, acabou, o que é pena. Repare: há pequenos gestos, atitudes do quotidiano a que não prestamos atenção, como o simples facto de copiar numa prova, que constituem pequena corrupção. É preciso começar a sensibilizar e esclarecer as pessoas desde jovens — e daí falar-lhe há pouco sobre a importância da prevenção e educação — porque o custo dos efeitos da corrupção ao Estado e à cidadania são enormes. Daí que essa perceção sobre a corrupção, sobretudo política, é sempre obtida através dos *media*.

Isso tem um pouco a ver com a ideia de "good news, bad news". As pessoas, no fundo, percecionam o que é dominante na informação que lhes dão.
É. Se houvesse mais notícias sobre as iniciativas da prevenção, as pessoas eram mais críticas quanto a coisas que passam por ser normais: um arquiteto que ajuda a empresa da mulher a ganhar contratos...

Considera que os jornalistas possuem formação adequada para cobrir casos de corrupção política?
Penso que sim. Claro que é difícil ao jornalista que acaba de entrar numa redação ter um conhecimento equivalente aos que já têm vários anos de profissão. São por norma os jornalistas mais experientes que trabalham estas matérias. Lembro-me do Vilela [*Sábado*] e do Cerejo [*Público*], que o fizeram primeiro que as entidades judiciais. Eu fiz, no *Expresso*, um trabalho sobre um favorecimento nuns concursos, mas por muito que perguntasse ao MP se ia investigar, nunca responderam. Somos vencidos pelo cansaço.

Quer deixar alguma sugestão?
Acho muito importante a prevenção. Os jornais deviam dar mais espaço — e o jornalismo mais atenção — a estas iniciativas. A Associação Transparência e Integridade, por exemplo, começa a ter visibilidade. Devia haver páginas sobre o tema da corrupção. Devíamos ter mais tempo para a analisar e pensar. E as pessoas deviam ter tempo para ler e analisar as incompatibilidades.